

CARTOLAS ESTÃO MATANDO O FUTEBOL

CRÍTICA

FUNDO CEMAP
AC

CEMAP - MEMORIECA
CLASS. _____

Ano 1 / Nº 32

17 o 26 de marco de 1975

Cr\$ 4,00



WAGNER

BASTA AO FASCISMO

PORTUGAL

RESPOSTA A LACERDA

SEBASTIÃO NERY

Lixo: Alimento da Baixada

**ROGERS
ENCONTRA BRASIL
INVESTIGANDO
AS
MULTINACIONAIS**

**CASSITERITA:
A
ESPOLIAÇÃO DAS
RIQUEZAS
NACIONAIS**

**TELEVISÃO
ABRE
NOVAS FRONTEIRAS
PARA A
CULTURA**

Pixe em Buñuel

Tenho acompanhado com regularidade e avidez, todas as edições de Crítica. De início supus tratar-se de mais um veículo a serviço do engodo do embuste e da leviandade que tem proliferado nestes últimos anos. Porém tive espanto e contentamento ao constatar que aquelas páginas continham o verbo inteligente de Sebastião Nery, Geraldo Mello Mourão e de Jorge França, para citar apenas os mestres egressos de Política, hebdomadário cuja extinção deixou uma grande lacuna no seio da imprensa livre nacional.

A partir daquela constatação passei a aguardar com alegre expectativa cada novo número, mesmo que, algumas vezes para isso, tenha que sacrificar a satisfação de outras necessidades mais urgentes. No entanto, apesar de manter uma linha coerente no geral, sempre abordando temas de interesse para a nação, mormente para a grande parte explorada da qual me considero parte integrante, quero fazer-lhes ver algumas observações sobre certos trechos (ou artigos) que quebram a unidade no particular influenciando no geral e ainda sobre certos tópicos tanto nacionais como internacionais de grande relevo, caídos no esquecimento.

1º - Em um número que não possuo, mas que filei na banca, vi uma referência à "derrotada aristocracia brasileira" ou coisa que o valha. Então eu pergunto: se o lobo veste pele de cordeiro, deixa de ser lobo?

2º - O depoimento de Buñuel (nº 13 de 28/10 a 3/11/74) não passa, para mim, de um bonito jogo de palavras de um descansado senhor de barriga-cheia. Em certa altura, o famoso cineasta entra em contradição com fatos que ocorrem num espaço muito próximo e anterior ao da declaração (ou da publicação da declaração), o que não se admite esquecimento. Refiro-me à seguinte passagem: "Hoje, os homens de direita fazem coisas que deveriam ser feitas pelos homens de esquerda. Não é incrível que imperialistas como Nixon e Kissinger tenham empunhado a bandeira pela paz mundial? O absurdo de nossa época é que militares colonialistas tornem-se libertadores, como aconteceu em Portugal..."

Eu digo que absurdo é considerar Spínola um libertador, pois o que ficou provado foi a intenção desse general de inaugurar em Portugal um fascismo de novo tipo, submetendo às antigas colônias a uma suposta e enganosa independência.

E a paz dos imperialistas? É fácil dizer mentiras. Difícil é sustentá-las indefinidamente. Ou a ameaça do "apocalipse" é uma proposta de paz?

Ainda resta de Buñuel o seu rançoso desvanecimento diante da vida, sua descrença no futuro, a pusilânime atitude de um homem de olhos presos no passado medieval quando a humanidade dormia sua longa noite de mil anos.

3º - O total esquecimento do Chile com todas as consequências desastrosas do "Pinochetazo".

4º - Matéria rara sobre a propalada "estabilização" brasileira cantada em prosa e verso na "outra" imprensa. Por um lado, o Sr. Eugênio Gudin e seu séquito e por outro personalidades ligadas mais diretamente à administração pública. Como nos itens anteriores, neste último direi também o que penso. Em primeiro lugar que o Sr. Gudin, pode com isso estar pretendendo atingir dois objetivos ao mesmo tempo. O primeiro, fingidamente, mostrar-se vítima de um sistema que ameaça a proprie-

dade privada e com isso dar uma imagem revolucionária e atrativa para colocar o Povo ao lado de um governo que longe de ameaçar empresários e latifundiários pelo contrário é o seu mais forte arauto, criando-lhes infra-estruturas e condições mais ou menos originais, tanto que não há capitalista no mundo que não tenha pensado em aqui investir. A atitude do Sr. Gudin é sintomática uma vez que os pronunciamentos se verificam após conhecidos os resultados eleitorais. O segundo intuito é o da entrega também do petróleo às multinacionais. E aí fica estabelecido um paradoxo diante das gestões venezuelanas pela nacionalização do seu petróleo para citar apenas um caso geograficamente mais próximo de nós.

Como podem perceber, por estar rápidas observações manifesta-se meu desejo de que haja um maior aprofundamento por parte de Crítica, salientando que o saldo já obtido pelo seu trabalho até aqui não deixa de ser significativamente positivo, tanto que atingiu este homem do povo que acredita fervorosamente no futuro feliz de todos os homens.

A todos que fazem o intrépido semanário, sem distinção de cargo, envio fraternos votos de felicidade e progresso, para os quais coloco-me ao inteiro dispor.

Francisco Ferro Pessoa
Goiania - Goiás

(Respeitamos suas opiniões sobre Buñuel, mas somos obrigados a constatar: ou o leitor jamais viu um filme de Buñuel ou, se viu, não entendeu nada, e muito menos da entrevista, o que, nas três hipóteses, é lamentável.)

Plebiscito para o divórcio

Antes de tudo, felicito a ilustre redação pela lucidez e a coragem com que aborda os serafíssimos problemas do Brasil. Pela primeira vez, encontrei na Agência São Paulo desta cidade o nº 28 de Crítica, equacionando a reação do povo versus MDB. São judiciosas e oportunas as palavras de alerta e estímulo para os "caoiuros" da nova esperança. Como Crítica se diz um jornal livre, senti o impulso de enviar algumas observações sobre a batalha do divórcio, entre nós.

Há, pelo menos, três funções básicas e institucionalizadas da sociedade, que jamais deveriam ser levadas a efeito, com levandade: o casamento, a proliferação e a política.

Essa trindade bio-psico-social exige, intransigentemente, atitudes conscientes e aprimorado senso de responsabilidade, para que haja um certo equilíbrio na balança dos valores ideais que norteiam a exequibilidade dos interesses inerentes a vivência social, em todos os escalões transitivos entre os indivíduos e a coletividade.

Mas, infelizmente, as lições da História são relegadas ao esquecimento, seja por ignorância (quase sempre dirigida), seja pela clamorosa e dos interesses oportunistas. Por isso, tornou-se um lugar comum, descer o pano no palco da História, e acusar os males que nos atormentam como efeitos das circunstâncias de hoje, quando as suas raízes se fundam nos

arcanos do misterioso aparecimento do homem sobre a terra.

Bastaria um relance de vista nos bastidores da história e da literatura dos costumes, para se descobrir a visão vesga que se tem dos fatos, a desmanchar a ilusionista cortina de fumaça que envolve o casamento; verificar-se que a instituição da família como unidade orgânica da sociedade, vem sendo afligida por muitas tragédias, em que, muitas vezes, os banhos de rosas da lua de mel têm sido transformados em banhos de urtigas, talvez, com raríssimas exceções. Daí a frequência das tiradas jocosas, sarcásticas, e até mesmo irreverentes, feitas por muitos autores.

Mathieu, por exemplo, citado por Ivan Lins (A Idade Média), segundo o qual "há muitos purgatórios, sendo o mais penoso de todos o casamento... Não passando de martírio, torna-se o matrimônio o meio mais seguro de obter a coroa celeste, possuindo os casados, no céu, assento mais precioso do que os monges, porquanto sofrem mais."

Em corolário, ouça-se a opinião do filósofo Secundo sobre a mulher, satisfazendo a curiosidade do imperador Adriano: "A mulher é o naufrágio do homem, tempestade da casa, estorvo do descanso, cativo da vida, dano de cada dia, apetecida pelega, guerra custosa, fera convidada, leoa que afaga, inquietação confiada, perigo enfeitado, animal malicioso e mal necessário (Cultura Política nº 33 p/130).

Inegavelmente, o casamento, com o passar dos séculos e dos milênios, sofreu desfiguramento e modificações, nos diferentes lugares e épocas, de tal sorte que perdeu totalmente os traços dulcíficos e o sabor bucólico e paradisíaco do modelo original. Sofisticaram-no de tantos ritos, cerimônias várias, magia e superstições, custosas e trabalhosas fofocas.

1) O acasalamento de Adão e Eva teria sido um ato de magia sacramental? Consulte-se Gênesis 1:26-28 e 2:18. O texto e o contexto não nos deixam a menor sombra de encenação mágica. O quadro é realístico, material e naturalíssimo, tanto na técnica do enlace. Seguem-se os exemplos dos patriarcas e das doze tribos de Israel, com as práticas da poligamia, divórcios, inclusive adultérios consentidos, sem tempestade e acesso de neurose.

2) Quem inventou o casamento religioso? Nem o Velho nem o Novo Testamento insinuam o vínculo matrimonial por meio de magia sacramental. Cristo não autorizou a SUA igreja a celebrar casamento, muito pelo contrário, separou a igreja do Estado.

3) Ensinam os Futeis de Coulanges (A Cidade Antiga) que o vínculo matrimonial entre os pagãos se prendia às tradições religiosas que prestavam culto e ofereciam banquetes aos mortos e antepassados deificados e dependentes dos vivos. O uso de coroas e véus brancos fazia parte dos cultos e cerimônias religiosas; mas não consta que servissem de símbolo de "pureza", como passou a acreditar-se, desde quando se converteu o casamento em magia sacramental. Nesse caso, a primitiva instituição divina se paganizou. Porque no princípio não era assim, está claro. A pergunta acima formulada, o insuspeito Cesare Cantù não-la responde:

"Exercendo o seu direito sobre os casamentos, a igreja estabeleceu certas leis a seu respeito, e deixam de ser considerados como contratos que não tinham outro fim senão o interesse do prazer. No princípio, exigia-se a declaração do casamento, isto é, que os esposos viessem participar ao bispo a sua intenção de se unirem, cerimônia destinada a substituir os esponsais do direito civil e sem a qual a união era considerada como ilegítima." Em conexão, se refere ao estabelecimento do celibato, conseguido através de muita luta que durou século: "Regra muito importante, que libertando os sacerdotes dos laços da família, assegurou ao pontífice uma linha dedicada e inteiramente ocupada em fortalecer-lhe o poder." - (Hist. Univ. vols. 4º p/532, 5º p/69 e 75 e 6º p/387, ed. 1931).

4) Por que o desquite e o divórcio não? Se se levar em conta o critério da antiguidade, segue-se que o divórcio, que vem sendo praticado desde a mais antiguidade bíblica, pelo povo de Deus, e também pelos gentios, supera, sem restrições, e pulveriza a máscara do farisaico desquite. Assesta-se toda a bateria sectária contra o divórcio, na trincheira escriturística de Mateus 19:1-9, Marcos 10:1-12, Lucas 16:18.

Ora, as palavras de Cristo, em grande parte, são verdadeiros testes de inteligência, a desafiarem a presunção dos homens. Compare-se, por exemplo, João 6:55-56 e 63. Cristo, mais do que ninguém, conhece a irremediável fragilidade humana. Por isso, Ele suscita um padrão ideal de moralização do casamento. Daí não se fadava que Ele tenha dogmatizado como uma fatuidade compulsória a indissolubilidade do casamento, nem vislumbrou a proibição do divórcio.

CRÍTICA

Av. Rio Branco, 156, 12º And.

Sala 1222 / Tel. 242-7395

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

CHEFE DE REDAÇÃO

I. L. de Alencar

COLABORADORES:

Antônio Carlos Vilhça, Efraim Tomas Bó, Hélio Pelegrino, Humberto Alencar, Ismael Cardim, Jaguar, Joel Silveira, Jorge França, João Antônio, Luís Carlos Cabral, Lilian Newlands, Maria Luíza Pena, Marcondes Sampaio, Medeiros Lima, João Carlos Rodrigues, Alberto Silva, Virgílio Moretzsohn Moreira, Antonio Oseas, Newton Carlos, Pedro Ayres, Procópio Mineiro, Reynaldo Bairão, Ruy Sampaio, Sebastião Nery, Sérgio Cabral, Sérgio Macedo, Sylvania de Alencar, Antonio Luiz, Redi, Wagner, Washington Novais, Dario Macedo (Ceará), Jorge Fischer (Porto Alegre), Helington Rangel (Bahia)

PAGINAÇÃO

Maria José G. da Silva

CAPA

Wagner

ADMINISTRAÇÃO

Gerente Administrativo:
T. C. Santos

PUBLICIDADE

Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS

- Brasil: um ano	Cr\$ 160,00
6 meses	Cr\$ 90,00
- Exterior: um ano	US\$ 50,00
6 meses	US\$ 30,00

● Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores

● A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Árca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (GB)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:

Superbranca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.
Rua do Rezende, 18 - Rio - GB.
Tel. 222-2316 e 222-8597

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395

5) Se o espantinho do divórcio é o adultério, a que se arriscam os divorciados, se casarem em segundas núpcias, os desquitados, privados de segunda tentativa, estarão salvaguardados das paixões adultéricas? Porque o "poder divino" silencia sobre o descalabro poluidor da moral doméstica, que é o tiranizante desquite? Será que o abrigo e educação dos filhos encontram melhor ambiente na sinuosidade do desquite do que no aconchego dos divorciados novamente casados? Com essa tirania sectária, só restam aos desquitados três alternativas: a) acuar-se na jaula da resignação estoica; b) amasiar-se; c) ou rolar no lodoso declive da prostituição. E com essa carunchada demagogia e calculado farisaísmo que se pretende "proteger" a família brasileira?

O divórcio não é a causa, mas sim, um dos efeitos do acúmulo de misérias moral, sócio-econômico, educacional e o flagelo das injustiças que clamam aos céus e nos vão levando de roldão para as imprevisíveis catástrofes sociais.

Creio que o veredito decisivo a favor ou contra o divórcio, seria o plebiscito.

Trajano Nunes
Ribeirão Preto - SP

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRITICA LTDA.

Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio - GB, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO BRASIL (Cr\$ 160,00) EXTERIOR (US\$ 50,00)

6 MESES BRASIL (Cr\$ 90,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA

Nº

CIDADE

ESTADO

PAIS

CEP

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

● CHEQUE VISADO PAGAVEL NO RIO

● VALE POSTAL

A CPI DAS MULTINACIONAIS

A CAMARA dos Deputados constituiu ontem uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o comportamento das multinacionais na vida brasileira. Iniciativa do MDB, o órgão investigador conta, desde logo, com a solidariedade e a colaboração de amplos setores do partido governista. Até porque não se inserem no problema interesses estritamente partidários. É a própria realidade nuclear da economia e, pois, da soberania nacional, que se afeta pela presença desses poderosos leviatãs gerados nas monarquias do capitalismo internacional.

O REQUERIMENTO da CPI, estruturado pelos deputados Alencar Furtado, Marcondes Gadelha e Joaquim Beviláqua, abre sua justificativa com a inquieta observação do presidente Geisel que, já em seu discurso de candidato, proclamava uma dramática perplexidade diante das multinacionais: até onde elas respondem a uma realidade salubre da economia, e até onde constituem um perigo para o país. A invocação dessa referência dá bem a medida da seriedade e da isenção com que se pretendem comportar os deputados opositores, no julgamento a que o Congresso vai submeter os gigantes conglomerados sem pátria.

TUDO indica, porém, que esse julgamento será severo e abrangente dos diversos aspectos do problema. É possível que a CPI identifique a garra aguda das multinacionais em vários outros aparelhos da máquina econômica do capitalismo, inclusive o famigerado "Trade Act" de 1974, com que a política de comércio externo dos Estados Unidos está promovendo o estrangulamento das exportações de tantos países em desenvolvimento, notadamente o Brasil. E isto, com o sofisma paternalista de que os países bem comportados, isto é, submissos, poderão receber tratamento mais benigno.

NÃO há de ser por acaso que essa lei truculenta, que dormia há mais de dois anos no Congresso de Washington, viesse a ser aprovada exatamente agora, depois que Nelson Rockefeller chegou a vice-presidência da República. E quem diz Nelson Rockefeller, diz multinacionais, sabido como é que o grupo econômico dessa família milionária controla, através do notório Council of the Americas, as máfias centralizadoras do poder econômico dos Estados Unidos.

NEM há de ser por acaso que Kissinger, na antevéspera de sua viagem aos países da América Latina, onde Rockefeller tem plantados e cevados interesses fabulosos, haja gastado mais de doze minutos de seu discurso de Houston, Texas, na defesa das multinacionais. Ainda recentemente, o mesmo Kissinger, que já foi sessenta vezes ao Cairo e ao Kuwait, e nunca visitou

nosso continente, justificava seu desprezo pela região, proclamando, expressamente, que a América Latina não interessa muito, porque a América Latina não faz história. Mas isto é outra história, e o venturoso professor, que vive ainda nos tempos de Metternich, objeto de sua tese de doutorado, há de ver um dia com quantos paus se faz uma canoa e com quantos povos se faz uma história.

O FATO é que o Congresso brasileiro vai, pela primeira vez, proceder a uma anatomia dos grandes polvos econômicos nutridos no viveiro dos Rockefeller e companhia, e não é impossível que verifique uma realidade que já não chega a ser surpreendente: são as munhecas desses polvos disfarçados que empunham o **big stick** do capital colonizador em todo o mundo.

OS TECNOCRATAS que defendem a estrutura teratológica das multinacionais, entendem que os parâmetros do crescimento econômico justificam e abonam o gigantismo dos complexos industriais e comerciais, que seriam até saudáveis para a formação de custos e para a expansão da capacidade de investimentos. A tese seria válida, se as economias nacionais mais débeis, como é o caso dos países em desenvolvimento, figurassem com alguma capacidade de controle no comando das multinacionais.

O QUE ocorre, porém, é que essas empresas avassaladoras não ocupam a economia dos países menos ricos, como é o caso do Brasil, senão para o exercício de uma dominação implacável. Essa dominação se manifesta por todas as formas lícitas e ilícitas, desde a arrogância dos trusts e cartéis, até o aniquilamento da competição de empresários nacionais dos países subjugados.

NÃO queremos avançar conclusões sobre a CPI formalizada ontem na Câmara pelo MDB, que se caracteriza como um serviço do partido opositor ao país, uma vez que as duas primeiras assinaturas que subscrevem o requerimento de sua constituição, não são outras senão a do presidente Ulisses Guimarães e do deputado Laerte Vieira, lide da bancada. A importância da investigação, para a qual estamos atentos, e para cujo debate estamos abertos, não há de passar despercebida ao sr. William Roger, que neste momento nos visita: para preparar a viagem do sr. Kissinger.

FUNDADA nas apreensões do general Ernesto Geisel, nas denúncias de seu próprio ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e apoiada pelos setores mais esclarecidos da Arena, a CPI da oposição sobre as multinacionais pode ser o grande acontecimento da vida parlamentar este ano. Um acontecimento político e econômico. Quem viver, verá.

G.M.M.



LACERDA CONTRA PORTUGAL OU UM HOMEM NO ESPELHO

SEBASTIÃO NERY

MENINO de seminário, sempre imaginei Carlos Lacerda escrevendo seus artigos na Hípica, a máquina amarrada ao cabeçote da sela de um fogoso potro alazão e ele cavalgando obstáculos e palavras. O estilo galopante, aos saltos, adjetivos indomados tropeçando substantivos no meio das frases, o raciocínio arisco, veloz, disparado, tobogânico, em ritmo de montanha russa, a incrível capacidade de acabar resumindo num jogo de verbos, de acabar pelo cáustico, o que tentara dizer na página inteira, tudo aquilo fascinava o aluno de literatura do padre José Francisco Correia, que trazia, rasgada, a quarta página da «Tribuna da Imprensa» e me dizia, paternal:

— Não se deixe levar pelas idéias dele. São muito turbulentas, muito conturbadas. Mas leia, ele ensina escrever. Pouca gente, no Brasil, tem o talento verbal do Lacerda.

Eu me deixei. Durante algum tempo, deixei-me levar pelas suas idéias montadas no árdego e espantoso talento. Como na canção popular, mais do que seu leitor eu virei seu fã. Até que um dia, nas lutas do segundo governo Vargas, o processo político me ensinou que o velho padre Correia tinha inteira razão. O problema de Lacerda é a turbulência, a conturbação, a perturbação, a permanente e inarredável contradição de suas idéias políticas.

Ainda agora, em «O Estado de São Paulo», ele vem analisando a situação de Portugal. Continua montando no potro alazão de seu melhor estilo. Mas, com todo o respeito que me merecem seu talento e a injustiça que expia, vai permitir-me mostrar a flagrante incoerência entre sua posição de antes e de agora, ante os problemas de Portugal.

1 — A tese central de Lacerda é que "no Movimento das Forças Armadas, os comunistas têm uma escassa maioria; geralmente as medidas que convêm ao partido têm sido tomadas por 11 a 9 votos; mas sempre é maioria". E que, assim, o Movimento das Forças Armadas está "empunhando armas para impor a Portugal uma ditadura comunista".

2 — Fique, de logo, claro que também acho abominável a idéia de uma ditadura comunista em Portugal, como, de resto, de qualquer ditadura em qualquer lugar. E se preciso fora uma prova, tenho-a pública. Meu livro «Socialismo com Liberdade», despretenciosa coletânea de crônicas políticas sobre os caminhos do socialismo europeu, e que tem como título, tirado do slogan do Partido Socialista Francês, de François Mitterand, o mesmo slogan agora usado pelo Partido Socialista Português, de Mario Soares, foi lançado no começo de 74, antes portanto do 25 de Abril português. Quer dizer, em Portugal sou Mário Soares, que conheço do exílio, um homem profundamente fiel a suas idéias, que vem dando provas de extrema sensibilidade política para não se deixar arranhar a si nem a seu povo dentro do cipal de contradições que têm sido esses primeiros meses de Portugal libertado.

Chamá-lo de "figura patética que já não manda nada", como Lacerda o chama, é, no mínimo, impropriedade de linguagem.

3 — Afirma, como Lacerda afirma, que os jovens militares portugueses estão querendo impor uma ditadura comunista a seu país, é uma generalização superficial, leviana, inadequada a um homem de sua responsabilidade intelectual. Claro que há oficiais comunistas no Movimento das Forças Armadas. Claro que alguns deles estarão imaginando impor a Portugal uma ditadura comunista. Mas concluir daí que o MFA tem uma maioria, embora escassa, que pensa isso e quer isso, é fazer uma afirmação gratuita, sem provas no dia a dia do processo portu-

guês. É um vão e astrológico salto no futuro.

A própria vitória da tese da central sindical única, dentro do MFA, não prova que a maioria dos oficiais seja comunista. No máximo, provaria que os comunistas conseguiram conquistar a maioria para sua tese, que, em verdade, não era só deles, pois que muitos não-comunistas e até anticomunistas também a defenderam. E mais. As prévias eleitorais estão dando ao Partido Comunista em torno de 10% de votos em 12 de abril. Se o MFA tivesse, de fato, uma maioria comunista, seria ridículo imaginar que eles, com todo o poder nas mãos, fossem fazer eleições apenas para provar que são 10% do país. Como se vê, Lacerda continua no velho hábito de fazer frases em vez de comprovar teses.

4 — Mas não é esse, ainda, o ponto fundamental. O que me surpreende nos artigos de Lacerda é a ingênua facilidade com que ele, de repente, vestiu a camisa listrada de inimigo jurado da ditadura salazarista em Portugal e saiu por aí a bancar o libertário, inesperado dom Quixote da cinquentenária luta antifascista em Portugal. É certo que os povos costumam ter memória fraca. Mas é um pouco demais Lacerda pretender imaginar que o povo brasileiro esqueceu que ele sempre foi, aqui, o menino mimado do salazarismo.

Lá e cá, ressonava feliz no seio sujo do fascismo português. Quem não sabe que as federações salazaristas do Rio sempre ajudaram e maciçamente votaram em Lacerda, em todas as eleições que disputou? Quem já esqueceu que Lacerda em Portugal era o menino de sua mãe, íntimo e feliz, da copa e cozinha do sistema? Parece incrível, mas foi Carlos Lacerda que escreveu isto no «Estado», edição de 28 de fevereiro (agora, claro, claríssimo), dirigindo-se a um hipotético oficial português:

a) "Seu curso foi para o brejo, seus estudos interrompidos, antes que realmente você houvesse aprendido mais do que o suficiente para desprezar a universidade sob a ditadura. Todo um pedaço de vida dedicado obrigatoriamente a se deixar matar ou a matar negros na África em nome de umas quantas tradições representadas por uns quantos velhotes que, estes, lá não estavam nem lá iam."

b) "A sociedade portuguesa, essa fina e decadente sociedade instalada nos seus privilégios, trabalhando tão pouco, aceitou sem protesto viver no clima emoliente da longa, da monótona ditadura em que um homem só pensava por todos — e muitos gostavam de não ter que pensar —, um homem só agia por todos — e muitos gostavam de não ter que agir. Você, não. Era dos que reagiam contra esse amolecimento, essa lenta decadência que minava Portugal em nome de suas grandes tradições e fazia da história, em vez de uma alavanca, um lastro pesado demais e arrastar o país para o fundo."

c) "O egoísmo dos velhos conduzia essa guerra, sem cuidar do que podiam pensar os moços como você, que a faziam contra a vontade e já não percebiam por que deveriam continuar uma guerra de antemão perdida. A nação criava calos na consciência e o povo se deixava levar."

d) "A morte de Salazar, que devia ter marcado, ao menos ali, ao menos naquele instante, o fim da ditadura, levou ao poder Marcelo Caetano, no qual até você, desconfiado e arredio, procurou acreditar. Se ao menos as forças reacionárias de Portugal se apercebessem que era a hora de uma grande aliança, de um pacto de paz para a reconstrução do país, as divisões que depois se dariam inevitavelmente já não seriam mortais. O país, civicamente ressuscitado da longa letargia, do sono de tantos anos, poderia reabilitar-se pela soma que pudesse fazer e não pelas muitas divisões a que foi submetido. Era a hora de passar da ditadura a uma forma, mesmo cautelosa, de democracia. Era a hora de tentar unir todo o povo — mesmo que depois ele se dividisse em várias correntes e facções. Era a hora de verdão recíproco. A hora da anistia, sem a qual não há abertura nem distensão que valha."



Carlos Lacerda:
o menino mimado do
Salazarismo

e) "A estupidez subiu com Marcelo Caetano, que no entanto não é estúpido mas se conduziu como se fosse e até hoje mostra não ter entendido nada do que se passou. Foi um governante engolido pelas forças que o levaram ao poder — forças profundamente adoecidas, atacadas de estupidez paralisante, incapazes de pensar, privadas até do instinto de conservação. Pensou que fazia aberturas, quando abria apenas a cova rasa em que seu governo foi enterrado."

5 — O retrato está perfeito. Só que pintado pelo pintor errado. A ditadura, a longa e monótona ditadura sempre foi a hospedeira emoliente de

Lacerda. Os velhos, os velhotes foram sempre seus amáveis anfitriões. As forças reacionárias, dessas ele sempre recebeu a ternura, o sonante carinho que nenhum outro político brasileiro jamais teve. Agora que a ditadura está no chão, os velhotes desterrados e as forças reacionárias encerradas, ele lhes atira coices a todos. Autocrítica? Quem dera! Nunca é tarde para o Mobral da história. Ingratidão? Sei lá! Não gosto de sacar hipóteses sobre a consciência alheia. Mas o certo é que a posição de Lacerda, hoje, ante o salazarismo de ontem, é simplesmente espetacular. Um barato, diria meu filho.

6 — Mais surpreendente ainda é seu desprezo pela luta dos militares de Portugal para derrubarem o fascismo:

"Neste ponto você há de concordar. Não foi preciso outro herói nenhum além do heroísmo de conspirar na sombra. Articulações, decepções, aspirações, foi tudo o que houve."

É a velha história da resposta do senador Pedro Ludovico, de Goiás, voltando da Europa, ao jornalista Benedito Coutinho.

— Senador, o que é que o senhor achou de Roma, de Londres, de Paris?

— Que toda mulher boa do mundo tem dono, meu filho.

As revoluções, também vitoriosas, aparecem logo os proprietários. E aos que realmente as fizeram já não custou nada fazê-las. Logo viram sopa e mingau dos que se lançam a saboreá-las. Quando não mais, ao menos em artigos de jornal.

7 — Não fossem, talvez, impertinentes, gostaria de fazer, aqui, algumas discretas perguntas ao grande jornalista Carlos Lacerda, de repente fantasiado de herói brasileiro da derrubada do salazarismo:

● Onde estavas, senhor, quando o governo de Salazar proibia escritores brasileiros de serem lidos em Portugal?

● Onde estavas, senhor, quando o governo de Salazar proibia jornais e revistas brasileiros de circularem em Portugal?

● Onde estavas, senhor, quando os governos de Salazar e Marcelo Caetano proibiam o jornalista Helio Fernandes de entrar em Portugal?

● Onde estavas, senhor, quando a ditadura portuguesa assassinava o general Delgado e sua secretária brasileira?

● Onde estavas, senhor, quando jornalistas, escritores, artistas, sacerdotes, políticos, militares, às centenas, aos milhares, morriam sob as torturas e a impune criminalidade da Pide?

● Onde estavas, senhor, quando o romancista Adonias Filho voltou à Angola e procurou os amigos intelectuais que o haviam recepcionado na primeira viagem e recebeu a informação, sussurrada e confidencial, de que os que não tinham sido mortos estavam presos, e eram mais de 20?

● Onde estavas, senhor, quando os negros de Angola, Moçambique, Guiné, denunciavam ao mundo, na ONU e no Vaticano, o genocídio de seus povos pela ditadura salazarista?

Tu sabes, senhor, onde estavas. Tu estavas participando do banquete do léao

que, agora morto, mordes. E ainda ousas injuriar os que se arriscaram para liquidá-lo e dar-te o tema insuspeitado.

8 Lacerda anda traumatizado porque "o general Kaulza é conservado na prisão desde 28 de setembro, muito menos como acusado do que como refém". E protesta, com a minha inteira solidariedade:

"Meu caro, o regime que você apoia conserva na prisão de Caxias reféns políticos — e isto é uma vergonha que recai sobre as forças armadas de Portugal, postas a serviço do banditismo político. Presos políticos usados como reféns, como Kaulza, como Franco Nogueira, são uma vergonha para vocês perante o mundo".

Exato. Aqui, Jorge Serpa também concorda com Lacerda em gênero, número e caso.

9 — Lacerda conhece bem o programa do Movimento das Forças Armadas: "Ninguém ainda se deu ao trabalho de compará-lo com o programa proposto há dez anos passados pelo Partidão, através de Alvaro Barreirinha Cunhal. Consta do livro "Rumo à Vitória". São iguais".

Engraçado. Quando Lacerda lançou, no Brasil, o livro "Portugal e o Futuro", do general Spínola, era o livro que **derrubou uma ditadura**. Agora, não é mais. Segundo ele, foi o de Álvaro Cunhal. De dez anos atrás. Não era um livro. Era uma bomba-relógio.

10 — Lacerda está com disposição de brigar. Até de morrer:

"Eu, que sou estrangeiro, luto como posso pela liberdade de seu povo. Se for preciso substituí-lo na defesa de Portugal livre e democrático, se for possível e me aceitarem, irei tomar armas contra você. Acredito que muitos como eu aceitariam participar de uma legião estrangeira da democracia".

Se a ditadura comunista em Portugal tiver que ser evitada no tapa, como a posse de Juscelino, coitada da legião estrangeira da democracia portuguesa. Vai acabar como o samba famoso: "Zum, zum, zum, está faltando um".

11 — Mas tudo isso, que parece tão estranho e tão inacreditável, fica de repente de uma claridade mediterrânea, se a gente lê, com boa memória e na medida do tempo, estes dois tópicos luminosamente autobiográficos do último artigo de Carlos Lacerda:

a) "Em português claro: você vai trair o seu país, por amor à ideologia? As idéias, eu sei, são importantes. Mas por que não os sentimentos? O amor à liberdade, mesmo àquela precária e discutível liberdade burguesa que você despreza mas pela qual lutou, morreu em seu coração? Em sua inteligência apagou-se a chama da confiança em certos valores pelos quais milhões de jovens como você deram a vida, em tantas guerras, em tantos sacrifícios e martírios?"

b) "Por fidelidade a uma ideologia você vai ser infiel a seu povo? Vai conquistar para si, e para uns quantos como você, o poder e a glória? Talvez. Mas, algum dia você amaldiçoará o poder assim conquistado. E a glória, em suas mãos, será como um cravo murcho e desfeito. Pois será a glória fugaz do traidor. A glória falsificada, que não se livra do remorso."

É um homem no espelho.

PORTUGAL: BASTA AO FASCISMO

O comunicado lido pelo general Costa Gomes definiu com absoluta precisão a frustrada tentativa de terça-feira, dia 11, em Portugal: "Mais uma aventura reacionária foi posta em marcha". Essa manobra da reação, segundo o brigadeiro Otelo Saraiva, obedeceu "às novas técnicas de que se serve o imperialismo para perturbar a situação de certos países". Para os antigos sustentáculos do salazarismo, a rápida derrota do genocida da Guiné-Bissau, representa um rude golpe a suas pretensões de retorno

Spínola, Galvão de Melo e Sanches Ozório — o reacionário dirigente do PDC português — podem ser os supostos líderes da tentativa golpista, mas a orientação e a tática foram determinadas por notórios "experts" em golpes. Para o brigadeiro Otelo Saraiva, o real inspirador e articulador da manobra golpista foi o embaixador dos EUA em Portugal, Frank Carlucci, que há bastante tempo vem sendo acusado de pertencer à CIA.

Carlucci, por seu passado na América Latina, pode realmente ser o articulador, mas os inspiradores e financiadores dessa frustrada tentativa golpista estão em Portugal. São os poderosos grupos econômicos CUF, Champalimaud, Quino, Espírito Santo, etc., que lucravam com o poder colonial e a manutenção da cruel ditadura salazarista, não só pela espoliação das colônias, mas pelo violento controle de toda a economia do país.

Esses grupos econômicos, responsáveis pela longa duração da guerra colonial e da ditadura salazarista — sempre vinculados às multinacionais norte-americanas e européias — viram na destruição do poder salazarista e no fim do poder colonial, a perda de sua influência e capacidade de deter o seu crescente poderio econômico-financeiro. Tentaram com Spínola no poder, e agora voltaram a tentar de novo. Para esses grupos a destruição do atual governo português é algo fundamental e básico.

Desestabilizar

Como é muito difícil para esses grupos a atuação política aberta, normalmente se organizam em partidos políticos — liberais, moderados, centristas e democrata-cristãos — que passam a agir

dentro de seus rígidos interesses. É evidente — que a massa participante desses partidos, embora sensível a suas pregações reacionárias, nem sempre está disposta a defender tentativas golpistas, como a que foi tentada em Portugal.

A feroz campanha anticomunista desencadeada pelo CDS, PPD, PDC e pelos social-democratas do PSP, embora pudesse ser tida como natural num processo eleitoral, na realidade foi um dos fatores determinantes da tentativa de golpe. Essa campanha, por sua natureza insidiosa e conspirativa, tinha que produzir o fruto que deu. Em tudo isso está a posição do PSP, que em nome de uma utopia liberalista serviu como massa de manobra para as forças mais reacionárias de Portugal. O que aliás é uma constante nos social-democratas ao longo da história.

A tática adotada, com as naturais diferenças regionais, obedeceu ao clássico processo das "destabilizações" e "revoluções" latino-americanas — o que, para qualquer observador, serve para determinar a autoria do processo. O brigadeiro Otelo Saraiva ao acusar Frank Carlucci de ser o principal articulador da tentativa golpista, não estava fazendo uma acusação graciosa e despidida de verdade, pois seu posto de chefe do Comando Operacional do Continente (Copcon) e governador militar de Lisboa, lhe dá condições de ter informações precisas sobre a participação do rockefelleriano embaixador norte-americano.

O general António Sebastian Ribeiro de Spínola, tristemente famoso por seus

atos genocidas na Guiné-Bissau — quando inaugurou o uso de napalm contra as vilas e povoados favoráveis aos guerrilheiros de Amílcar Cabral — ao aceitar ser o substituto de Marcelo Caetano, pensava que iria ser uma alternativa de poder. Para os grupos colonialistas e as multinacionais, sua continuidade era muito importante, tanto que tentou o primeiro golpe, sempre com o apoio da "maioria silenciosa" (na verdade uma minoria fascista) desses grupos econômicos e os saudosistas do tacão forte da Pide e da violência salazarista.

Sua escolha, juntamente com Galvão de Melo e outros oficiais rebeldes, tinha por finalidade dar ao golpe as características de um "retorno aos ideais liberais" do Movimento 25 de Abril, que, segundo seus suportes políticos (CDS, PDC e PPD), estava sendo desvirtuado pelos comunistas do MFA. O brigadeiro Otelo Saraiva e o Movimento de Esquerda Socialista (dissidente do Partido Socialista) acusaram a pregação anticomunista de ter tornado possível a eclosão do golpe.

No plano econômico interno, as tentativas de instabilizar o país já estavam se aproximando das mesmas manobras que antecederam a queda de Allende — escamoteamento de mercadorias, incentivo ao mercado negro, especulação monetária e outras manobras no gênero. A grande dificuldade encontrada pelos dirigentes do MFA e do governo português se situava nos problemas políticos que



Mário Soares,
a oportunidade política
perdida



Vasco Gonçalves,
com mais força e poder,
organiza o futuro



Spínola,
num gesto que só ficará na
lembança



Costa Gomes
vê o futuro
com mais
tranquilidade.

eram levantados pelos partidos políticos que diziam apoiar o Movimento 25 de Abril, como o PSP, o CDS, o PPD e o PDC - sempre dispostos a lutar pelo máximo de liberalismo econômico e proteção a esses grupos econômico-financeiros.

Essa luta em prol da livre-empresa, num país que sempre viveu às custas de um grande império colonial e que subitamente se viu sem as riquezas coloniais, na realidade significava conter e evitar as reais necessidades de transformações - transformações de base e que corrigissem a injusta estrutura sócio-econômica do país. Assim, era muito difícil aos atuais governantes portugueses colocar em prática qualquer medida que viesse a reduzir o poder desses grupos econômico-financeiros.

Política e poder

As claras palavras do almirante Rosa Coutinho, do Conselho dos 20 do MFA, definiu a atual disposição do governo e do MFA: "Não podemos ter contemplações com quem só espereia qualquer momento de fraqueza para tentar reinstaurar no país um regime que já foi condenado pela maioria do povo". E são bem sintomáticas do fato de que os militares portugueses compreenderam que não se pode pretender unir o óleo à água.

Quando diz que "não podemos ter mais contemplações; é a defesa do país, é a defesa do futuro do povo português que está em jogo" e realinha que "tanto o MFA como o povo são unânimes em se declarar unidos e a reação não passará", quer demonstrar que Portugal deu mais um passo no caminho do futuro. Todos os membros do MFA são unânimes na afirmação de que o dia 11 de março servirá para tornar mais claro muitas coisas até agora obscuras.

Essas palavras, comuns ao almirante Correia Jesuino, ao capitão Clemente, ao brigadeiro Otelo Saraiva, ao general Costa Gomes e ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, refletem a conscientização que passaram a ter sobre o papel do MFA e os objetivos de 25 de Abril.

Essa nova tomada de posição é muito importante: significa que o MFA será forçado a definir com maior clareza suas funções e os objetivos revolucionários do 25 de abril.

Com a derrubada de Marcelo Caetano e o rápido desencajamento das forças armadas portuguesas das lutas coloniais, Portugal passou a viver dentro de uma situação bastante nova, em que a política é uma prática geral a todos. É evidente que isso provoca o aumento da consciência política por parte do povo. Entretanto, esse extremo liberalismo político não tinha a natural correspondência de poder.

O poder, que é objetivo e concreto, já que é traduzido por relações sócio-econômicas, não estava nas mãos dos militares, que detinham o controle do aparelho de Estado na sua parte mais superestrutural e deixavam as partes mais efetivas das relações de poder nas mãos dos mesmos grupos que sustentaram Salazar e Marcelo Caetano. Tal divisão entre o poder e a política, mais cedo ou mais tarde provocaria uma situação de conflito entre um e outro.



Povo
português
nas ruas contra o
golpe

A perda do inenso império colonial por parte de Portugal provocou a redução da riqueza do país, ao mesmo tempo em que criou a necessidade de reestruturar toda a economia nacional do ponto de vista interno. Mas essa reestruturação, por atingir os interesses monopolistas das grandes empresas portuguesas e estrangeiras, sempre foi condenada por aquelas organizações políticas centristas, liberais, e social-democratas. Como a estrutura do governo do MFA reflete esse conjunto de forças, inevitavelmente o governo ficava paralisado e preso a suas próprias contradições.

Tanto o presidente Francisco Costa Gomes, como o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, embora tenham razão em acusar os provocadores e os grupos reacionários com os principais envolvidos na última tentativa golpista, na realidade ainda não compreenderam que a raiz do problema está na origem do próprio poder que se instalou após a queda de Marcelo Caetano.

O MFA e seus mais próximos aliados se quiserem resolver o impasse em que estão metidos, terão que golpear com bastante força as bases sócio-

econômicas do neo-salazarismo. Identificar nos "reacionários e fascistas" os inimigos da revolução iniciada no 25 de Abril, pode refletir o aspecto político da crise, mas não identifica com clareza a real qualidade dos inimigos e nem sua capacidade de continuar como força política e donos da economia do país.

Esta contradição - um poder econômico-financeiro monopolista e um poder político progressista - se não for corretamente resolvida provocará, com toda a certeza, novos problemas. Não só do ponto de vista político, mas basicamente poderá produzir o inevitável fracasso da experiência do MFA, caso continue sem deter o real poder do país.

Quando o PCP passou a liderar a companhia por uma maior nacionalização das atividades financeiras e indústrias básicas, bem como a extrema necessidade de uma reforma agrária profunda, os grupos econômicos, ou seja, o poder real do país, passou a ver no partido de Álvaro Cunhal o principal inimigo e nos militares os "inocentes úteis" da "comunização" do país. Esta última tentativa golpista tinha por finalidade básica, evitar que o projeto econômico do MFA fosse posto em prática - aliás um projeto de conciliação.

Agora, que o MFA e seus aliados mais consequentes sentiram que os inimigos do regime estão firmemente dispostos a destruir o Movimento 25 de Abril, é de

esperar-se que o caráter conciliador do atual governo seja modificado para um governo mais definido e concreto em seus objetivos. Caso contrário, Portugal será palco de repetidas tentativas golpistas, mesmo que Frank Carlucci saia do país.

O povo e os partidos

Um dos aspectos mais importantes da atual situação portuguesa, desde a malograda tentativa de Spínola a 28 de setembro do ano passado, é a grande participação popular, que não só tem sido de firme apoio ao MFA, como tem se transformado no maior fator de emulação do próprio MFA. Alguns membros do MFA, como o major Melo Antunes, vêm no povo português o principal instrumento antigolpista, o que é fácil de se ver por sua participação nas duas tentativas golpistas de Spínola.

O major Melo Antunes, que é identificado como o líder do setor mais radical do MFA, tanto que defende a socialização do país e uma maior integração entre Portugal e as ex-colônias como forma de possibilitar um maior progresso ao país, vê nessas medidas o único meio de dar continuidade ao que foi iniciado a 25 de abril de 74 e assegurar um maior apoio popular.

O povo português, que alguns "analistas políticos" acham que está desacostumado com a liberdade - como se alguém fosse capaz de ficar acostumado com a falta de liberdade - tem mantido um excelente comportamento na defesa de seus interesses de liberdade e melhores condições de vida. Esse comportamento pode ser medido pela espontânea manifestação de apoio e disposição de lutar contra os golpistas e tende a crescer mais, principalmente agora que sente a incômoda presença dos inimigos em seu seio. Inimigos que falam em defender a liberdade para retirá-la tão logo cheguem ao poder - um fato corriqueiro e normal na América Latina.

Os partidos políticos que lutaram contra a ditadura salazarista como o PCP, o MRPP, o LUAR e o PSP, ao emergirem para a vida política legal encontraram um povo afoito e desejoso de descontar os quase 50 anos de ditadura. Os novos partidos, criados a partir do 25 de abril, principalmente aqueles que se diziam centristas e liberais, organizaram-se não

como uma alternativa política, mas como receptáculos do neo-salazarismo.

O PS, embora liderado por Mário Soares, um antigo lutador contra o salazarismo, por uma falsa compreensão da

realidade e por sua composição social pequeno-burguesa, foi facilmente envolvido pelas forças mais reacionárias do país. Esse seu envolvimento, principalmente por ser considerado como um partido de esquerda, foi fatal para o detonação da tentativa golpista. Para o povo português, a indireta participação política do PSP no golpe é bastante clara e nem a sua participação na passeata convocada pelo PCP e notas oficiais conseguirão escamotear um fato claro - o PSP está interessado na manutenção do regime da livre empresa e na liberal democracia.

É evidente que defender a liberal democracia pode ser o programa de qualquer organização partidária, entretanto para a situação existente em Portugal, que é feudo dos monopólios nacionais e estrangeiros, querer a continuidade da liberal democracia e da livre empresa é o mesmo que estar lutando pela permanência do passado. É bastante sensato esperar-se que o PS altere parte de suas proposições, no caso de pretender ainda significar alguma coisa para o povo português.

Os atos de "violência" que atingiram as sedes do PDC, PPD e CDS são sinais de que o povo português já tem clareza suficiente para localizar o inimigo. Essas organizações partidárias, que vinham jogando na campanha anticomunista o sucesso nas futuras eleições, agora que foram repudiadas pelo povo, tentarão voltar à luta afirmando que jamais estiveram envolvidas no golpe e que é firme a sua disposição de lutar pela manutenção da liberdade em Portugal.

Fora as questões econômico-sociais que estavam em jogo, outros fatores influenciaram para a detonação do golpe: o avanço político-eleitoral das organizações de esquerda, como o PCP, o des-



Povo e militares na defesa da liberdade



Álvaro Cunhal, bases mais fortes e mais influência

mascamamento da real natureza dessas organizações, e a crescente pressão popular por medidas mais radicais e pela participação do MFA no futuro governo. Tais fatos, mais a falsa apreciação do nível de consciência política do povo, foram as causas imediatas da tentativa golpista.

Perspectivas

O novo quadro político criado pela "intentona contra-revolucionária" forçará o governo português e o MFA a tomarem medidas mais drásticas e urgentes. Segundo os analistas internacionais as recentes eleições para os Conselhos de Armas e Serviços, bases do MFA nos quartéis, foram vencidas pelos spionistas, o que deve ter determinado um maior impulso na tentativa golpista. Ora, se essa situação ainda é real, a

despeito de forte defecção sofrida com o fracasso do golpe, é evidente que o MFA tem de romper e modificar o quadro.

Grande parte das medidas a serem adotadas pelo MFA não pode ser circunscrever ao âmbito militar, mas no campo sócio-econômico, a real base do poder reacionário. Os 30 chefes militares da tentativa golpista se movimentaram só pelo gosto da aventura, agiram porque acreditavam que existia uma sólida base política para o golpe. Este pressuposto também não é uma proposição ideal, mas sim o reflexo das profundas contradições do MFA.

Até um determinado ponto, caberá ao MFA tomar a iniciativa de ataque e essa iniciativa terá que atingir alguns pontos básicos:

- destruir por completo a cadeia de comando anterior e substituí-la por um novo sistema hierárquico;
- reduzir o poder econômico-social dos grupos que sustentaram Salazar e Marcelo Caetano;

- aprofundar no seio do povo português os objetivos revolucionários e transformadores, como quer Melo Antunes;

- definir um novo tipo de relação entre o poder e a política, ou seja, fazer com que uma seja o reflexo da outra;

- criar novas formas de organização para o povo e reativar ao máximo as formas já existentes, como os sindicatos e organizações profissionais;

- assumir e definir de modo concreto os objetivos político-sociais do governo e do próprio MFA.

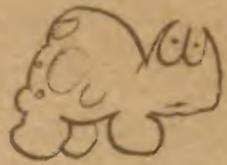
Essas medidas, embora justas, só poderão significar alguma coisa se o povo português e as organizações políticas que realmente lutaram e lutam por ele, tiverem uma concreta participação no poder. Nenhum poder é exercido independente de uma organização política e nem despoído de formulações ideológicas. Neste momento os rumos de Portugal estão mais claros do que antes e muito mais do que o MFA, caberá ao povo e a suas organizações políticas o real encaminhamento para o futuro.

O povo e os militares, quando disseram basta ao fascismo e ao neosalazarismo, reafirmaram os seus objetivos de criar um novo país.

PEDRO AYRES

VERINHA

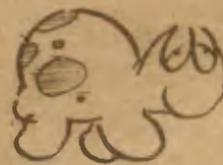
A PRIMEIRA GALINHA QUE CANTA



É A PRIMEIRA QUE PÔE O OVO



DEPOIS DE TANTOS CHILES E VIETNAMS ...



SERA QUE



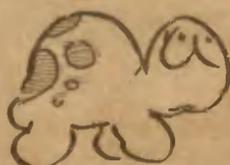
OS EMPREIADORES AMERICANOS INDA NÃO APRENDERAM



COMO NO CHILE



OS "DEMOCRATAS" ACUSARAM



A MAIORIA SILENCIOSA SUSSURROU



ATÉ OS SOCIALISTAS FIZERAM COÏTO ...



É MAS PORTUGAL MUDOU A ESCRITA



... É AGORA JOAQUIM ?!



O ERRO DO SPINO/A



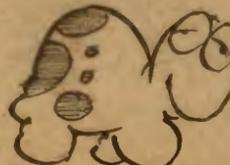
FOI PENSAR



QUE PORTUGAL



É TERRA DE CEGO !!



WAGNER



Vida que vem do lixo: legumes deteriorados e frutas são disputados por gente e ratos

LIXO: ALIMENTO DA BAIXADA

A evidência da miséria é registrada nas mais variadas formas, nas 24 horas do dia. É o alto índice de mortalidade infantil; o analfabetismo que se tenta debelar; as longas filas do INPS; a promiscuidade nas favelas; a delinquência e a onda de violência que se dissemina de maneira incontrolável. Mas uma forma das mais gritantes, talvez seja a cena que se desenrola no palco dos lixões e das cloacas a céu aberto que infestam os municípios da baixada fluminense: ali centenas de famílias disputam com os urubus, os restos de lixo que vendem ao ferro-velho ou comem quando são restos de alimentos deteriorados. Estas áreas, usadas como depósito de lixo urbano, são densamente povoadas com valões de esgoto descobertos, onde brincam as crianças. É cena do cotidiano desta região e um desafio ao governo da fusão.

O quadro social dos municípios urbanos mais próximos da Guanabara, São João do Meriti, Caxias, Nilópolis e Nova Iguaçu - é dramático. A população de baixa condição sócio-econômica - que disputa o mercado de trabalho oferecido na Guanabara - vive em locais sem a mínima infra-estrutura sanitária, subalimentada e ameaçada por todas as doenças. A verminose impera imbatível. Focos de esquistossomose tem sido localizados. E a hepatite surge como o resultado da infiltração da água dos esgotos nos poços artesianos.

A precária rede de esgotos que serve a esses municípios já tem mais de 40 anos. E foi projetada para uma região agrícola. Com a explosão demográfica da região, valas de escoamento de esgotos foram abertas e estas lançam seus detritos em rios e riachos que desembocam na Baía de Guanabara. O volume é de 10 mil litros de esgotos por segundo.

A vida que vem do lixo.

O que fazer com o lixo é um desafio que nenhuma administração conseguiu vencer. São João do Meriti, com 34 quilômetros quadrados ocupados pelos seus 350 mil habitantes, já não tem zona rural e nem onde jogar seu lixo. Seu último depósito fica na divisa com a Guanabara, ao lado da via Dutra. Mas como seu sistema de recolhimento é precário, parte da população descarrega seu lixo em terrenos baldios, colaborando assim para o entupimento, durante as cheias, do reduzido sistema de esgotos e galerias pluviais.

Em Nilópolis - região mais densamente povoada do país, 140 mil habitantes para 9 quilômetros quadrados - a situação é dramática. De maneira oficial, é utilizado como depósito de lixo e vazadouro de esgotos, a divisa do município com Meriti, um bairro residencial chamado Novo Portugal. Esta "vizinhança" - lixão vazadouro - infestou a região de ratos. Segundo noticiário de jornais quatro crianças morreram recentemente de leptospirose.

Segundo o prefeito Simão Sessim, de Nilópolis esse vazadouro já está saturado e deve se esgotar totalmente dentro dos próximos três meses. E nos seus 9 quilômetros quadrados não há mais lugar para se colocar lixo. A prefeitura tem tentado outro local fora do seu município - sua receita não permite a instalação de uma unidade incineradora - a qual também seria apenas uma solução parcial, pois poluiria mais ainda a área. Em suas tentativas recorreu até o 11º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército. Mas a região solicitada foi recusada por motivo de segurança nacional.

Se a poluição e endemias, causadas pelos lixões matam - garantem para alguns um arremedo de vida -, a área utilizada por Meriti para descarregar seu lixo e a única fonte de renda para centenas de famílias moradoras na divisa do Rio com a Guanabara. Emigrantes de outros estados, analfabetos, e sem profissionalização recorrem à coleta do lixo para sobreviver. Mesmo quando chove e a área fica parcialmente alagada eles recolhem seus "produtos".

São em sua maioria mulheres e crianças. Mas há também homens, velhos e adolescentes. É um exército maltrapilho que invade a área às 6 horas da manhã, de enxada e saco de estopa na mão. Dentro de uma atmosfera irrespirável, além do cheiro dos detritos há a fumaça, pois parte do lixo é queimada, eles recolhem latas, vidros, plásticos, caixas de papelão e até alimentos. Iniciam o trabalho e ficam até mais ou menos meio dia. Voltam à tarde para terminar a tarefa ao escurecer. O produto recolhido é vendido em um dos quatro ferro-velhos instalados em barracos a uns 100 metros do lixão.

Constituem uma trágica comunidade. Todos se conhecem e acatam as mesmas leis. Duas são soberanas. A primeira: quem primeiro colocar a mão no objeto é o dono. E a segunda: seus problemas internos são decididos ali. Não podem transpirar. Segundo o menino Roberto, de 11 anos, que ajuda a mãe na



coleta: "às vezes a enxada come, mas o pessoal aparta e faz os curativos". Os mais antigos - de idade e de "profissão" exercem uma espécie de liderança. Resolvem as desavenças, impedem ou apartam as brigas, e curam os feridos.

Além do produto vendido no ferro-velho, eles (principalmente as mulheres) recolhem legumes semi-estragados despejados pelos caminhões dos supermercados. E no meio do lixo, ratos, poeira ou lama cortam laranjas, chupam e dão para os filhos.

Os garimpeiros

Dona Lourdes é uma das mais antigas no local. Viúva, mineira, analfabeta e mãe de dois filhos, sentada no lixo dividia laranjas murchas para seus filhos e três de uma companheira. É uma das "privilegiadas" do lixão. Conhece o pessoal dos caminhões que descarregam e por isso deles recebe lixo mais valioso: latões grandes, vidros inteiros, caixas de papelão etc.

- Não posso trabalhar. Não tenho marido. Com o dinheiro que faço aqui crio meus filhos. Num dia de sorte tiro até 10 cruzeiros. Roubar seria pior.

Maria José destoa das outras mulheres. Tem apenas 27 anos, é gorda e tem só um filho. Veio de Sergipe e tem mãe doente. Analfabeta, perdeu seu único documento: sua certidão de nascimento.

Dona Luzia tem 54 anos mas aparenta 70. Cabelos brancos, olhos azuis, pele curtida pelo sol, é de Aracajú. Do lixo tira os 50 cruzeiros que paga pelo barraco onde mora com o marido doente. Tira também algumas batatas e cebolas e uma ou outra fruta semi-estragada.

- Meu velho está com hérnia e não pode trabalhar. Antes fazia biscates. Eu fico aqui o dia inteiro e não dá para nada. Hoje mesmo cheguei às 6 horas e até agora (eram mais ou menos meio-dia) só fiz 2 cruzeiros. A tarde volto.

O mercado do lixo

Os quatro ferro-velhos ficam entre o lixão e a estrada que vai para Meriti e Caxias. O dono de um deles é Manoel Lopes, português de 56 anos, "estabelecido" no local há 18 meses. Mora no bairro de Portugal, perto do vazadouro de Nilópolis. Com seu rádio de pilha e seu cachorro fica esperando os seus fornecedores e seus compradores das 6 da manhã às 6 ou 7 da noite. Faça chuva ou faça sol.

Logo que chegou ao Brasil em 1938 foi ser carvoeiro. Em 1958, já dono de uma carroça, e freguesia, foi desalojado do negócio pela difusão do fogão a gás. Passou, então a fazer frete, até ser proibido carroças transitarem pelo centro de Nova Iguaçu. Montou então seu ferro-velho.

O preço dos produtos são tabelados por eles mesmos. Não dependem do CIP. Seu Manoel, assim como seus três concorrentes pagam Cr\$ 0,20 pelo quilo do ferro, Cr\$ 0,10 pelo de lata; Cr\$ 0,15 pelo vidro ou cacos, e Cr\$ 0,10 pelo quilo de plástico ou papelão. Compra sacos de estopa ou trapos de roupa só quando recebe encomenda.

- Papel sujo não compro mais. Não dá para vender. Aquelas pilhas de 3 por 2 metros estão há um ano ali. Quando chove, tudo isto alaga e papel e trapos se perdem.

Afirmou também que compra de mais de 200 pessoas por dia, mas que seu lucro não chega a 500 cruzeiros por mês. "É pou-

co, mas sem saber ler e com a minha idade não tenho emprego em lugar nenhum."

Uma herança para fusão

Sem suporte e nem perspectiva de autonomia econômica, os quatro municípios vizinhos da Guanabara têm muito em comum. Fornecem mão-de-obra barata para o seu vizinho rico - operários, semi ou não especializados, pedreiros, serventes, faxineiros, empregadas domésticas, etc. Carecem de dividendos para atender seus serviços de utilidade pública: hospitalar, medicina preventiva, e até mesmo rede de água e esgotos.

Para o engenheiro Acir Campos, diretor da 6ª DRS - Rio de Janeiro e Guanabara - do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, os problemas da Baixada Fluminense tem raízes antigas, e exigem uma solução global. Uma região programada há 40 anos para ser agrícola, foi transformada, em área urbana superpovoada por uma população que trabalha e conseqüentemente recolhe seus impostos, INPS, etc., em outro Estado. E não tem como fugir desta situação. A região não tem meios de absorver a mão-de-obra local. Como exemplo, para os 350 mil habitantes de Meriti há apenas duas empresas de grande porte: um supermercado e a administração pública, Prefeitura e Câmara Municipal.

Só um plano global, de âmbito estadual ou federal, poderá solucionar a falta de infraestrutura básica da Baixada. Até agora esta tarefa ficou a cargo das prefeituras. E, devido a sua crônica falta de verbas para obras públicas de grande porte, nada foi feito. Quanto ao DNOS, sua atuação só poderia ser feita através de convênios com os municípios. E, segundo seu diretor, as obras realizadas só foram possíveis, depois de exaustivos entendimentos junto a outros órgãos estaduais (como a Cedag), ou particulares (Light), e até mesmo federais, quando era necessário mexer em trechos de rodovias (DNER) e ferrovias (RFFSA). E estes convênios, foram firmados quase que só para solucionar o problema das enchentes, principalmente depois da grande cheia de 1970.

De acordo com afirmação do engenheiro Acir Campos, o DNOS, depois da fusão deverá ficar encarregado apenas dos grandes rios, pois existe um grupo de trabalho, por ele assessorado, que tem a intenção de criar um novo órgão, a Superintendência de Rios e Lagos, que atuará em âmbito estadual solucionando os problemas de pequenos rios. A este órgão, caberia a responsabilidade de criar sistema de esgotos e águas pluviais.

Quanto ao lixo, técnicos do DNOS, acreditam que o problema poderia ser solucionado através de acordos entre as prefeituras e o governo do Estado. Argumentam que enquanto uns municípios não têm mais onde jogar seu lixo, outros como Meriti, e Caxias, tem áreas abaixo do nível do mar, e portanto, vítimas constantes das enchentes. Para eles a transferência do lixo e sua utilização como base para aterrar estas áreas seria a solução.

Para a população, resta a espera, de que a partir de 15 de março, junto com a nova administração, novas fórmulas e órgãos, venha também "o milagre do desenvolvimento" para salvar a Baixada, e seu povo, que sobrevivem no lixo e do lixo.

EXITO DA FUSÃO DEPENDE DO DIÁLOGO POLÍTICO

O bom relacionamento entre o executivo e o legislativo, de maioria oposicionista, é componente fundamental na implantação do Estado do Rio de Janeiro. Não só como norma de comportamento democrático que consagra a harmonia dos poderes, e atende a orientação política do presidente Geisel - do qual o Governador Faria Lima é delegado - mas, e sobretudo, manifestação de respeito a vontade eleitoral de novembro.

A implantação do novo Estado do Rio de Janeiro, que agora se inicia, é um marco histórico na vida político-administrativa do país por força das implicações que acarreta no quadro federativo. Trata-se de um trabalho que exige esforço ingente, tenacidade e bom senso, dinâmica administrativa e equilíbrio político, prudente e firme imparcialidade executiva.

A população do Estado como que se acha possuída de ansiosa expectativa aguardando os primeiros passos executivos que ofereçam medidas avaliadoras de comportamento face aos problemas que distorcem ou às vezes sufocam o crescimento socio-político das comunidades.

A escolha dos auxiliares imediatos do governador, do secretariado, foi de modo geral bem recebida pela opinião pública e pelos partidos, dado o credenciamento técnico dos nomes indicados e sua vivência no trato da coisa pública. Os dois prefeitos até agora indicados, do Rio e Niterói, estão no mesmo plano do secretariado.

Apesar dessa receptividade, a opinião pública estadual, principalmente a que se localiza no interior do Estado, aguarda a tomada de posição do governo, a demarcação administrativa a fim de colher elementos para a formação de um juízo consciente e imparcial.

A imprensa, notadamente a diária, vem se entregando a um trabalho de levantamento de problemas e de captação da opinião popular sobre as necessidades que afligem os conglomerados humanos, embora tenha ela, daqui por diante, se realmente pretender ocupar a sua posição legítima, de caracterizar-se como imprensa do Estado do Rio de Janeiro, alcançando as comunidades que o compõem, veiculando diuturnamente suas notícias, fatos e necessidades, proclamando seus reclamos, com características mais amplas e novas, do que simples órgãos da antiga cidade-estado.

Em meio a esse noticiário, veiculou-se uma informação que é motivo permanente de conversas e debates em todos os lugares aonde se anda no interior do Estado. Noticiou-se de que estariam prontos para publicação, após a posse do governador Faria Lima, cerca de quatrocentos decretos sobre a es-



Faria Lima:
fusão mais difícil sem
diálogo com Oposição

trutura do novo Estado, diplomas esses resultantes dos grupos que, sob a direção do governador, trabalharam no palácio da Rua Larga.

Não se sabe se a notícia é verdadeira. Se o é, pouco ou quase nada se sabe da orientação que presidiu a elaboração desses diplomas legais. E o mínimo que transpirou, em alguns casos, provocou divergências pelo abismo criado entre o tecnicismo puro divorciado do sentido político-social, justamente em casos que este detém o primado como elemento-força a presidi-los.

Supressão de Comarcas

Há serviços que o Estado tem a obrigação de prover, em benefício da sociedade. Seus resultados não se devem obter por via de balanços financeiros, mas de elementos que compõem a harmonia social da comunidade. E um dever impostergável do poder público, que dele não se pode demitir sob pena de expor-se a desequilíbrios sociais no comportamento gregário, tie-

gindo assim a uma das suas missões precípua.

Nesse caso encontra-se o problema da supressão de algumas comarcas no interior. A presença do juiz e também do promotor no município, e o conseqüente funcionamento dos serviços judiciários, não se aquilata pelo recolhimento dos impostos, taxas e custas gerados, mas pela missão social de que se acham revestidos pela autoridade que encarnam, transmitindo, aos jurisdicionados, princípios morais, éticos, ponderação e equilíbrio. E tanto menor a comunidade, mais rígida e implacável é a fiscalização popular sobre as suas autoridades.

No início da nossa vida profissional no interior do país, e lá se vão tantos anos, defrontamos com um problema como esse. A solução se tornava mais difícil, pois em plena vigência do chamado Estado Novo, a solução dependia de uns poucos, eliminado o debate e a avaliação social do problema. Através do cumprimento de exigências legais, nem sempre obedecidas, e contando para isso com a boa vontade dos titulares dos instrumentos judiciários e administrativos, conseguimos em pouco tempo, em trabalho de equipe, duplicar o movimento forense e através desses números evitar o desastre. A comarca ainda lá está, viva, atuante, prestando os seus serviços de reconhecido conteúdo social.

As comarcas ameaçadas no interior do novo Estado uniram-se agora na defesa dessas prerrogativas, enviando às autoridades memoriais que merecem ouvidos. A imprensa divulgou trechos de um deles, documento elaborado por um serventário de justiça de Mendes, cujas razões provocam acatamento e respeito. Temeroso, de certo, de que o apelo das comarcas ameaçadas não obtivesse guarida nesta fase de transição, aventou ele a possibilidade da criação de jurisdições judiciárias agrupando comarcas, para onde juizes e promotores se deslocassem em dias determinados. É uma idéia elogiável, que contorna o problema de modo transitório, pois que a conservação da comarca, na sua inteireza, é dever social do Estado.

A equação serviço-rentabilidade financeira não deve e não pode ser aplicada de modo absoluto, uma vez que há serviços do Estado cuja rentabilidade é fundamentalmente social e não financeira.

Um dos secretários do governo Faria Lima, que conhecemos há cerca de duas décadas na direção do antigo Serviço Especial de Saúde Pública tinha diariamente esses problemas e os enfrentava com a sua autoridade renomada de técnico, sob esse prisma. Quantas vezes Ernani Braga se via a braços com graves problemas de pequenas comunidades, exigindo investimentos avultados com retorno financeiro de pequena monta, mas de amplos e surpreendentes resultados sociais!

Não se diga que prioridades devem ser identificadas nas obrigações fundamentais e indelegáveis do Estado. A obrigação de prover não se deve violentar sob a escala de prioridades, que deve ser identificada acima dos fundamentos sob os quais se assenta o Estado. A supressão das comarcas, agora, violenta, fendido, alicerces que devem permanecer intocados.

Executivo e legislativo

O governador Faria Lima tem à sua frente, além da gigantesca tarefa administrativa, uma outra também de igual dimensão. Ninguém pode deixar de reconhecer que o executivo do novo Estado recebe um acervo de problemas que exige desempenho dinâmico e equilibrado voltado para o interesse público. A diversificação das suas exigências e o grave contraste em que se defrontam as suas áreas, levando-se em conta que a fusão o torna a segunda unidade da federação, fazem com que o novo Estado exija do seu executivo um comportamento que responda a esses desafios.

A outra tarefa, umbelicalmente ligada à primeira, diz respeito ao relacionamento político do governo Faria Lima com o legislativo estadual, de maioria do MDB. A oposição detém maior poder de decisão no âmbito legislativo, igualando-se, no particular, aos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre. Não adotando a filosofia "de quanto pior melhor", tem entretanto o MDB as suas bandeiras, teses, princípios. É um fato que não pode ser relegado a plano secundário ou deslembado pelo executivo.

Necessário é convir que a Arena, por força de manifestação eleitoral de novembro, não detém o poder no Estado do Rio de Janeiro. O governador Faria Lima, como delegado da confiança pessoal do presidente da República, tem sobre si a responsabilidade do encaminhamento desse diálogo com a oposição, que só benefício trará à coletividade.

O relacionamento executivo-legislativo é fundamental ao êxito da implantação do novo Estado. O governo, abrindo à oposição os elementos necessários de informação e pesquisa que fundamentam os seus projetos e os seus rumos e dialogando no plano superior de poder para poder, estará contribuindo decisivamente para que a implantação da fusão alcance os seus objetivos legítimos, sobre adequar-se à orientação política do presidente Geisel. E, em última análise, atendendo à manifestação soberana das urnas no pleito de novembro.

HUMBERTO ALENCAR



A ESTAGNAÇÃO COMO HERANÇA

A lavoura do novo Estado com problemas seculares.

De todos os problemas que o Estado do Rio acumulou ao longo de seu desenvolvimento desordenado, a agricultura constitui o mais grave. Há deficiências no setor de transportes, industrial, turístico etc., mas a monocultura, a concentração fundiária estão incentivando o êxodo agrícola, enquanto a produção cai e o mercado consumidor aumenta. A fusão tem seus prós e contras, mesmo sendo uma medida de força. Os números mostram que o novo Estado do Rio será grande, o segundo Estado do Brasil. Mas os problemas são muitos e precisam ser solucionados.

Em termos numéricos, o novo Estado ganha significação: apesar de representar apenas 0,5% da extensão territorial brasileira, constitui um mercado consumidor de 9,8 milhões de pessoas, que correspondem a 9,7% do total de habitantes do país. Sua participação na riqueza nacional pode ser avaliada pelo produto interno bruto - o segundo do país - de Cr\$ 56 milhões, correspondente a 14,5% do total nacional. Possui uma rede viária de 1.725 quilômetros de rodovias, estando programada, ainda, a construção de mais 456 quilômetros. Os depósitos bancários vão a Cr\$ 22.376 milhões e a arrecadação de ICM a Cr\$ 3.663 milhões.

O Estado é o 7º produtor de carne bovina do país, 6º produtor de leite, 5º produtor de pescado, com 50 mil toneladas, 4º produtor de abacaxi - mais de 25 milhões de frutas, 4º de banana - 43 milhões de cachos, 4º de cana de açúcar - 6 milhões de toneladas, 3º produtor de laranja - mais de 1 bilhão de frutas, 2º produtor de tomate - 19% da produção do país, 2º de aço em lingotes - 2 milhões de toneladas, superado apenas por Minas Gerais e o maior produtor de cimento Portland de alto forno, com 561 mil das 769 mil toneladas produzidas no país (dados de 1973).

A contribuição para a receita orçamentária nacional é de Cr\$ 5.358 milhões - ou 4,1%. A participação do setor secundário (indústria) na formação da renda é de 49,8%. Após a fusão, o Estado do Rio passa a empregar 1.262 mil pessoas e a renda per capita a Cr\$ 5.713,00.

Assim isolados, os números são imponentes, mas a verdade não o é. É verdade que temos um mercado consumidor de quase 10 milhões de pessoas,

mas não há uma estrutura de produção para o abastecimento desse mercado. O PIB é o segundo do país, mas a renda per capita é baixa: Cr\$ 5.713 contra Cr\$ 7.827 de São Paulo. E verdade que temos uma rede viária de 1.725 quilômetros, mas ainda se chega às usinas de Quicamã (a primeira construída no Brasil) e Carapebús, por estradas de terra.

Além do fato de que o transporte rodoviário se tornou anti-econômico e não temos ferrovias para escoar a produção: nossas ferrovias representam apenas 7,4% das ferrovias construídas em todo o país, mesmo assim funcionando em condições precárias e, via de regra, deficitárias.

O novo Estado emprega 1.262 mil pessoas, mas o êxodo rural aumenta juntamente com o desemprego e o subemprego, enquanto a agricultura necessita

de uma reformulação radical, assim como a indústria.

Através da fusão, o governo tenta fazer do novo Estado do Rio, o segundo Estado do Brasil. Para isso conta com todo o potencial agrícola (e por que não industrial) fluminense, além das promessas que representam os 600 milhões de barris de petróleo anunciados pela Petrobrás, no ano passado, esperando-se, para dentro de três anos, uma produção diária de 200 mil barris.

Entretanto, o aspecto da fusão é bem outro. Acontece que o Estado do Rio foi obrigado a acolher uma população muito grande, que hoje deve andar pela casa dos 4 milhões de habitantes, mas que trabalha e produz no Rio. Ao Estado do Rio, propriamente, só dá despesa, na medida em que recebe equipamento urbano necessário como habitação, luz, água, esgoto etc.

Com o crescimento dessas populações residentes na zona chamada periférica do grande Rio, os problemas tornaram-se praticamente insolúveis, já que o Estado passou a dispor cada vez menos de recursos para esse fim. Assim, a fusão, na medida em que permitir uma melhor distribuição de recursos de ambas as partes, vai dar condições para que se repare essa injustiça que só tem feito beneficiar o Rio, muito embora, a longo prazo, a este também a fusão deva acarretar benefícios.

O Rio é uma cidade congestionada não só do ponto de vista populacional como também industrial. Hoje não mais se admite - ou se deseja - o crescimento de cidades acima de três ou quatro milhões de habitantes, já que acima dessa cifra a qualidade da vida tende a cair verticalmente.

Para os habitantes do Rio, é cada vez mais desejável que o crescimento industrial se processe fora de suas fronteiras, pois já não tem sentido continuar-se instalando indústrias dentro da zona urbana. Em compensação, existem áreas muito grandes ainda desocupadas, por exemplo, ao longo do Vale do Paraíba, do eixo Rio-São Paulo, do eixo Rio-Belo Horizonte e do eixo Rio-Vitória.

Concentração e estagnação

Em relação à Guanabara, o Estado do Rio traz uma série de deficiências cujo ônus financeiro maior, certamente deverá recair sobre a Guanabara, que terá grande parte de sua receita aplicada em obras do novo Estado. Os portos de Sepetiba, Angra dos Reis e Niterói precisam ser urgentemente remodelados de modo a atender ao comércio marítimo do novo Estado. Há deficiências no setor de transportes, cuja rede viária, por si só anti-econômica, e somente atende a alguns pontos do Estado.

É o caso, por exemplo, das usinas de açúcar de Quiçaman e Carapébús, cujo acesso é feito, ainda hoje, por estradas de terra. É preciso construir ferrovias para escoar a produção do Estado de forma mais viável, economicamente, e mais eficiente.

Falta infra-estrutura industrial, faltam silos e frigoríficos, a produção é diversificada; e turismo não conta com nenhuma organização, estando a maior parte dos hotéis de 1ª classe do país e dos restaurantes turísticos no Rio, muito embora as praias e localidades seranas fluminenses constituam

áreas com menos de 10 ha, as lavouras representavam 69,95 dessa área, enquanto nas propriedades acima de 1.000 hectares esse percentual caía para 11,6%. Em 1970, esse percentual havia subido para 28,7%, índice considerado, ainda, muito baixo.

O censo de 1970 revelou, ainda, um predomínio do minifúndio e do latifúndio na estrutura agrária do Estado. E revelou, ainda, que a alta taxa de concentração fundiária representada pelo latifúndio teve vários reflexos sobre a agropecuária; baixa utilização produtiva das terras, não contribuindo para o aumento da produção agropecuária em geral; associação latifúndio-monocultura, dificultando a diversificação de produção agrícola, tornando-a sensível a crises econômicas, com reflexos na renda gerada e no emprego agrícola. Impossibilidade dos proprietários de explorar economicamente suas terras por falta de condições administrativas empresariais; inexistência de uma política efetiva de preços mínimos do produtor.

Acontece que a exploração agrícola fundada na monocultura caracteriza-se pela paralisação das atividades durante

Esses dados mostram, também, que o aumento de produtividade agrícola não foi o suficiente para compensar a evasão da mão-de-obra do campo, além de um outro fator importante, que é a proximidade de um grande centro consumidor - Guanabara - essencialmente importador de alimentos, por não ser um Estado produtor.

Obra inútil

Apontada como uma das obras mais importantes deste século, para o aumento do fluxo de mercadorias entre os antigos estados a ponte Rio-Niterói aparece, um ano após sua inauguração, como uma obra viária quase que inútil. Isto porque, na verdade, ela praticamente em nada contribui para o escoamento da produção fluminense para o Rio, seu principal centro consumidor. Já no ano passado, cerca de dois meses após trocarem a estrada Rio-Magé pela ponte, os motoristas de caminhões voltavam à velha estrada que mesmo mais longa, ainda se tornava mais econômica que pagar o mínimo de Cr\$ 60,00 de pedágio.

Hoje, quem passa pela ponte é carro de passeio, graças aos quais se arrecadou de pedágio,



A Ponte Rio-Niterói: os problemas da fusão acelerados.

um prolongamento atraente do Rio de Janeiro propriamente dito.

A agricultura, entretanto, é o setor mais deficiente, conservando, ainda, os vestígios da monocultura extensiva e predatória que caracterizou a colonização portuguesa. E quanto à estrutura fundiária, a situação não mudou muito. Em 1960, de acordo com o Censo daquele ano, havia uma grande concentração e fragmentação das propriedades rurais do Estado do Rio, onde 42,5% de seu total eram constituídos por estabelecimentos com menos de 10 hectares, ocupando apenas 3,9% da área total. E 0,6% do total, com área acima de 1.000 ha., ocupava 21,8% da totalidade da área rural, em 1970.

Os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 51,28% do total das propriedades rurais, representando apenas 4,9% da área rural total do Estado.

Verificou-se, também, que quando menor a extensão da propriedade rural, maior é o seu grau de utilização. Em 1960, nas

determinado período do ano, criando contingentes de desempregados nas épocas de entressafra. Tudo isso faz com que o proprietário agrícola não se arrisque a investimentos maiores na sua propriedade, os quais acarretariam considerável aumento na produção, além de incentivar o êxodo rural, levando grandes levas de empregados do campo para a cidade, estimulando o desemprego e o subemprego nos centros urbanos.

Além disso, as atividades agropecuárias no Estado do Rio têm sofrido visível estagnação. Comparando-se a taxa de aumento populacional com a de crescimento do produto agrícola no período 1960/70, verificou-se uma defasagem de 1,4%. Como a população urbana cresceu 6,4% ao ano, nesse mesmo período, enquanto a rural crescia apenas 0,9% a.a., a defasagem entre a quantidade de alimentos produzidos em terras fluminenses e o número de consumidores desse Estado aumentou ainda mais, pois com o deslocamento de populações rurais para a cidade, o número de produtores diminuiu, enquanto aumentava o de consumidores.

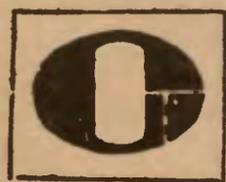
em um ano, quase 1 bilhão de cruzeiros.

Tem razão o senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) quando diz que a ponte é inútil para o povo: É uma obra supérflua destinada a servir de ponto turístico e a dar conforto aos membros da classe rica, enquanto os 100 mil trabalhadores que não possuem carro continuam sendo obrigados, diariamente, a cruzar a baía através das barcas.

Seu custo real dificilmente será conhecido - diz Roberto Saturnino - mas é a obra mais cara do Brasil, se confrontada com suas dimensões e se considerado seu baixo coeficiente de utilização social, dentre todas as obras realizadas neste país, em todos os tempos.

Ela é fruto de uma época em que o povo e seus representantes no Congresso não mereciam a satisfação de uma consulta ou de uma informação, durante a qual os políticos não tinham nenhuma importância e o governo fazia política com projetos-impacto.

SÉRGIO MACEDO



ORGAL

ORGAL S. A. - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**CEARÁ
PIAUI
MARANHÃO**

**Empilhadeiras
CLARK**

**Retro escavadeiras
MICHIGAN**

**Pás carregadeiras
MICHIGAN**

**Tratores de rodas
VALMET**

**Tratores de esteiras
KOMATSU**

**Hancock Scraper
MICHIGAN**

PEÇAS GENUINAS
PARA TRATORES EM GERAL
DA AFAMADA
MARCA LANDRONY

Escritórios:

- DEPARTAMENTO DE MÁQUINAS E DEPARTAMENTO TÉCNICO
Rua J. da Penha, 505

Telefones:

Gerência Geral	26 - 9364
Departamento Comercial	26 - 5256
Departamento Administrativo e Financeiro	26 - 5786
Departamento Técnico	26 - 5255

- DEPARTAMENTO DE PEÇAS

Rua Coronel Ferraz, 88

Telefones:	26 - 7706
	26 - 4333

Caixa Postal, 445
FORTALEZA - CEARA

ORGAL

FILIAL DO MARANHÃO
Av. João Pessoa, 260 - Filipinho
Telefone: 2-0935
SÃO LUIZ - MARANHÃO

OPERAÇÃO RONDÔNIA: ASSALTO A MÃO ARMADA

3

Cassiterita: espoliação das riquezas nacionais

As reservas minerais dos países desenvolvidos tendem ao esgotamento, como é do conhecimento público. Países altamente industrializados como Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Inglaterra extraem de seu subsolo uma fração pequena do minério utilizado em suas indústrias. Para alcançar seus níveis de poder, riqueza e conforto, esses países tiveram de lançar mão da matéria-prima existente nos países classificados subdesenvolvidos ou terceiro mundo ou, simplesmente, países pobres (pobres, aliás, justamente porque assaltados). O fato novo desta velha e trágica história é que os países subdesenvolvidos "descobriram" que o controle sobre suas próprias riquezas minerais é a única cartada que pode virar o jogo a nosso favor. Os países industrializados (isso é, desenvolvidos), para manter o seu status, necessitam manter a industrialização a qualquer preço. Ou seja, necessitam continuar o assalto. Ameaçando invadir o golfo Pérsico e tomar a matéria-prima a bala e napalm, no caso do petróleo árabe, ou agindo sorrateiramente através das multinacionais, no caso do estanho de Rondônia.

As reservas de cassiterita (minério do estanho) existentes em Rondônia, segundo prospecções oficiais, estão avaliadas entre cinco e oito milhões de toneladas e equiparam-se ao total de reservas mundiais conhecidas. A isto acrescenta-se que o teor do estanho brasileiro é superior à média mundial: as jazidas de Rondônia podem produzir até três quilos de cassiterita por metro cúbico; na Ásia, onde estão os maiores produtores, 500 gramas por metro cúbico é considerado excelente resultado, sendo normal 200 a 300 gramas por metro cúbico.

Com a produção restrita à Malásia (maior produtor), Bolívia, Indonésia, Tailândia, Tunísia, Nigéria, China e URSS, a cassiterita é relativamente rara na natureza. Devido à sua aplicação no mundo industrializado e a essa raridade, trata-se de um mineral arrolado como estratégico. As reservas mundiais, mesmo com o acréscimo do potencial brasileiro, estão calculadas para uma demanda de trinta anos, segundo o Conselho Internacional do Estanho (o Clube de Roma, pessimista, calcula em apenas quinze anos).

O estanho, que também pode ser encontrado em estado puro, é componente

indispensável na indústria eletrônica e está presente na automobilística (um carro grande pode conter até três quilos de estanho sob forma de solda, fora a lataria), embora seja mais conhecida a sua utilização em folhas de flandres e em papel laminado destinado à conservação de alimentos. Entrando na composição de milhares de produtos, a cassiterita tem aproveitados seus resíduos como "lá de vidro".

Com as reservas monumentais de Rondônia, o Brasil poderia localizar-se entre os maiores – senão o maior – produtores mundiais, abastecendo seu próprio mercado e, se assim o desejasse, exportando (ou optando pelo estoque, a exemplo dos EUA que mantêm 232 mil toneladas de reserva, intocáveis, desde 1969). Entretanto, falta estanho para o mercado interno brasileiro – o que está gerando, desde o ano passado, estudos visando a liberação dos preços do metal ainda em 1975. Com a liberação dos preços o governo colocaria o mercado brasileiro em plano de concorrência com os mercados estrangeiros, uma vez que os produtores tanto do minério como do metal preferem vender à Europa e aos EUA, onde os preços são mais altos.

Explicando: o preço interno brasileiro é estabelecido a partir da cotação da London Metal Exchange (Bolsa de Metais de Londres) dentro do seguinte critério: – o estanho contido na cassiterita nacional custa 76,5% do preço do metal no mercado externo, enquanto o estanho metálico é cotado a 90% do preço internacional. Dessa forma, é sempre mais vantajoso para o produtor brasileiro exportar o estanho do que vendê-lo ao consumidor brasileiro, não importando que os preços estejam em alta ou em baixa na Bolsa de Londres.

Libertando os preços, abandonando o critério London Exchange, o governo brasileiro ofereceria aos produtores um mercado interno em níveis idênticos ao externo, embora isso passasse a significar uma espécie de "importação de nossa própria produção". O que, no mínimo, é economicamente exótico. Tudo fica mais grave quando passamos a saber que este conceito – "produtor brasileiro de estanho" – é fictício: nossa finalidade



Carregamento de minério: e sem cerimônia a cobiça estrangeira nas riquezas nacionais

é mostrar o assalto ao estanho de Rondônia, hoje em mãos de grupos estrangeiros. Antes, porém, um pouco de história.

Rondon e Rondônia

A Comissão Rondon, ao penetrar a Amazonia, levava consigo um geólogo, o que acrescenta às missões clássicas dessa "entrada" (contatar os índios, demarcar fronteiras, expandir o território) a de descobrir minérios. Atravessando a chapada dos Parecis, o então coronel Rondon descobriu os planaltos de onde nascem os rios Machado, Uruap, Aripuanã, Jamari, Candeias, Jacu, Paraná e Martum-Paraná, todos eles apresentando alto nível de ocorrência em diamantes, ouro, estanho e uma gama de minérios raros.

O fato deslumbrou Rondon e seu geólogo, levando o futuro marechal a dedicar atenção especial ao vales do Guapo-

ré e Alto-Madeira, onde veio a notar indicações de jazidas de ouro "capazes de abastecer as necessidades mundiais". O legendário sertanista dedicou-se à proteção da região, transformada no trunfo maior de sua expedição: os vales do Guaporé e do Alto-Madeira constituíram posteriormente o Território de Guaporé, hoje Rondonia. Nascia, assim, Rondonia sob o signo dos minerais, e foi "conquistada" por Rondon como uma região excepcional, como uma reserva mineral para o Brasil, como um aval para o futuro. Consciente disto, ele defendeu a exploração e a colonização do Guaporé como necessidade prioritária para o assentamento das bases econômicas da nação brasileira.

A "festa" dos garimpeiros

A cassiterita foi redescoberta na Rondônia por volta de 1952, nas terras abandonadas do seringueiro Joaquim Pedro da Rocha. Mas a grande corrida em direção aos garimpos só se fez sentir a partir de 1960. Chegando de todas as partes do país, os garimpeiros penetraram na selva e lavraram o minério,

na Amazonia. Porto Velho, a capital do território, recebia quatro mil garimpeiros nos fins de semana (uma flutuação populacional marcante em uma cidade de 30 a 40 mil habitantes), todos com milhares de cruzeiros no bolso, ávidos por diversões (que a cidade soube, rapidamente, criar), embriagados com a própria sorte e com a ilusão de que, enfim, haviam encontrado o mítico Eldorado. Boites, dancings, bares, farta prostituição, álcool, charutos sendo acesos com notas de Cr\$ 100,00, gorjetas de Cr\$ 200,00, nenhum pecado abaixo do equador.

Em 15 de abril de 1970 a portaria 195, do ministro das Minas e Energia, determinava a suspensão dos trabalhos de garimpagem na Província Estanífera de Rondônia (que abrange todo o território do mesmo nome e parte dos Estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso) a partir de 31 de março de 1971. A garimpagem individual foi proibida como predatória e ineficaz e devia dar lugar a uma exploração racional do minério por empresas de grande porte, mecanizadas. Para os seis mil garimpeiros que já se encontravam trabalhando em Rondônia, na época, a decisão governamental significou desemprego em massa. Chegando à capital em levas, esses garimpeiros passaram a significar um problema social para Porto

Evidentemente nenhum garimpeiro ficou rico, uma vez que gastava a fêria do mês numa só noite e estava sempre devendo ao atravessador (intermediário na compra) e ao cantineiro, que lhe vendia viveres e equipamentos segundo os preços locais, onde um cafezinho chegou a custar Cr\$ 100,00 – cem cruzeiros mesmo. Mas – e embora o grosso da riqueza gerada pela cassiterita ficasse com as fundições e as firmas exportadoras do Sul – toda essa festa movimentou e economia precária do território, injetando-lhe dinheiro e ânimo. Até que, um dia, a festa acabou.

Seis mil desempregados

Velho – muitos deles preferiram abandonar o território a se alistarem, como assalariados, nos quadros das companhias mineradoras.

O fechamento dos garimpos de Rondônia ocasionou um grande debate parlamentar, denominado pela imprensa como "a questão garimpeira da Rondônia". O impacto da proibição resultou em consequências imediatas alarmantes:

- a) desemprego generalizado, atingindo cerca de seis mil garimpeiros e trinta mil dependentes;
- b) queda de 70% na arrecadação do ICM no território;
- c) reflexos no comércio local assinaláveis nas falências numerosas e na incidência de títulos protestados, fechamen-

to de várias casas comerciais que não suportaram a queda brusca da atividade mercantil;

d) retrocesso do país à condição de importador de estanho, quando em 1970, graças ao trabalho dos garimpeiros, exportamos o minério.

Sobre este último item: a importação de estanho por parte do Brasil chegou perto de três mil toneladas em 1963, decrescendo à medida em que crescia a produção de Rondônia e chegando a zero em 1970, quando exportamos. Em 1971, por força da estagnação resultante do processo de implantação das grandes empresas, a produção baixou de 5.100 toneladas para 3 mil toneladas e o Brasil, novamente, teve de importar.

Apesar do reflexo social negativo do fechamento dos garimpos individuais, apesar de – até hoje – não ter sido solucionado o problema do garimpeiro, a mecanização da extração de cassiterita significou um imperativo econômico do governo brasileiro no sentido de aproveitamento integral da exploração das jazidas. Mesmo o argumento de que as formas aluvionais em que é encontrado o minério na província estanífera exigem a garimpagem individual caiu sob o argumento mais forte do progresso da tecnologia e a esperança de que, em

Um Golpe de Mestre

Não são improcedentes as alegações de que a portaria 195 (fechamento dos garimpos) foi resultado de um trabalho de envolvimento efetuado pelas multinacionais, com a cumplicidade dos importadores nacionais do produto, apesar do tomus nacionalista e de proteção às nossas riquezas minerais que marcou a decisão governamental.

Se considerarmos as necessidades brasileiras de estanho em 1975, temos de admitir que, com relação a 1970 (último ano da garimpagem individual), ocorreu uma queda brusca proporcional, o que reativou e reativa as importações da matéria-prima – quanto maior produção maior necessidade de importação, uma equação absurda mas verdadeira. A partir dos incentivos à indústria, os importadores ganham mais importando do que exercendo a mineração em Rondônia.

A maioria dos importadores exercem a tripla função de importador, exportador (fictício) e minerador (também fictício) visando à sonegação do imposto de renda e à obtenção dos benefícios da Sudam, de impostos do produto.

A cumplicidade da indústria nacional, entretanto, significa pouco, em termos de delapidação das nossas divisas, frente à invasão dos grupos estrangeiros, estes sim, autores de um golpe de mestre em Rondônia. Deixando de lado o que significa, em termos econômicos, a presença das multinacionais na Província Estanífera de Rondônia, basta-nos citar o fato de que a portaria 195 não conseguiu sequer alcançar seu objetivo prático (mecanização integral da mineração), uma vez que as grandes companhias, impossibilitadas em várias áreas aluvionais de exercer a extração mecanizada, utilizam o mesmo processo de garimpagem condenado pelo governo como predatório. Só que, agora, os garimpeiros ganham um salário de fome para fazer o mesmo trabalho que, antes, faziam por conta própria.

É se, na época da garimpagem livre, o território conseguiu ter uma vida econômica desenvolvimentista, hoje a sua cas-

1975, nossa produção seria capaz de atender à demanda interna e sobrar para exportação, colocando o Brasil entre os maiores produtores.

Isto foi conseguido em parte: em 1973 foram exportadas cerca de mil toneladas, em 1974 cerca de 2.400 toneladas. Em parte porque, como ficou claro no início deste levantamento, os produtores preferem vender à Europa e aos EUA, que oferecem preços melhores do que os do mercado interno. Em parte também porque a atividade das companhias mineradoras e fundidoras não conseguiu alçar o país ao nível dos maiores produtores.

Estanho existe, a mineração é parcialmente mecanizada, tudo funciona segundo os planos do Departamento Nacional de Produção Mineral (órgão do Ministério das Minas e Energia), mas nossa indústria permanece carente desta matéria-prima porque, antes de atender à necessidade interna, os produtores exportam. Não é incomum o fato de indústrias brasileiras serem obrigadas a importar estanho – aquele mesmo estanho que, provavelmente, foi extraído de Rondônia, enviado para fora e revendido de volta ao Brasil. Continuamos a ser roubados.

siterita serve apenas ao enriquecimento dos grupos internacionais, sem um resultado compensador para o panorama social de Rondônia. Muito pelo contrário: agora com cerca de 60 mil habitantes, Porto Velho é uma cidade pobre, com todas as cicatrizes do subdesenvolvimento, com uma mendicância progressiva e uma progressiva criminalidade (que se some à verdadeira guerra de gileiros contra colonos, assunto das duas reportagens anteriores desta série).

A mineração da cassiterita e a produção do estanho são tão importantes que seu nível é bastante destacado dentro da nova conceituação de segurança nacional estabelecida pelos altos escalões militares. Por medida de segurança, os EUA e a URSS mantêm um estoque permanente de estanho equivalente ao consumo interno de dez anos (o que nos oferece uma idéia clara da estratégia deste material). O governo brasileiro, pelo que se pode apreender da criação do Programa Aripuanã e dos esforços (economicamente contestáveis) no sentido da liberação do preço no mercado interno, pretende seguir – como não poderia deixar de ser – a filosofia do estoque estratégico.

Segundo os dados disponíveis, nenhum outro país está em melhor situação potencial do que o Brasil para constituir seu estoque e transformar boa parte da produção em lucro, com a exportação. Entretanto, nosso minério e nosso metal deixam de atender nossa demanda e é escasso para o armazenamento, uma vez que atende às necessidades de outros países (e a manutenção de seu status de industrialização) e à estocagem estratégica dos EUA e da Europa. Isto é, uma das nossas riquezas minerais funciona como arma econômica contra nossa própria soberania, o que representa reforço substancial à estratificação do atual desequilíbrio de poder mundial e vai de encontro à posição do Governo Geisel no sentido de estabelecer novos pólos de equilíbrio a partir de uma mais justa distribuição da riqueza entre os povos.



Jerônimo Santana: campanha memorável em defesa das riquezas minerais

Índios-Obstáculos a ser eliminado

Na seguinte e última reportagem desta série serão apontados os grupos estrangeiros que operam em Rondônia, suas subsidiárias no país e seus agentes. Aqui, para dimensionar com exatidão o que significa a expressão "assalto à mão armada" estampada no título, basta-nos descrever dois fatos: o primeiro relacionado com a estranha utilização da Fundação Nacional do Índio pelo grupo Galdeano e o segundo com o contrabando de armas da Bolívia para Rondônia, com a finalidade de "defender" os empregados das companhias colonizadoras de "índios selvagens".

O grupo Galdeano, associado à organização multinacional do boliviano Antenor Patiño (voltaremos a eles), se utiliza da Funai para localizar jazidas de cassiterita e de outros minerais raros com a promessa (nunca cumprida) de pagar 10% da produção à fundação. O acerto atualmente estabelecido entre Galdeano e a Funai em Rondônia é idêntico ao estabelecido em 1967/1968 entre as mesmas partes. Naquela época, sob a proteção legal da Funai, o grupo Galdeano penetrou na região do Alto Candeias e retirou uma quantidade — jamais apurada — de cassiterita, deixando de pagar os

royalties de 10% à Funai. Sendo uma área habitada pelos Cintas Largas (daí o acerto com a Funai), os trabalhadores do grupo Galdeano caçavam os índios com cães amestrados, justificando seus atos como autodefesa preventiva. Participantes do rush do Alto Candeias descrevem hoje, nos bares de Porto Velho, as execuções em massa dos índios, aprisionados e posteriormente metralhados.

Depois da aventura no Alto Candeias o grupo Galdeano pleiteou e obteve da Funai (sob a mesma condição de pagar royalties) permissão para penetrar em área indígena no Alto Rio Roosevelt, próximo a Pimenta Bueno, região de alta incidência de cassiterita e ouro. Embora a Constituição estabeleça que o subsolo das reservas indígenas pertence aos índios, que dele deve auferir vantagens, o grupo Galdeano estabeleceu-se no Alto Rio Roosevelt e enfrentou, com armas modernas automáticas, o choque natural e esperado com os índios, de repente órfãos (a Funai estava com Galdeano) e absolutamente desprotegidos frente ao assalto dos mineradores.

Em 1972, no âmbito das investigações da morte do sertanista Possidônio Bas-

tos (eliminado pelos índios como um protesto pela invasão de suas terras por grupos armados), foi divulgada em Brasília a existência de contrabando de armas da Bolívia para empregados de companhias colonizadoras que atuam no Parque do Aripuanã e das companhias mineradoras que atuam às margens do Roosevelt. A frente de uma campanha memorável em defesa das riquezas naturais de Rondônia, de seu povo e dos índios, o deputado federal pelo território, Jerônimo Santana, convidou jornalistas para visitarem a província estanífera. Os jornalistas revelaram que submetralhadoras com capacidade para 32 tiros, pistolas calibre 45 e outras armas de fogo são facilmente contrabandeadas das cidades bolivianas de Cochabamba e Ribeiralta.

Devemos estar conscientes, esta é a verdade, de que subsiste no Brasil uma vergonhosa guerra aos índios — guerra no sentido literal da palavra — e que as multinacionais que exploram as riquezas minerais de Rondônia (onde a população indígena, praticamente dizimada, é de cinco mil pessoas) são fomentadoras e responsáveis diretas por uma boa quota

da matança indiscriminada. O que surpreende, entretanto, não são os métodos bélicos das multinacionais — de conhecimento geral (vide Chile, por exemplo). Surpreendente é a omissão da Funai, cuja obrigação primordial é proteger a vida dos índios.

Omissão que se agrava e se transforma em cumplicidade no momento em que o extermínio dos Cintas Largas é fato conhecido pela Funai, é feito nas proximidades de seus postos e por elementos que representam empresas associadas a ela. Atualmente, na rodovia Cuiabá-Porto Velho, índios Cintas Largas pedem esmolas, se prostituem, se contaminam, preferindo a miséria humilhante entre os brancos à morte em suas aldeias, sob a mira das submetralhadoras dos mineradores.

O sertanista Apoena Meirelles, afastado do cargo de direção do Parque Aripuanã por discordar da política adotada pela Fundação Nacional do Índio, afirmou no Simpósio de Indigenismo realizado em Cuiabá em junho do ano passado que, certa vez, os índios recusaram comida que ele lhes oferecia: um grupo deles tinha sido assassinado com açúcar envenenado distribuído pelos brancos.

A CORRUPÇÃO NO R. G. DO SUL

O caso do grupo Conceição, que chega ao fim, não é um caso isolado de corrupção no Rio Grande do Sul, seja na administração federal ou na estadual.

A encampação, por decreto presidencial, de todos os hospitais pertencentes ao Grupo Conceição, põe fim ao capítulo de uma longa novela que faria inveja a Mignon Eberhardt, especialista em crimes em hospitais. Fim de capítulo, e não ponto-final de romance. A direção federal do INPS, que não é tão desavisada assim, não deverá se contentar apenas com a figura de Jair Boeira de Almeida na galeria dos criminosos. Outros poderão surgir. E não apenas os diretamente implicados no "affaire" Conceição, já sobejamente conhecidos.

Na folha 13 do relatório da comissão de inquérito presidida por Getúlio Paim, são citados nominalmente os médicos Ivan Faria Correia e Mário Silva, além de outros que teriam recebido "certas vantagens" — um modo eufêmico de se falar em suborno; são mencionados também os funcionários do INPS, Joaquim José do Amaral Castelões, secretário executivo de Assistência Médica, Oswaldo Coelho dos Santos Filho, secretário executivo de Pessoal, José Neves, coordenador do Centro de Processamento de Dados, e outros que se loquejaram com o dinheiro dos contribuintes.

A importância dada ao caso Conceição pode induzir um leitor mais desavisado a pensar que os casos de corrupção são raros no Rio Grande do Sul e que, quando descobertos, são imediatamente punidos. Basta, contudo, um rápido levantamento para provar exatamente o contrário.

Em fins de 1974 o ex-funcionário da Secretaria Municipal de Educação e Cultura Sérgio Antonio de Souza foi demitido a bem do serviço público após ter enfrentado uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o considerou culpado pelo desfalque de Cr\$ 195 mil. Falando à imprensa, Sérgio Antonio fez declarações que incriminavam Nilza Ferreti, diretora geral da SMEC, apontando-a como cúmplice e autora intelectual do desfalque. A diretora geral não chegou a ser afastada de suas funções, devido à confiança que lhe foi dispensada pelo executivo municipal, e graças às testemunhas que Nilza arrolou em seu favor e contra Sérgio Antonio: os vereadores Reginaldo Pujol, da Arena, e Vitor de Araújo, do MDB. Coincidentemente, a CPI que investigava o desfalque na SMEC tinha, como relator da comissão, o vereador Vitor de Araújo e, como presidente, o vereador arenista Reginaldo Pujol.

Mais recentemente, funcionários da Companhia Riograndense de Artes Gráficas, ex-imprensa Oficial, encaminham ao governo estadual diversas denúncias sobre irregularidades administrativas que estariam ocorrendo no órgão. Face à demora na sindicância — única medida compatível com a gravidade das denúncias —, a Oposição, alertada, manifestou seu protesto, apressando o andamento da sindicância que, após concluída, apontou como principal responsável o ex-diretor da CORAG e ex-candidato arenista Mário Masson Nogueira — o mesmo do tristemente célebre caso do supermercado nos Estados Unidos.

Acossado pela CPI, Masson põe mais lenha na fogueira, ao acusar não apenas o diretor da Imprensa Oficial, Rogério Nonnenmacher, mas também o governador Euclides Triches e o seu chefe da Casa Civil, Victor Faccioni (que estão deixando seus cargos).

— O atual diretor-presidente da CORAG — diz Masson — não entende nada de gráfica. Acho muito interessante, também, que a CPI volte sua atenção exclusivamente para a minha administração. Todos sabem que o governador Euclides Triches só, determinou a abertura desta sindicância sobre minha administração, para desviar a atenção das denúncias que estavam sendo feitas contra Nonnenmacher, que é afilhado político de Victor Faccioni. Infelizmente, para ele não acontecerá nada: é um afilhado do Piratini. Duvidam? Então ouçam: a Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974, diz em seu artigo 13 que nos 90 dias anteriores às eleições parlamentares e ao término do mandato do Governador, não podem ser feitas contratações, nomeações, designa-

ções, readaptações, ou quaisquer outras formas de provimento de cargos de funcionários públicos, diretos ou indiretos. E Rogério Nonnenmacher nomeou, demitiu, rebaixou salários, triplicando, contudo, os de seus amigos e, principalmente, o da sua cunhada. Sabem o que vai lhe acontecer? Nada.

— E não é só — prossegue Masson em suas acusações. — Há uma determinação do governo do Estado proibindo viagens não autorizadas pelo próprio governador ou do secretário competente. Rogério, contudo, viaja ao Rio, São Paulo e Brasília sem precisar de nenhuma autorização. A Corag dispõe de um setor de planejamento capaz de realizar qualquer pesquisa e readaptação interna da companhia. Mas Nonnenmacher, sem mesmo fazer um levantamento de preços ou realizar concorrência, entrou em entendimento com a Labor, empresa particular, de consultoria e planejamento, para realizar este serviço, que a própria Corag poderia ter feito.

Gastos excessivos, subornos, diárias exageradas, "presentes", prevaricação; o envolvimento de Masson é algo que nenhum advogado poderá desfazer. Funcionários e gráficos confirmam tais fatos, estranhando que outros funcionários, contratados depois de Nonnenmacher assumiu a direção da empresa, estão ganhando mais que outros, na mesma função, com 25 ou 30 anos de casa. Entre as principais indiciadas figura Beatriz Kretschmann, cunhada de Nonnenmacher, que que foi nomeada há apenas três meses, na categoria de aprendiz, e recebe mais que muito profissional de categoria. Teve, na verdade, seu salário aumentado de Cr\$ 1.800,00 para Cr\$ 6.000,00.

A magnanimidade de Nonnenmacher, contudo, parece esgotar-se dentro do círculo restrito da sua bela cunhada e seus amigos mais íntimos. Para os demais empregados, o diretor usa uma espada de dois fios para regular as relações de trabalho, retira o que de mais restritivo existe na legislação das autarquias e na CLT, isto é, aplica indiscriminadamente a CLT ou a legislação autárquica apenas nos itens que possam prejudicar os empregados. Assim, estes perderam o direito a férias de 30 dias, que o estado lhes assegurava, e, pela CLT, passaram a ter direito a apenas 20 dias de férias. Perderam, inclusive, o aumento que o Estado concedeu ao Funcionalismo. Em contrapartida, não ganharam as vantagens previstas pela CLT, como o 13º Salário e a taxa de insalubridade.

Um caso de corrupção que ainda deve estar vivo na memória de todos, é o caso da Fazenda Santa Rita. O coronel Perachi de Barcelos, então governador do Estado, comprou um pântano no município de Guaíba. Não uma granja de arroz, não uma fazenda eventualmente alagada por um grande temporal, um pântano. Pagou oito milhões de cruzeiros, quando, na realidade, não valia oito mil. Comprou e, depois, viu-se sem o que fazer com a compra. Não tinha a quem destiná-la. Naturalmente o governador não queria o pântano para si. Seu interesse, se interesse houve, devia restringir-se apenas à operação de compra e venda, transação onde entra valores de conversabilidade mais imediata que a terra, ou que um pântano. Era preciso, portanto, passar o pântano adiante. Tentou empurrá-lo para a Caixa Econômica Estadual, cujo presidente, com muito tato, recusou o presente de grego através de parecer dado pelo advogado da instituição. Nota curiosa, o presidente da CEE, na época, era Sinval Guazzelli. A fazenda acabou sendo imposta ao Instituto de Previdência do Estado.

É ainda sob o governo do coronel Perachi que estoura uma falcatura que até o dia de hoje, 21 de fevereiro de 1975, permanece impune. A Cooperativa Ereximense de Laticínios atravessava uma fase de grandes dificuldades econômicas e, para evitar a bancarrota, seria providencial que aparecesse um comprador, a quem passar todo o ativo e passivo da cooperativa, todo o débito e o crédito. Mas quem compraria aquela massa falida? A Corlac, naturalmente. A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, empresa de economia mista. Projeto de lei neste sentido, aprovado pela Arena, chegou a ser enviado pelo zeloso coronel. Mas, inadvertidamente, o funcionário da Casa Civil que remeteu o projeto esqueceu-se de retirar o top secret documento que explicava o principal motivo pelo qual a Corlac deveria arcar com a compra da Cooperativa Ereximense, a maioria dos cooperativados eram da arena e, como tais, precisavam ser salvos da ruína.

O retrospecto poderia deter-se ainda em caso comprovado de corrupção como os da Cesa, da Corsan, do Cagers, da Cohab, do Inga — este palco de uma montagem defensiva que se celebrou pela inépcia, quando o principal acusado, Ubirajara de Jesus Pereira, foi publicamente defendido pelos deputados Getúlio Marcantônio, Romeu Scheibe e Silverius Kist, apesar das gritantes evidências das irregularidades cometidas por Ubirajara. Tão transparente era o caso de corrupção que, apesar de encarniçada defesa dos deputados arenistas, o próprio governador do Estado, 18 meses depois, viu-se na contingência de ter que afastar Ubirajara do cargo.

JORGE FISCHER



Antenor Patiño:
o poder multinacional
ataca em Rondônia

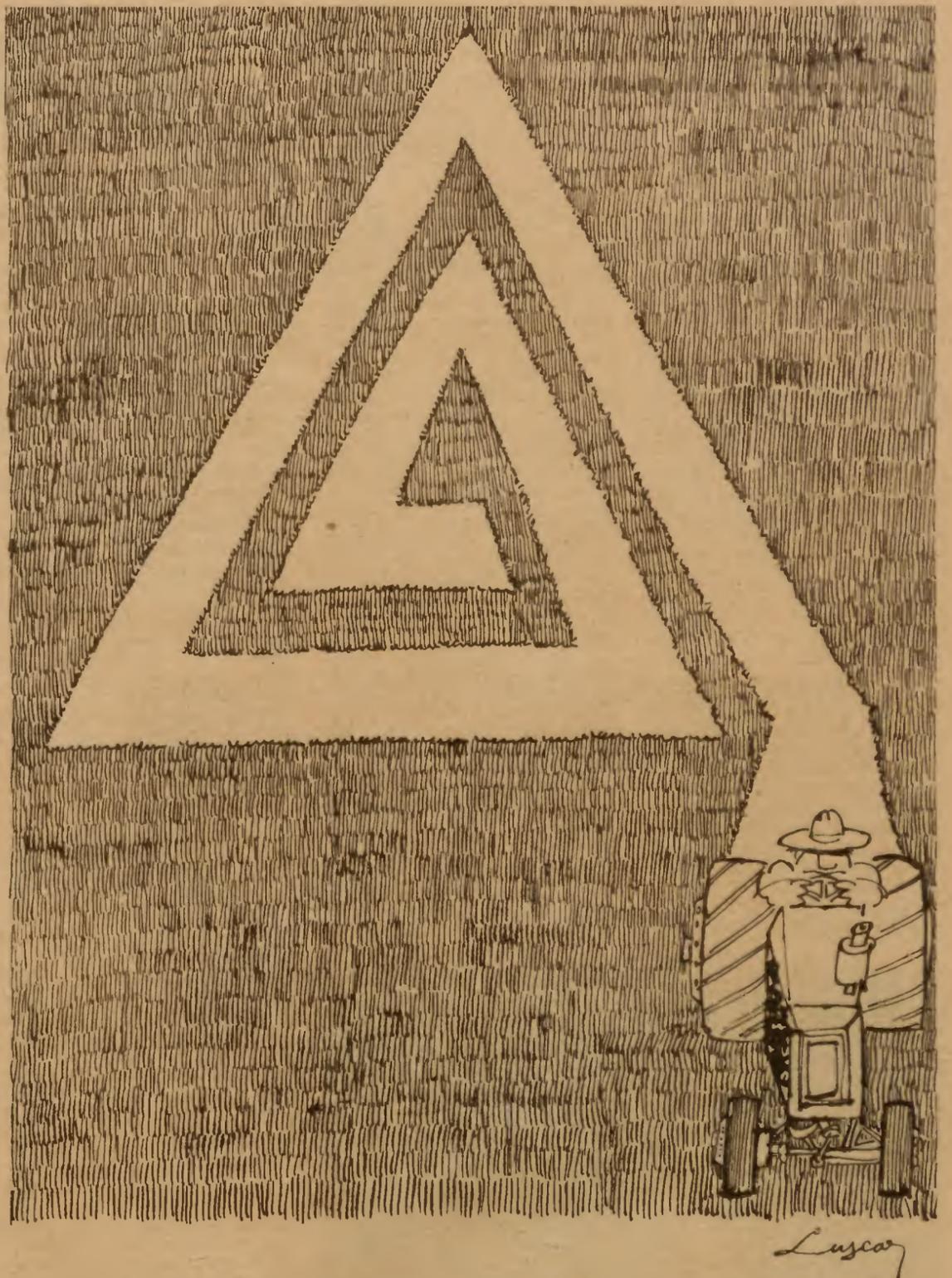
ORLANDO SENNA

A seguir:
Estanho, Patiño & Cia.

GANÂNCIA E CRIME CONTRA A NATUREZA

Infra-estrutura de saneamento inexistente, ameaça de destruição do que ainda resta das áreas verdes, selva de pedra em frente ao mar e agora também tomando as encostas dos morros, praias poluídas, especulação imobiliária desenfreada, metrô se arrastando a passo de cágado, trânsito infernal, expulsão dos habitantes das calçadas pelos estacionamentos irresponsáveis, rede escolar altamente deficiente, corrupção policial, assaltos, crimes, enfim, os nervos da população carioca pela bola sete – eis a terrível herança que o desgoverno Chagas Freitas deixa para o governador Faria Lima.

Não bastasse esta herança, o novo governador, em sua primeira semana nas Laranjeiras, vai encontrar este escândalo: Chagas Freitas, ao apagar das luzes, deu nova redação ao decreto nº 7 de 10 de maio de 1974, para retirar a rua Marquês de São Vicente da qualificação de Zona Residencial Unifamiliar e beneficiar assim, as grandes empresas imobiliárias que há muito tempo estão tramando mais este crime – transformar a Gávea na mais nova selva de pedra da cidade.



Pode-se dizer, mesmo, que as intenções da administração que está assumindo a chefia do novo Estado do Rio de Janeiro, vão, de cara, ser postas à prova nessa questão. Primeiro, é um problema de caráter ecológico da maior importância para a saúde ambiental do Rio. Segundo, é um problema de caráter urbano que ele terá de resolver de uma vez por todas: se são as grandes e gananciosas empresas imobiliárias que terão que se ajustar às necessidades urbanísticas do Rio, ou se a cidade e sua população é que deverão se subordinar ao império da ganância de lucros dessas empresas.

O governador Faria Lima, vai encontrar em cima de sua mesa de trabalho um abaixo-assinado dos moradores da Gávea, denunciando essa trambolagem da administração que sai, sem deixar saudades, no qual é reivindicada a restauração do decreto acima citado e cuja versão original preservava o polígono nele descrito como sendo ótimo para edificação de residências unifamiliares (casas), devido à densidade demográfica e à existência de vegetação abundante e natural nos terrenos ocupados pelas encostas.

O dedo da máfia

Por um "mistério" que até agora não foi explicado e que caberá ao novo governador desvendado, Chagas Freitas, em seu

testamento, resolveu "corrigir" esse decreto, nove meses depois dele publicado no Diário Oficial. Foram precisos longos nove meses para esse parto laborioso: encontrar o "erro" do decreto original... Pois o erro corrigido cedeu lugar simplesmente à nova redação que cassa da Marquês de São Vicente, que corta todo o bairro da Gávea, a característica de Zona Residencial Unifamiliar, liberando os terrenos que lhe dão frente e muitos dos quais vão morro acima. É aí que entra o dedo da máfia imobiliária com seus absurdos projetos habitacionais e suas máquinas devastadoras, que estão acabando de matar o que ainda resta do Rio, como cidade habitável.

O Diário Oficial de 23 de janeiro de 1975, trazia, no final, a seguinte retificação: "Republicado por ter saído com incorreções, do original, no Diário Oficial de 14 de maio de 1974" (sic). Desta simples correção, constava a seguinte alteração: "...excluídos os terrenos com testada para a Rua Marquês de São Vicente, de ambos os lados". (O grifo é de Crítica).

Segundo os moradores, "isso desvirtua totalmente a medida que preserva o bairro como um todo integrado porque os terrenos existentes na Marquês de São Vicente são extensos de fundos, alcançando as encostas florestadas". E acrescentam, com justa revolta, que "liberada a utilização dos terrenos com acesso por essa rua, a Gávea

estará em pouco tempo descaracterizada como local de residência unifamiliar e terá destruída a maioria das áreas verdes existentes".

A empresa imobiliária Carvalho Hosken é apontada pelos moradores da Gávea como uma das construtoras interessadas na área liberada por Chagas Freitas. Das outras, ainda não conseguiram apurar os nomes. Mas não deve ser tão difícil assim saber de quem se trata: basta pegar os grandes jornais diários e ver, em custosas e ricas páginas inteiras, quais são os vendedores de sonhos e ilusões atrás dos quais, não raras vezes, se escondem grandes negociatas e uma agressão à paisagem e à natureza da cidade.

Equilíbrio ecológico

Esse tipo de problema está-se tornando rotina. Aqui mesmo, nas páginas de Crítica, já publicamos uma reportagem da luta dos próprios moradores da Gávea contra os espigões e os métodos de ação dos empresários imobiliários. Na Marquês de São Vicente está-se repetindo praticamente o mesmo problema que enfrentaram os moradores da rua Golf Club, em São Conrado. Também estes enviaram um memorial ao governo do extinto Estado da Guanabara, ao mesmo governador Chagas Freitas, em 15 de abril de 1974, inconformados contra um

loteamento feito sem aprovação da Secretaria de Obras. Reclamavam contra a abertura de estradas através do morro, por criar uma série de perigos à vida dos habitantes, bem como à vegetação e a fauna da região.

Na Gávea, esse aspecto da questão é muito mais grave ainda. Suas matas, riquíssimas em todos os sentidos, compõem com a Floresta da Tijuca – as duas como que se completam, formam um todo indivisível – a última das grandes e importantes reservas florestais do Rio. Lá podem ser encontrados macacões, gambás, aves de todo tipo etc. ao lado de uma vegetação que é, inclusive, admirada no mundo inteiro.

A devastação dessa área verde será, assim, um crime irreparável contra o Rio, a exemplo de tantos outros semelhantes que acabaram por dizimar as florestas cariocas e transformar a cidade neste deserto árido em que seus habitantes sobrevivem.

Será fatal não só para a sobrevivência dessas espécies animais e vegetais, e para o equilíbrio do meio ambiente do bairro e suas adjacências, como também irá se refletir no próprio equilíbrio geral de toda a cidade, pois o sistema verde Gávea-Tijuca representa os pulmões de uma cidade cada vez mais sufocada graças à desordem urbana que a incompetência e a

irresponsabilidade administrativa vêm permitindo ao longo dos anos, das quais o governo Chagas Freitas não encontra competidor, talvez, em toda a história da administração pública brasileira.

Máfia imobiliária

"Desenvolvimento e segurança: bem estar da coletividade". É o slogan, talvez por ironia, mais do que incoerência – que está na primeira página do Diário Oficial da ex-GB, a mesma página em que Chagas Freitas abria as portas para a especulação imobiliária com o sacrifício das necessidades ecológicas da cidade.

Em nenhum lugar do mundo, e é certo que só na filosofia que presidiu toda a gestão Chagas Freitas, bem estar da coletividade pode ser confundido com a destruição do meio ambiente e de um bairro unifamiliar como a Gávea. Destruição, de resto, para contemplar ainda mais, ao apagar das luzes de um governo incompetente & outras mazelas, a especulação imobiliária que corrói o que resta de organismo urbano desta cidade.

Chagas Freitas foi useiro e vezeiro nesse tipo de ação. Não foram poucas as vezes, por exemplo, em que "censurava" a publicação, nos jornais, de reso-



luções do Conselho de Planejamento Urbano que pudessem prejudicar os interesses das grandes empresas imobiliárias, como Gomes de Almeida Fernandes, Sérgio Dourado, Veplan e outras mais, que proliferam e multienriquecem pelo Rio afora sob a proteção, não raras vezes duvidosa, do manto oficial. Elas sempre foram tratadas a pão de ló pelo governador Chagas Freitas, ainda que a matéria-prima desse pão de ló fosse o sacrifício tanto da população como do planejamento urbano do Rio.

Essas organizações imobiliárias crescem na mesma proporção em que existem pessoas nas administrações governamentais que permitem o livre surgimento dos chamados espigões, verdadeiros atentados às necessidades urbanas e sua estética, e à natureza. E a desculpa agora — pasmem — é de que os espigões "ampliam as perspectivas de moradia à faixa média da população" e que "quem reclama são os burgueses que querem manter seus privilégios". Que os sergios Dourado, os Almeidas Fernandes etc. falem conta prestígios burgueses é de matar de rir...

Para ilustrar as boas intenções das empresas imobiliárias basta esta informação: os moradores da Gávea chegaram a receber telefonemas ameaçadores altas horas da noite, que já passaram a ser uma rotina para os incomodados. Os telefonemas pararam porque deixaram de surtir os efeitos psicológicos desejados. Os moradores estão, inclusive, começando a desconfiar dos freqüentes assaltos de

que são vítimas de tempos para cá.

Sabe-se que uma das razões que as pessoas alegam para se mudar é a falta de segurança das casas. Felizmente os moradores são intransigentes, e de qualquer modo continuarão nelas.

No Joá, ano passado, o esquema de segurança de Sergio Dourado chegou a dispersar uma manifestação contra a construção de um dos seus espigões. Ao que parece sua construtora não está em boa situação financeira, (em termos), atualmente, tendo que apelar para alguns influentes homens de finanças.

As administrações do tipo Chagas Freitas — a exemplo de Raimundo Padilha na baixada Fluminense e Região dos Lagos, não melhoram de fato a infra-estrutura de saneamento da cidade, mas permitem como cúmplices que são, a construção desses blocos de pedra e, além do mais, com o financiamento dos fundos públicos, através de vários mecanismos, mantidos pelo próprio governo federal.

A falta de uma regulamentação da construção civil descaba no não-planejamento urbanístico e na desorganização habitacional, gerando uma contradição flagrante, num óbvio desestímulo. Ao turismo, que para fazer seus postais-propaganda têm que se utilizar de antigas fotos de cidades como o Rio, ou subir cada vez mais alto para descobrir e fotografar as áreas verdes. Nem sequer produzir lucros para o estado, produz, já que não são reproducentes. Só mesmo as construtoras e seus apaniguados nos órgãos públicos, é que conseguem manter os

lucros (e sem controle) dos preços de venda dos imóveis.

A cínica desculpa de que com essas construções ampliam as moradias e criam condições de residência para muitos, — com isso tentam descaracterizar a justa reivindicação de moradores e ecologistas — não esconde o fato de que é impossível existir condições sadias de moradia onde a vegetação é escassa, chegando ao que é Copacabana hoje em dia, uma verdadeira selva de pedra, ou o bairro de Boa Viagem, em Recife.

Mobilização popular

O problema ecológico vem se somar às inúmeras manifestações populares por melhores condições de vida. Assim, foi baseado na ordem de reprimir qualquer manifestação popular reivindicatória, que a Brigada Militar gaúcha investiu contra a imprensa e o povo que lutavam contra a derrubada de uma acácia. Para gáudio dos manifestantes e nosso a luta foi vitoriosa, tornando-se aquela acácia o símbolo de uma rebeldia, bem humana por sinal. A natureza e o homem, devem conviver, harmoniosamente, em perfeita interação, os índios, por exemplo, representam bem essa relação simbiótica entre o homem e a natureza.

A modificação dos horários de voo do aeroporto de Congonhas, São Paulo, também foi fruto das denúncias à imprensa, por parte dos prejudicados que esperaram um longo tempo pela consecução de seu objetivo reivindicatório. A formação de uma consciência ecológica em nosso país, tem atingido grupos que, até então, tinham se comportado da maneira bem conformista, tornando a luta pela preservação da natureza uma luta naturalmente vinculada às aspirações de progresso da humanidade.

Já que é permitido falar contra a poluição do meio ambiente, vale a pena destacar o relato de Antonio Callado, em artigo para a revista «Argumento», sobre a destruição do parque catarinense de São Joaquim: "Wanderbilt Duarte de Barros, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, lá esteve outro dia, achando que teria melhor sido se o Governo Federal não tivesse criado o Parque tantos anos atrás (1961), já que no mesmo ato deixou de prover os recursos para aquisição de terras e indenização dos proprietários. Iniciou-se, entre os proprietários das terras, um processo de expectativa que desorganizou, através dos anos, os planos de trabalho. A única coisa que se fez, realmente, em S. Joaquim, foi o abate dos pinheirais, das araucárias, cuja preservação constituía o principal objetivo da implantação do Parque... Rodovias e empresas agropecuárias encarregam-se de enrodilhá-las os limites".

A criação das "estratégicas" estradas através da Amazônia só tem servido à destruição das reservas indígenas e à ação predatória das grandes companhias exploradoras das riquezas naturais da região. Uma exploração caótica que só tem um objetivo, a apropriação das riquezas nacionais. Sendo assim, a luta pela manutenção do equilíbrio ecológico também é uma luta de segurança nacional. O grande problema é que o próprio governo consente e estimula o surgimento dessas empresas, apesar dos protestos populares, locais e nacionais.

A repercussão dessa mobilização ecológica ecoará, na medida em que se utilize os meios de comunicação e de pressão ao nosso alcance — é mais uma reivindicação legítima que se une às outras já existentes.

ANTÔNIO LUIS

Entim Faria Lima — sem saudade de Chagas

Toma posse hoje na chefia do governo do novo Estado do Rio de Janeiro o Almirante Floriano Peixoto Faria Lima. Há toda uma expectativa de otimismo em torno do primeiro governador da nova unidade da federação. A imagem de seriedade, de competência e de honradez de Faria Lima, confirmada na escolha dos nomes — alguns deles de primeira grandeza — para o primeiro escalão de seu governo, sugere, desde logo, uma administração correta, limpa e eficiente, depois do período melancólico com que foram castigados o velho Estado do Rio e a Guanabara nas gestões de Raimundo Padilha e Chagas Freitas.

Da Secretaria de Governo, com o Comandante Carlos Baltazar da Silveira, à prefeitura do Rio, com Marcos Tamoyo, passando por alguns nomes comprovadamente capazes, como o secretário Laudo Camargo Filho, da Justiça e o procurador geral Rafael Cirigliano, o elenco de colaboradores de Faria Lima parece constituir uma constelação de homens realmente preparados para o trabalho que deles espera o povo do Rio.

Os dois Estados agora unidos foram vítimas, freqüentemente, de governos improvisados e decepcionantes. Já não era sem tempo que chegasse, afinal, um governante capaz como Faria Lima, por cujo êxito formularemos os melhores votos, e em cuja ação os fluminenses e cariocas depositam a melhor confiança.

Até porque o novo governo chega ao cargo com a solidariedade óbvia do partido do governo e com o respeito do partido da oposição, que até o momento o tem como um homem público inatacável.

Já era: a ilha de bonança do ministro

O senhor ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen (por sinal um bom barítono), talvez por efeito de mudanças climáticas e de idiomas, em Londres, quando da assinatura de um empréstimo de 140 milhões de dólares, afirmou que o Brasil crescerá 7% em 75, ao contrário da taxa que vinha blasonando há algum tempo — entre os 10 e 12%.

Afirmou também que o país espera aumentar suas exportações em mais 20%, o que, segundo ele, reduzirá o déficit comercial existente. De nossa parte, achamos que muito mais importante do que aumentar as exportações em 20%, o melhor seria reduzir as importações em 30% e procurar manter os mesmos preços de 74. Essa manutenção dos preços é a pedra de toque da questão, pois os gran-

des consumidores de nossas matérias primas têm a tendência de diminuir seus preços a cada ano.

Entretanto, descontando-se a natural euforia ministerial, aliás uma euforia muito bem mantida, é de se notar que o país, "uma ilha de bonança na tempestade internacional", parece que já está sendo atingido por essa tempestade. E se levarmos em consideração a alta taxa de crescimento demográfico, esses 7% poderão ser traduzidos em misérisos 3%. O que ainda é uma boa se levarmos em consideração outros países, diria o barítono ministro, numa prova de sua inesgotável euforia.

JB: saudades dos tempos que não voltam mais...

O editorial do JB, «Processo Português», dia 13, mantém sua tradicional linha de defesa de todos os golpes fascistas no mundo. Desde seus virulentos editoriais contra Allende, que não se lia um editorial tão fascistoide como esse, em que tentam colocar a responsabilidade da desordem e dos conflitos nos largos ombros da esquerda portuguesa.

O início do editorial é bastante sintomático, quando diz "a oposição militar ao governo de Lisboa, encabeçada pelo general Spínola, cometeu um erro, e não pequeno. Os custos políticos desse erro terão de ser resgatados antes que se vislumbre a possibilidade de correção do curso do processo revolucionário, fortemente desviado para a esquerda por força mesmo da tentativa militar frustrada, inoportuna se verifica — e mal planejada".

Como se vê, o JB não só lamenta a inoportunidade da tentativa golpista, como a vê cheia de erros — falta de planejamento e sem objetividade política. Para o jornal da Condessa e de D. Manuel, o Venturoso, como diz Hélio Fernandes, ainda está em tempo para outra tentativa — "os custos políticos desse erro terão de ser resgatados antes que se vislumbre a possibilidade de correção do curso do processo revolucionário".

Esse comportamento do JB não é surpreendente, pois é notório o seu entusiástico apoio a todos os regimes ditatoriais, principalmente aqueles que servem para a manutenção dos privilégios dos grupos oligárquicos internos e às empresas multinacionais. O JB vive e fatura desse apoio. Para o JB a destruição do salazarismo foi um rude golpe, pois via nisso a redução de seu faturamento mensal.

Assim, quando combate o governo de Lisboa, e o MFA, em nome da preservação das liberdades públicas, "ameaçadas" pela radicalização das esquerdas portuguesas, na realidade está



Gávea:
a selva de pedra
parte do litoral e já
atinge a
encosta dos morros

ESQUINA



Paes de Andrade
preside comissão
da Câmara

defendendo o retorno da cruel ditadura Salazar/Marcelo Caetano. Para o JB, velho comensal das ditaduras, a que menos interessa é o povo, mas a gloriosa permanência do poder econômico dos oligárquicos grupos nacionais e os privilégios das multinacionais, que em última instância são os patrões e os donos da opinião desse jornal.

Paes preside Comissão de Serviços Públicos

O deputado Paes de Andrade (MDB-Ceará) foi eleito presidente da Comissão de Serviço Público da Câmara. Trata-se de uma das mais importantes comissões permanentes, pois é órgão técnico que opina sobre os problemas do funcionalismo civil da união. Em seu discurso de posse, Paes de Andrade denunciou a ausência de uma política nacional de serviço público, dizendo:

"Os desniveis são de toda ordem: entre ativos e inativos e até entre carreiras e ministérios, entre empresas públicas e privadas. Esses desniveis se projetam, por igual, na política previdenciária, com a multiplicidade dos critérios de benefícios e aposentadorias, que variam até mesmo com relação a trabalhadores nacionais e estrangeiros, com vantagens para os últimos."

Comissão de Minas e Energia é com Lysâneas

A Câmara elegeu esta semana para a presidência da Comissão de Minas e Energia o deputado nacional de minérios, hoje um dos assuntos mais importantes na

pauta da economia brasileira e um dos pontos nevrálgicos da luta pela emancipação econômica do país, vai ter, com a presidência de Lysâneas, um foro de debates e um centro de formação de opinião do mais efetivo dinamismo.

Morte de um negro radical

Morreu há poucas semanas nos EUA, Elijah Muhamad (77 anos), cabeça da organização dos muçulmanos negros, sediada em Chicago. Elijah Muhamad assumiu a direção do movimento em 1934, depois da morte do seu fundador. Acentuou o caráter reivindicatório-revanchista da entidade ("o branco é a serpente, o mal, o próprio Satã"), que na década de 70 alcançou amplitude nacional, não só com a conversão de Cassius Clay (hoje Muhamad Ali) e do intelectual LeRoy Jones (hoje Imamu Baraka), mas também pela participação do ativista Malcolm X, assassinado em 1965 ao abandonar o movimento.

Os muçulmanos negros são radicais e fanáticos, embora o velho Elijah só tenha pregado a violência como autodefesa. Cumprem, porém, um importante papel social, convertendo presidiários em desespero e dando-lhes novo alento; ou criando novos empregos nas suas fazendas e pequenas indústrias, que dizem as más línguas, chegam a valer 75 milhões de dólares. Nunca foram realmente aceitos pelo Islam ortodoxo e anti-racista, mas sempre respeitados por ele, e até financiados pelos petrodólares do coronel Khadafi. Assumiu a direção do movimento, Wallace

Muhamad, filho do líder desaparecido.

Coice criminoso no lugar de futebol

Aconteceu lá no Pará. Não é que Roberto, do Remo, quando jogava um amistoso com o Tuna Luso, chutou a cabeça de Edson, goleiro da Tuna? O coitado do goleiro passou um bocado de dias em coma. E olhe que a Federação Paraense de Futebol deu 120 dias de suspensão ao jegue antidesportista. Enquanto isso, o Remo tá batalhando pra absolver o desgraçado.

Meus amigos, um caso desses não só merece uma suspensão, mas enquadramento por tentativa de homicídio. Uma chuteira no pé de um cabra desses é igual a se ferrar um cavalo antes de levar a coice. Pasmem, mas não se tem nenhuma notícia de intervenção policial. Se fosse um torcedor, num instante ia aparecer uma tuia de meganhas doida pra sapear o jucá no espinhaço dos meninos. Já pensou se o jogo não fosse amistoso? Nego ia puxar a peixeira pra cortar os fatos do adversário.

Roberto, lá vai um recado: cê devia ter nascido na época da guerra da Cabanagem (aí mesmo, na tua terra). Será que tua coragem de campo de futebol ia valer no campo de batalha?

Jornada médica na Praça XV

O Hospital Maternidade Praça XV, no Rio, informa a quem se interessar pelo assunto: será rea-

lizada ali, de 18 a 21 de março, a 1ª Jornada Médica, coordenada pelo Centro de Estudos do próprio hospital, com inscrições (Cr\$ 30,00) limitadas.

Os patrocinadores do encontro, médicos Humberto da Silva Gueiros (diretor do hospital), Roberto Pedrosa (diretor da Divisão Médico-Assistencial) e José Iramar Villela (presidente do Centro de Estudos), comunicam o tema-rio das reuniões.

Dia 18/3: "Aspectos da Assistência Médica no Brasil" (José Granada Neiva); dia 19: "Assistência Materno-Infantil" (mesa redonda), "Assistência do Serviço de Enfermagem do INPS no Brasil" (mesa redonda) e "Gestação de Alto Risco" (Paulo Belfort); dia 20: "Infecção Hospitalar" (simpósio), "Importância do Planejamento para Intervenção do Serviço Social no Campo da Saúde" (subdivididos em três pontos) e "Anestesia em Obstetrícia" (Paulo Figueiredo Drumond).

No último dia serão abordados os seguintes temas: "Coagulação Intravascular Disseminada" (simpósio, moderador - Brenildo Tavares), "Poluição Alimentar" (conferência de Jaime de Freitas) e para finalizar, será realizado um simpósio sobre "Prematuridade".

Imprensa: a espera da morte

Vale a pena registrar a grande repercussão alcançada pela reportagem "Imprensa: a espera da morte", de nosso penúltimo número. Uma repercussão que superou o simples interesse dos funcionários do Diário de Notí-

cias, para servir como uma advertência e um grito de alerta e de basta ante o aventureirismo que tem campeado em nossa imprensa.

Vários funcionários do DN - além da curiosidade em torno da situação real do jornal - anexaram exemplares de Crítica a seus processos contra o Diário, na justiça trabalhista.

Crítica sente-se feliz por ter colaborado para o esclarecimento da verdade.

Carelli faz palestra no sul

A entrevista do cartunista Júlio Carelli, em Crítica n.º 27, valeu-lhe o convite para fazer uma conferência no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a respeito da virtual controle estrangeiro sobre os órgãos de comunicação de massa, sob o título "Liberdade de Imprensa e Consciência Social".

Carelli expôs os perigos da alienação do homem através dos mecanismos utilizados pela King Feature's, Associate Press e outros que, através da dominação desses órgãos, exercem um imperialismo de múltiplos aspectos, econômica e cultural. Além disso, Carelli falou sobre como a liberdade de imprensa seria contrária a esses interesses monopolistas já que o cartunista nacional, ao lutar pela conquista do mercado de trabalho contra a King's, está, ao mesmo tempo - quer queira quer não - extrapolando os níveis específicos de uma luta pelo Cartun Nacional, levando-a às fronteiras da luta pela liberdade de imprensa e contra o imperialismo internacional.

GEISEL E OS NEGROS

Causando muito má impressão, pelo menos no Rio (da Vila Kennedy ao pier de Ipanema), a notícia divulgada pelo Estado de São Paulo do último dia 8, a respeito da entrevista concedida pelo presidente Ernesto Geisel aos representantes da Associação dos Homens de Cor. Segundo a nota, o presidente da República foi convidado a participar das solenidades programadas para o dia 13 de Maio na capital paulista em homenagem à mãe-preta. Essa solenidade, sempre prestigiada por vários presidentes anteriores, tem um fundo paternalista, pois a mãe-preta, como o paião, é fruto da sociedade escravocrata, que foi proibida em 1888.

O presidente Geisel teria declarado na ocasião que a exaltação da mãe-preta "é uma discriminação racial sem o menor sentido no Brasil". Embora seja paternalista, em nenhum

momento a homenagem tem ou jamais teve caráter discriminatório. Mais ainda: segundo fontes não identificadas da Presidência da República, Geisel na ocasião teria se declarado inclusive contra a própria existência da Associação dos Homens de Cor, por também considerar seu caráter, discriminatório.

Como a própria associação nunca se preocupou em divulgar suas idéias e intenções, talvez seja este mesmo o caso. Melhor seria, entretanto, que o presidente tivesse aceito o convite e exposto seu ponto de vista aos associados presentes à festa - e não apenas aos seus dirigentes. Se a exaltação em questão pode ser inconveniente, a data 13 de maio não é. Quanto ao fato da entidade ser racista ou não, convém a ela própria divulgar melhor seu programa. Há associações de judeus, de índios e outras minorias que

nunca receberam tal acusação, antes pelo contrário.

O assunto é muito delicado, não tanto por envolver o chefe do Executivo, mas por se tratar de uma etnia de milhões de habitantes, que inclusive contribuiu muito mais ao caráter nacional que os tão exaltados japoneses, italianos e alemães. Interpretando o conceito de segurança nacional, seria bem melhor para todos os brasileiros (negros ou brancos, presidentes ou levelados) que os negros daqui tivessem orgulho de si mesmos, abandonando de vez o complexo de culpa e o de inferioridade - e assim fossem finalmente integrados na sociedade, como negros brasileiros, e não apenas mulatos em potencial.

Isso compete mais aos negros de fazer, mas presidente poderia dar uma ajudinha no próximo 13 de maio.



Carelli:
cartunista e
conferencista



Nicholas Ray:
arruinado e desiludido ensina
em Michigan



Samuel Fuller:
obrigado a sair dos EUA
vive na Europa

OS RENEGADOS DE HOLLYWOOD

Ray, um dos mais talentosos rebeldes do cinema americano, autor de pelo menos algumas obras primas ("Johnny Guitar"-54, "Rebel without a cause"/"Juventude Transviada"-55, "Bitter Victory"-57, "Wind Across the Everglades"-58), entrou em decadência na década de sessenta ao dirigir, exilado na Espanha, duas superproduções: "O Rei dos Reis"-61 (bíblico, pomposo e ineloso) e "55 Dias em Pequim" (um dos dez-mais colonialistas da história do cinema) mutilados pela produção.

Desde 1963 tenta financiamento para vários projetos, um roteiro de Dylan Thomas, outro de Simone de Beauvoir, o já citado sobre Rimbaud, nenhum deles jamais realizados. Hoje, arruinado e desiludido, leciona em Michigan onde dirigiu uma

Godard disse uma vez que Hollywood atualmente para ele podia ser bem representada pela situação e figura de Nicholas Ray, arrasado e decadente, mendigando uma produção em Cannes para um filme que nunca foi realizado sobre Rimbaud.

espécie de documentário experimental ("The Gun Under My Pillow Now we can all be back home again"-73), que mistura guerra do Vietnam com Jimi Hendrix, e foi destruído pela crítica em Cannes e Nova York, e ignorado pelos distribuidores.

No Brasil, onde agora todo crítico e cinéfilo deleita-se com "Era uma vez em Hollywood"/"That's Entertainment", coletânea de musicais da MGM, os filmes de Nicolas Ray e outros

rebeldes do cinema americano há muito não são exibidos e a nova geração os desconhece.

Orson Welles, ex-"enfant terrible" tornado maldito, tem pelo menos três filmes inacabados ("Don Quixote"-57, "The Deep"-61 "Behind the Wind"-69), um inédito ("About Face"-72) e nos últimos dez anos completou apenas dois ("Falstaff"-66 e "Une Historie Immortelle"-68, para TV francesa - ambos inéditos no Brasil). Bem recen-

semente, Welles vem sendo reabilitado nos meios cinematográficos americanos, mas nada de concreto apareceu.

Mesmo Roger Corman, o rei da classe-B, que assinou 51 filmes em vinte anos de carreira, nunca mal sucedido financeiramente, abandonou a direção depois de romper com a American International Pictures. Esnobado pela crítica, foi o pai espiritual, estilístico ou financeiro de quase todos os jovens diretores americanos de algum talento (Francis Ford Coppola, Dennis Hooper, Peter Fonda, Monte Hellman, Jack Nicholson, até Peter Bogdanovich). Seus filmes, principalmente os trinta primeiros, era muito primários tecnicamente e pessimamente interpretados, mas incluíam todos os gêneros, western, ficção

Sobre o cinema Estatal, ou Cinebrás a Mosfilm do Brasil.

Continua o bla-bla-bla sobre a recente entrevista de Nelson Pereira dos Santos ao semanário "Opinião", onde o cineasta revelou ser autor de um projeto de estatização do cinema brasileiro, e sua admiração pelo chamado "modelo mexicano". Aqui neste jornal um extenso artigo foi publicado condenando o projeto. De Caracas, Glauber Rocha ataca o cinema mexicano como "o câncer estatal", o que equivaleria a condenar igualmente o projeto brasileiro de entrar no mesmo caminho.

Como todo mundo está tomando posição, na imprensa ou fora dela, e também como quem cala, consente, aqui vai a opinião. Contra, evidentemente. A

futura Cinebrás (fusão do INC e da Embrafilme) produziria, distribuiria e exibiria a produção brasileira. Seria, portanto, o equivalente tupiniquim dos órgãos estatais soviético (Mosfilm), polonês (Film Polski), espanhóis etc. Um roteiro para ser financiado teria de ser "aprovado". Mesmo se um roteiro manso viesse a ser transformado em filme bravo pelo estilo do diretor, ao Estado ainda restaria outros recursos, como dificultar ou impedir sua circulação, sem falar na censura propriamente dita.

Nelson Pereira prega abertamente "a centralização da produção". Centralização, centralismo, como essas palavras têm

um sabor autoritário neostalinista. Transas da velha esquerda com a administração tecnocrata federal. Como se casariam os interesses "centralizados" da Cinebrás com as idéias de Roberto Farias, atual diretor da Embrafilme, de estimular a produção regional?

O diretor acha piamente que o projeto ajudaria a liberalizar a censura federal, porque o Estado, como empresário, não iria proibir seus próprios produtos. Evidente que não. Não iria também nem produzir os que o desagradassem. Essa opinião do cineasta tem sido considerada por quase todos como "ingênua". Talvez seja bem mais que isso, podemos oscilar de "ceni-

FALA JULIO BRESSANE.

O cineasta Júlio Bressane telefona a respeito da nota aqui publicada no final do mês passado a respeito do fato do INC ter recusado o "certificado de exibição obrigatória" ao seu mais recente filme, "O Rei do Baralho", sob o pretexto do mesmo não possuir "qualidade

técnica adequada", ou seja, censura oficiosa, pois a oficial continua entregue ao Departamento de Polícia Federal. Sem o tal certificado é impossível um filme brasileiro ser exibido, e recusá-lo equivale portanto a uma proibição disfarçada.

Informa o cineasta ainda de outros casos ainda mais cho-

cantes. Os filmes "A Família do Barulho" do mesmo Bressane, "Copacabana Mon Amour" (ou "Copacabana Desvairada") do Rogério Sganzerla e "O Lobisomem" de Eliseu Visconti estão na mesma situação há dois anos pelo menos!!! O INC nem fornece o maldito certificado, nem o recusa de vez. Apenas silêncio

total a respeito. Júlio Bressane esteve recentemente com Manoel Diegues, diretor do Departamento de Ação Cultural do Ministério da Educação e Cultura, que prometeu providências a respeito.

Todos esperam que o problema seja resolvido rapidamente.

científica, rock-and-roll, gangsters, guerra e terror (ficou famoso pela série de adaptações de Allan Poe com Vincent Price).

Melhor analisados, mostram porém ter abordado anos antes todos os assuntos e problemas atuais da sociedade americana, dos contra-revolucionários cubanos de "O Monstro do Mar Encantado"/"Creature from the Haunted Sea"-60 ao LSD em "Viagem ao Mundo da Alucinação The Trip"-67, passando pelo bandidismo, sadismo, homossexualismo, incesto, drogas, racismo, guerra bacteriológica, poluição, percepção extra-sensorial, etc. A maioria da sua obra é de baixo nível como "Os Trogloditas/I was a teenage caveman"-58, ao lado de outros filmes bons como "A Bucket of Blood"-59 e "Little Shop of Horrors"-60. No entanto, todos são interessantes e característicos, e entre eles há mesmo obras primas menores como "O Homem de Olhos de Raios-X"-63, "The Masque of the Red Death"-64, "O Massacre de Chicago/The St. Valentine's Day Massacre"-66, e principalmente "Bloody Mama/Os Cinco de Chicago"-70 (versão integral).

Em 1971, depois de dois filmes interessantes boicotados pela AIP ("Von Richtofen and Brown/O Barão Vermelho" e "Gas-s-It Became Necessary to Destroy the World in Order to Save It" - inédito no Brasil), ele abandona a direção e produz esparsos filmes de novos diretores, todos influenciados pelo seu estilo, mas sem sombra do seu talento. Convém remarcar que há dez anos encontra-se proibido em Brasília um dos seus melhores, "Wild Angels", sobre o grupo de motociclistas Hell's Angels.

Outro dos renegados é Samuel Fuller, também na Europa como Welles. Possuidor talvez do mais vigoroso e histórico estilo saído de Hollywood nos anos cinquenta, Fuller, como Corman, nunca foi devidamente reconhecido pela crítica, e como Nicholas Ray, também andou esmolando financiamento, depois de ter falido como produtor independente. Muito político, muitos dos seus filmes são apologias militaristas da guerra da Coreia ("The Steel Helmet/Capacetes de Aço"-50, "Fixed Bayonets/Baionetas Caladas"-51, "Merrill's Marauders/Mortos que Caminham"-62), outros fanaticamente anticomunistas ("Pick Up on South Street"-53) e quase todos demonstram racismo ("The Crimson Kimono/O Kimono Escarlata"-59, "Shock Corridor"-63), embora hoje o diretor negue essas intenções e seja casado com uma estudante alemã anarquista. Mas mesmo a esquerda cinematográfica hoje reconhece seu grande talento.

Falindo como produtor depois do estranhíssimo "The Naked Kiss/O Beijo da Morte"-64, Samuel Fuller mudou-se para fora dos EUA, onde realizou um bom filme no México ("Shark/Caine"-67, renegado por ele), teve interrompida pelos produtores a filmagem de um western na Espanha ("Rialta"-72), dirigiu um ágil mas decepcionante policial na Alemanha ("Dead Pidgeon On Beethoven Street"-73), depois de ver abortados vários projetos, os mais famosos dos quais são "Les Fleurs du Mal" de Baudelaire em 65, e um outro melodrama de guerra sobre homossexualismo na guerra do Vietnam, em 67.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

O MITO DAS MUDANÇAS POÉTICAS

"Queremos criar não um verso, mas uma certeza." É vasta a obra de Lêdo Ivo. Tendo incursionado pela poesia, pelo romance, pelo ensaio, pela crônica, pela novela e pelo conto, é responsável também por várias traduções, inclusive de "Une Saison en Enfer" e de "Illuminations", ambas de Rimbaud, de onde se saiu muito bem, assim como de "O Adolescente", de Dostoievski, lançado em 1960 pela Livraria José Editora. Agora, por essa mesma editora, pública "O Sinal Semafórico" (Rio, 1974), obra que reúne toda a sua produção poética e que vem nos oferecer uma outra visão de sua poesia, aliás mais ampliada e atual.

Sem dúvida é muito importante para o poeta, chegado a uma certa idade, compilar todos os seus livros, a fim de dar uma idéia panorâmica de todo o seu trabalho, após trinta anos de criação literária. Tanto a crítica como o leitor poderão, assim, não só avaliar esse todo poético, como situá-lo dentro dos atuais quadros da literatura brasileira, corrigindo possíveis injustiças ou atualizando certos conceitos que haviam sido emitidos precipitadamente.

No caso presente, quer nos parecer que, em relação a Lêdo Ivo, voltam a se confirmar as inúmeras opiniões que várias vezes emitimos a respeito dessa personalidade inquieta e multiforme que é do autor de *Modernismo e Modernidade*, acrescentando-se a isso toda uma rememoração da sua poesia, sem dúvida de um alto nível literário, que o vem colocar de cheio entre os mais realizados poetas de sua geração, a geração de 45.

Para início de conversa, Lêdo Ivo foi bem um produto daquilo que chamaríamos de *Zeitgeist*. Sua poesia desde o início se constitui num ápice de todas as qualidades e defeitos de sua geração, ainda que sempre prevalecendo as primeiras, refletindo ora um neo-panasianismo acadêmico, como em certos sonetos da primeira fase do poeta, ora um exacerbado neo-romantismo voluptuoso, característico também de um Domingos Carvalho da Silva, como no caso da primeira ode, da página 31, de *Ode e Elegia* (1944-45).

Por outro lado, assinalaríamos, logo de saída, a facilidade do poeta em criar o poema de amor, de clima extremamente lírico, cotidiano, porém nunca banal ou convencional mesmo. É que Lêdo Ivo ao aparecer na literatura brasileira sem dúvida procurava continuar a tradição poética daqueles que o tinham antecedido, e para tanto entregou-se ao soneto, como antes dele já o fizera Vinícius de Moraes em livro de 1938. Poderíamos, igualmente, apontar as inúmeras influências que sofreu o poeta em sua obra. Ainda que Mário de Andrade seja a grande admiração de Lêdo Ivo, sua presença é pequena em sua obra lírica, enquanto que há em seus primeiros livros a presença permanente de alguns poetas anteriores à sua geração, de modo especial Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt e Murilo Mendes, ora revezando-se ora alternando-se repetidamente, numa influência que classificariamos de benéfica e da qual Lêdo Ivo vai se libertando a partir de "Ode ao Crepúsculo" (1946), ainda que aí se possa sentir a sombra de Schmidt nos versos longos, caudalosos e prosaicos, como também um clima



Lêdo Ivo

de mistério mítico que percorre essas páginas e em sua preocupação com os temas do ser, da morte, da amada e do tempo inexorável.

Um certo surrealismo que aproxima Lêdo Ivo do melhor Murilo Mendes e Jorge de Lima das décadas de 30 e 40 vai ser uma constante sua não só no início de sua obra, mas através desses trinta anos de produção poética. Sua imagística, nesses casos, decorre de deformações forçosamente supra-reais, onde a própria natureza se confunde com os seres e os elementos, como neste verso muito bom: "vi os afogados, libertos do mar e dos peixes, chupando laranjas que não lembravam seios".

Adesara de desde o início de sua carreira Lêdo Ivo insistir nas mais variadas pesquisas formais, mesmo quando parece procurar levar avante a rítmica e a mensagem noturna de Augusto Frederico Schmidt, é sempre nas formas longas, derramadas, ou então na cadeia formal do velho soneto, que ele parece se realizar mais completamente. "Acontecimento do Soneto" (1946) é bem um exemplo do que afirmamos. E através das páginas de "O Sinal Semafórico" todos os demais sonetos que iremos encontrar, inclusive os sonetos ingleses que estão em "Libertinagem" (1950-51), vão lembrar pela qualidade os melhores sonetos do poeta português Campos de Figueiredo ("Imagem da Noite", 1947).

A partir de "Ode ao Crepúsculo" (1946) começa-se a notar uma outra presença na poesia de Lêdo Ivo, como aliás em quase toda a poesia brasileira da época, a de Fernando Pessoa, especialmente o Álvaro de Campos e o Alberto Caetano, quando súbito explode na temática do nosso poeta o verso: "os homens estavam diretamente ligados com os montes e os rios e os bichos e as estações". Aliás é ainda e também a presença

de Fernando Pessoa o que iremos constatar nas grandes odes de Lêdo Ivo, sempre construídas em versos longos, que vão correndo como rios caudalosos e inquietos.

Essas odes, em nossa opinião, são um de seus pontos mais altos como realização formal e como conteúdo.

Os versos se espalham sem medo, em qualquer extensão. Um ritmo interior, muito cedo adquirido pelo poeta, envolve os temas, sempre de muita atualidade, e acabam por emprestar aos versos uma inalienável força telúrica, quase que cósmica, diríamos. Longas tiradas amazônicas (como na "Ode Equatorial", de 1950), ricas de imagens cheias de humor e também preches de uma insofismável exuberância verbal, enriquecem a nossa sintaxe e a semântica do poeta. E todo um universo viril, agressivo, calamitoso, onde é revalorizado o provisório, aquilo que está em contínua formação, em detrimento de uma eternidade estática, que aborrece o poeta e lhe dá momentos de uma incontida nostalgia.

A condição do ser

O que mais preocupa Lêdo Ivo é o amor, além do desespero, da solidão, a "confirmação da espera", a morte, o sono, a condição exclusivamente terrestre do ser humano, a descida aos abismos, o silêncio e a inquietude do éxtase. Outras constantes do poeta seriam o espanto e o enigma, e principalmente o inefável, vocábulo usado sistematicamente nestas páginas, de modo metafórico, sempre revolarizado semanticamente por Lêdo Ivo, e que mais tarde iria se transformar numa constante, num vezo de Cyro Pimentel, a partir de seu primeiro livro publicado em 1948.

Conseqüentemente o poeta sempre se sentirá, através de toda a sua obra, um exilado, outra peculiaridade e vez continuamente repetidos nos livros de poesia de Lêdo Ivo. O poeta porém — como todo poeta — é contraditório e diz: "Que o meu exílio seja mais que o silêncio — a dor de não ter/uma tradição que me ligue ao passado/e às disciplinas imemoriais", ele que, de uma forma bem palpável, é justamente um produto direto de nossa melhor tradição poética; e não só produto, mas um continuador consciente dessa tradição literária luso-brasileira. Unindo-se a isso a constante problemática do exílio, uma das características da poesia em língua portuguesa, tornar-se este poeta um "desconcertante inventor, (que) cria a poesia num momento de alarma", pretendendo dessa forma recriar "a linguagem dos abismos".

Contudo, por mais estranho que pareça, trata-se de uma poesia intensa à abstração pura, ao formalismo exagerado, às construções retóricas parnasianas, tão típicas de alguns poetas menores de sua geração, como Péricles Eugênio da Silva Ramos. Utilizando-se com igual êxito dos metros tradicionais, ou das formas mais consagradas, como o soneto, Lêdo Ivo sempre é um poeta pessoal, criativo, bem pouco rígido formalisticamente, o que lhe vem acrescentar à obra nuances várias, mas onde predomina uma certa largueza de ritmo e de visão. Aproveita-se de todas as formas e de todas as rítmicas. É um inquieto.

E foi justamente essa inquietação o que lhe granjeou uma indiscutível atualidade em quase toda a sua obra poética que ora se publica.

No poeta, sempre lutando contra o academicismo, "esconde-se uma loucura temerosa de sua exatidão (...) que repele o vôo baixo da imaginação poética, mas aceita os consagrados jogos de palavras", pois ele quer "nada ter para ter tudo".

As alterações que em geral são pouco usadas, quando surgem são de uma incontestável riqueza expressiva: "no mira, miradouro/ miraras o miramar". As vezes topamos com exercícios rítmicos de uma beleza plástica inconfundível, onde o poeta se propõe os metros mais curtos e incisivos, como na "Ode à Brisa", em "A Jaula" (1945-46), página 115, composta de três estrofes, a primeira de versos de quatro sílabas, a segunda de versos de cinco sílabas e, finalmente, a terceira de versos de seis sílabas, o que vai emprestar ao poema toda uma cadência ascendente, como se o poeta pretendesse abolir o infinito.

Dentre os versos metrificados tradicionalmente quer nos parecer que alguns dos mais realizados estão nessa excelente "Ode à Noite" (1946), onde o poeta nos dá alguns dos melhores decassílabos da moderna literatura brasileira. Exemplo?

Fácil de ser dado: "Instante, porta aberta ao nunca mais..."

Esperança de cristal?

A partir de "Cântico" (1947-49) volta-se o poeta, totalmente, para a natureza, para a paisagem circundante, para os elementos terríveis que o cercam, e aí parece que ele precisa incorporá-lo em si mesmo, numa transfiguração que só o amor dá. Passa então a cantar a paisagem, o país, os rios, toda a natureza como ele a via na infância, com suas árvores, o mar, a descoberta do céu, as primeiras namoradas confundidas com a paisagem mesma. "Cântico", porém, é também a crise em que entra o poeta, já que há necessidade de reestruturar-se. Essa crise surge precisamente quando a natureza parece negá-lo. Parte, então, Lêdo Ivo para uma recompensação de si mesmo. Delimita-se.

Recompõe-se. Investe para uma reformulação de seus próprios valores e de seus próprios meios expressivos, talvez preocupado com os achados algumas vezes áridos de seu companheiro de jornada João Cabral de Melo Neto.

Contudo é com "Linguagem" (1950-51), seu novo livro, que começamos a vislumbrar uma fecunda maturidade em Lêdo Ivo. Como Cabral de Melo Neto daquela época, é visível também nele a influência de Drummond, inclusive na construção do verso, na consisão da forma. Essa influência, porém, é benéfica, como já dissemos. O poeta, agora, acentua cada vez mais a sua preocupação pelo sofrimento do mundo. Sua imagística tende para o homem que sofre, para o perigo iminente da bomba atômica e da destruição total, para o "esgotamento das lembranças", para sua "infância anterior aos pássaros", para o abutre da realidade, onde o transitório uma vez mais é mais verdadeiro que a eternidade que, no fundo, ele despreza. Aqui, também, o tempo se faz presente, como que em sua forma corporal. O poeta açula a sua cosmogonia, a fim de atingir o mundo maior, ele que se sente unido ao universo inteiro, "unido pelos ombros às legiões dos homens sobre a terra".

E a partir daí, repetimos, que o poeta nos ensina que vivemos num mundo de transição; e sua poesia, cada vez mais, vai tomando uma forma social, de franca participação, onde as cores berrantes das desigualdades sociais se acentuam mais e mais fortemente, num protesto viril e sem meios termos. Diz o poeta: "Uma criança almoça a lata de lixo de um restaurante", sem demagogia, já que "as grandes cidades são monstruosas", já que ele aboliu o impossível, já que "todos os jogos são permitidos".

Apesar da nostalgia da terra natal, da infância, da praia dos sonhos adolescentes, da amplidão do mar, para o poeta o ideal seria inventar "um universo onde nada existiria", onde nada tivesse essa crua realidade que nos cerca diariamente. No entanto, como todo poeta consciente de sua condição, sabe Lêdo Ivo que somente o essencial é válido, pois "o resto não tem importância", é invenção dos deuses terríveis e vingativos, que nos usam como bonecos de engonço. Assim, passa ele a considerar "todas as eternidades (como) temporárias". Elas levam ao tédio. Ao sono. Ao sono que corrói as invenções dos mágicos e dos poetas.

Será depois de "Um Brasileiro em Paris" (1953-54) que a poesia de Lêdo Ivo se tornará ainda mais direta, mais objetiva, mais paisagística, porém mais dura. Aos poucos essa poesia vai ficando mais carnuda, mais enriquecida pela linguagem, ainda que o poeta diga que seu grito "vai perder-se em finisterras que (o) iluminam" sem perdê-lo. O poeta, daqui para a frente, incorpora-se totalmente à paisagem — se abre como uma flor. Ainda aqui há uma inquestionável preocupação social, como no poema "Retrato de uma Aldeia" ou nessa belíssima "Homenagem a Lorca". Sempre que pode, o poeta denuncia e lavra o seu protesto contra os crimes políticos e as injustiças dos grandes contra os pequenos. Essa sua forma de atuar no mundo vai atravessar, de ponta a ponta, "O Rei da Europa" (1955), "Magias" (1955-60) e "Estação Central" (1961-64). O balé datado de 1960, "Os Amantes Sonoros", é um interlúdio; uma circunspeção risível e paradoxal ante a dita poesia intimista, ainda que não deixe o poeta de acentuar a ironia, o sarcasmo, a fim de dar mais cor ao fato social que ele está narrando.

Finalmente, em "Estação Central", a denúncia se faz mais patente, agressiva mesmo, como nos versos de "Os Corretores de Filadélfia". Nesse seu último livro os exemplos nesse sentido vão se multiplicando, como no caso de "A Marmitta", "Meu Nome é Multidão", "Segunda Lição" ou desse magnífico "Outono em Washington", poemas cheios de segundas intenções que levam às mais exacerbadas e cruéis críticas aos hábitos norte-americanos e nos-

Poesia participante, como se dizia há alguns anos atrás, nos tempos da ditadura getulista.

REYNALDO BAIRÃO

A DIMENSÃO CULTURAL DA TV

"Não quero ser nunca volume de consulta". Assim é Cyro Del Nero, um artista mergulhado atualmente nas artes gráficas aplicadas à mídia eletrônica da televisão. Sua formação é do teatro. Trabalhou no Real Teatro Grego e no Teatro Nacional de Stuttgart. Na Alemanha, logo que chegou, teve "a sorte de ser escolhido para assistente de cenógrafo dos espetáculos dirigidos por um neto de Wagner", Wielland Wagner, um mestre em cenários. Quando voltou ao Brasil, fez a cenografia da primeira montagem de "O pagador de Promessas", e durante dois anos, em São Paulo, a maioria dos cenários eram dos cenários era dele. E quando é roubado pela TV.

Crítica - Você é um artista que está hoje diariamente e praticamente à mesma hora, em tudo que é canto do Brasil, invadindo milhões de casas com a força da tv. Já fez teatro, cinema, capa de disco e livro, festival de poesia, tudo que é arte gráfica etc. e agora vive, por assim dizer, engolido pela televisão. Então eu lhe pergunto: assim no geral, o que seria mais importante pra você?

CYRO DEL NERO - A polivalência. Por exemplo, o Moia (Alvaro Moia) esteve aqui no Rio, a gente bateu um papo e ele me recomendou a alguém ou recomendou alguém a mim, e o cara perguntou o que eu fazia: O tipo de informação que a pessoa tinha sobre mim era totalmente diferente do que realmente faço e do que estava fazendo - a pessoa me flagrou numa feira do Japão, em Osaka, fazendo decoração de um pavilhão. Pois o Moia e eu falamos sobre esse problema de polivalência que é um problema de geração, parece que agora está desaparecendo. Você é autodidata, você tem diversos valores e diversos interesses. Isto chama-se polivalência.

Não sei se é problema de geração, formação de autodidatismo ou se decorrente de energia pessoal. Porque tem aquele cara que é nulovalente. Eu carreguei essa polivalência artisticamente, durante muito tempo, então, ao mesmo tempo que acho que o artista é um ilhado na sua qualidade, sempre fui um ilhado na minha polivalência. Sempre fiz, com resultado, coisas as mais diversas. Naturalmente ligado às coisas visuais que são com as quais tenho algum resultado. Fiz coisas como design, desenho para corporações, rik's do Rio, decorei o pavilhão brasileiro de Osaka. O Juca Chaves tem até hoje o bonequinho que fiz dele, aquele bonequinho é meu, assim como muitas coisas.

É impossível andar por um lugar qualquer, rua, bairro do Rio e São Paulo, em quatro quarteirões e não descobrir alguma coisa que já tenha feito. Pra começar, é só entrar numa livraria ou casa de discos, tem

alguma coisa minha. Ultimamente, por causa da Som Livre, sou autor de mil capas.

A tv me absorve muito, mas ainda consigo encontrar tempo pra outras coisas. No momento, por exemplo, estou fazendo cenários para o Jô Soares. Uma experiência excelente porque ele me trouxe seis textos pra fazer sem intervalo e praticamente sem mutação de cenário: faz um black-out no espetáculo e o cenário é modificado.

Revolução visual

C - E pra tv, como é seu trabalho na tv?

CN - Sou responsável pelo trabalho gráfico da direção de arte da TV Globo. Especificamente: artes gráficas aplicadas à mídia eletrônica da tv. É algo absolutamente novo, que chegou aí e não encontrou ninguém fazendo. Assim que cheguei ao Rio, trabalhei seis meses na TV Tupi. Meu trabalho em tv é, digamos, de perfumaria para uma cadeia de tv, e como a Tupi estava necessitada do essencial, meu trabalho não poderia ser utilizado.

CR - Explique o que é essa perfumaria. Seria, por exemplo, a criação de uma imagem visual?

CN - É a criação de uma imagem visual e a ligação de toda comunicação gráfica: logotipia, marcas, apresentações, aberturas, comunicações, além do trabalho gráfico que faço para a TV Globo e a mídia impressa. Pois além de trabalhar com o vídeo, trabalho com o Departamento de Publicidade da Globo, fazendo uma direção de arte do que é impresso. Por exemplo: relatórios anuais, apresentações de produtos da Globo para outros países, como publicações bilíngues, para o México, EUA, das novelas da Globo que são vendidas por lá.

C - Esse tipo de trabalho tem alguma contribuição nova em termos artísticos, culturais?

CN - Em todo esse trabalho o que mais me fascina é fazer algo novo, que nunca fiz antes: aplicar todo o conhecimento que adquiri na Tv, de mídia eletrônica, para a realização de shows. É que fui incorporado

como diretor de arte ao Fantástico, utilizando recursos que antes não eram utilizados regularmente pela linha de shows. Fiz números que não eram exatamente aqueles compostos dos elementos tradicionais, ou seja, cenário, iluminação, roupas, cortes, enfim, todo approach de show foi modificado.

Tudo passou a ser realizado na mesa, mecanicamente, eletronicamente. Ou seja, uma câmera de Tv, transforma um pequeno desenho em cenário, colocando-o instantaneamente, na mesma escala do artista, cantor ou ator, que se apresentará. O desenho fica numa câmera e o artista em outra: juntando-se eletronicamente as duas câmeras, sobrepõe-se o artista ao desenho (está criado o cenário), da maneira que se queira, e tem-se assim a criação de um cenário de espaço insólito e imprevisível. Tudo adquire uma dimensão inteiramente nova. Isso é possível imediatamente em tv. As possibilidades eletrônicas da tv, atualmente, são espetaculares. O pessoal de cinema que visita as "ilhas de tv" (onde se realiza esse processo de trucagem imediata), fica impressionadíssimo.

C - Como foi realizado no vídeo, para o espectador comum, essa mecânica insólita?

CN - No Fantástico, certa vez, fiz um número de can-can. Paralelamente ao número, uma série fotográfica da construção da Torre Eiffel, nos seus diversos estágios. A Torre erguia-se gradativamente, enquanto o número se realizava. Outro exemplo: numa câmera está um ator sentado num lugar qualquer, enquanto a outra câmera focaliza uma cadeira - facilmente, você coloca o ator sentado na escala que você quiser e a cadeira idem. A utilização desse recurso para uma linha de shows dá resultados maravilhosos.

C - Por exemplo?

CN - O lançamento do disco de Raul Seixas, "Guita". Na tv foi feito com imagens de Salvador Dali e Hieronimus Bosch. Fiz a montagem de base e depois, em outro estúdio, num dia posterior, com o "tape" que eu

tinha de base, feito para o áudio da música "Guita", coloquei o Raul cantando em cima, em diversas situações, ligando as imagens que eu tinha do "tape". Em palavras mais claras: uma montagem. Fiz uma colagem de Hieronimus Bosch e depois montei o Raul cantando em cima.

Homens-máquina

C - E o que seria, pra você, mais importante, nessa aliança homem-máquina?

CN - Uma das coisas importantes é exatamente produzir informações visuais inéditas. Passar para o público, que é enorme. Algo que vai causar em todo mundo que o veja, sobretudo uma camada da população absolutamente desinformada, sem possibilidades culturais - nessa primeira vez que está vendo a coisa - uma interrogação sobre muitas possibilidades... Esse tipo de enriquecimento que você proporciona é um dos prazeres da tv.

Veja um exemplo. A primeira vez que «Os Ossos do Barão» foi ao ar, Jorge Andrade e eu nos encontramos e trocamos impressões sobre o primeiro capítulo, sobre aquilo que a gente estava fazendo. Ele me confessou (e foi uma coincidência, porque acontecera comigo também) que assistira à transmissão rindo, nervoso. Porque é uma loucura imaginar que passei aquelas imagens da abertura da novela, toda de fotografias do século 19, contando a história do café, da chegada do café, da sociedade do café, do resultado do café em São Paulo, para o Brasil inteiro.

Ficamos imaginando o que acontecia naquele momento no Amazonas para quem via aquele tipo de coisa e começamos a rir histericamente. Porque estávamos em contato com uma camada cultural, dando uma informação cultural, com uma responsabilidade absolutamente nova. Não há veículo cultural que faça isso em 5 minutos e que seja assimilado. Você tem certeza que alguém no Amazonas, absolutamente cru, vê alguma coisa sofisticada que você está dando pra ele, que você fez na semana passada e que ele está digerindo da maneira mais objetiva em comunicação - que é hoje a tv. Então, realmente o poderio é fantástico.

João Gilberto & Caetano

C - Dá outro exemplo da tua polivalência?

CN - Bom, as solicitações que eu recebo são incríveis. Me lembro, por exemplo, o programa João Gilberto e Caetano Veloso, quando Otávio III me apareceu em casa e disse: "Olha, João Gilberto chegou, está no Rio de Janeiro pra fazer um show e está transando por baixo. É a coisa mais confusa do mundo. Ele tem um contrato com o senhor fulano de tal (Ricardo Amaral) e o negócio não sai. Ele me mandou pra São Paulo pra dizer a você que ele quer que você faça o programa."

"Respondi que não era produtor de televisão, que não tinha a menor idéia. Bota o João no fone e vamos ver o que ele quer. E ligamos. Papo vai, papo vem. ele me convence. Imaginamos trazer Caetano da Inglaterra e depois Gal. Depois de mil e uma peripécias, Caetano chegou ao Brasil e fizemos uma gravação de quatro horas ininterruptas de Caetano, João e Gal só cantando. Foi o primeiro encontro que Caetano e João tiveram na vida. Eles tinham se visto na Bahia mas nunca tinham transado. A emoção de Caetano quando João Gilberto entrou no palco, pra sentar e cantar com ele, foi enorme. Durante a gravação do tape tivemos mil problemas, nosso relacionamento de negócios a respeito do tape -

mas isso não prejudica de maneira nenhuma minha opinião sobre João que é a melhor possível.

Fiz um longametrage em São Paulo, como produtor, junto com Roberto Santos - chamado "Vozes do Medo". Permaneceu uma semana em cartaz aqui no Rio de Janeiro, com pouquíssimo público. Lá em São Paulo o filme estourou. E junto com a produção dirigi um dos episódios, sobre problemas da juventude. A epígrafe do filme é um verso de Drummond sobre o medo. Havia um outro episódio sobre homossexuais que ninguém queria fazer e eu fiz, foi uma transa maravilhosa. Fiz o seguinte: peguei as mais furiosas bichas travestis de São Paulo, levei pra minha casa de campo com caixotes de roupas da casa teatral. Tinha um roteiro, sabia o que eu queria fazer, mas o histrionismo dessas bichas era tão forte que elas, a cada cinco minutos, vinham trazer novas fantasias, que acabaram dominando o filme e eu me pus apenas a filmar. Fiz vinte minutos em cores com música dos Mutantes e Rogério Duprat e resultou numa coisa de muita morbidez e de muita beleza plástica.

Um negócio que lembrei, do espetáculo João Gilberto-Caetano: João, depois de mil resistências, foi na noite anterior à TV Tupi de São Paulo pra gravar e não gravou. Mil problemas, queria isso, queria aquilo, sabão de coco. João precisa lavar as mãos antes de tocar violão com um especial sabão de coco. Queria atrás dele e de Caetano uma mesa de ping-pong pra que nos intervalos ele pudesse jogar ping-pong com Caetano. Dias antes joguei ping-pong com ele e dei uma cortada. João ficou danado da vida. Falou: "Não, assim não. Com agressão, não. Nós vamos jogar ping-pong de tal maneira que a bolinha nunca saia da mesa e eu e você conservamos a mesma altura da bolinha pra ver quem segura a bolinha mais tempo. Não tem cortada."

Em certo momento da gravação, João tirou do bolso, sentado num tatame uma listinha que ele tinha feito a lápis de doze músicas que cantaria em seguida. Começou a cantar a primeira mas interrompeu e disse: "Ciro, assim não vai, com barulho não vai, não quero ninguém no palco, só câmaras."

Mandei sair todo mundo, ficamos os câmaras, Otávio II e eu no palco. Os irmãos Campos, Décio Pignatari, o público todo que apareceu lá, interessado em ver o João (Roberto Carlos soube da gravação mas não soube a tempo e lamentou depois não ter visto), ficou todo mundo do lado de fora. João começou a cantar e no palco da TV Tupi, você sentia a madeira do urdimento estalar e não havia mais ruído nenhum. A única coisa que se movia além do João era a luzinha vermelha quando o corte mudava de câmara pra câmara.

Quando ele começou a cantar "Retrato em Branco e preto" do Chico Buarque, a emoção foi grande todo mundo saiu com câimbra porque ninguém se mexia. Mas foi um negócio maravilhoso. Emoção. A máscara do João já com alguma idade, uma cara nova pra gente que se lembrava do João de capa de disco. "Já conheço os passos dessa estrada no fim não vai dar em nada..." Tinha uma beleza!

Entrevista concedida a Gilson de Moura

TEMPORADA REABRE COM PORTINARI E DESENHISTAS

Uma chance aos jovens de rever Portinari, num seletto conjunto de sua obra é o que a Galeria Ipanema oferece neste começo de temporada. Duas outras mostras importantes são as dos desenhistas Fortunato e Paulo Gomes Garcez, na Bonino e na Quadrante.

De malas prontas para a Alemanha, onde permanecerá como bolsista de abril próximo a março de 76, na Staatliche Kunstakademie, de Dusseldorf, Paulo Gomes Garcez, que em 72 recebera o Prêmio Internacional de Desenho Juan Miró, em Barcelona, faz sua primeira exposição individual, na Galeria Bonino (Barata Ribeiro, 578).

Sociólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Garcez já muito antes da sociologia, cultiva suas afinidades com a arte, freqüentando, desde 1953, quando tinha apenas oito anos, o Atelier Livre de Arte Infantil, sob a orientação de Ivan Serpa. Antes de concluir o curso universitário, dividia sua vida de estudante entre a Faculdade e o Curso de Pesquisa de Arte orientado por seu antigo mestre e por Bruno Tausz. Selecionado, em 71, para o Salão de Verão e para o Salão de Campinas, o jovem desenhista recebia, naquele último certame menção especial do júri pelo conjunto de sua obra.

"Como formar um mundo diferente?" pergunta Roberto Magalhães apresentando essa mostra de Paulo Gomes Garcez. E nesse verso do denso poema que é o texto de apresentação parece colhida em flagrante toda a atitude intelectual e sensitiva do desenhista carioca com que a Bonino abre sua temporada de 75. Seus imaginosos bicos de pena, onde as coisas, as situações e os seres animados aparecem transfigurados por uma imagística arbitrária de expressionista maior, representam, antes que qualquer outra coisa, uma tentativa no sentido de formar um mundo diferente.

O importante, porém, é que esse diferente não quer dizer, como em tantos e menos felizes exemplos de tentativas neo-expressionistas, exótico ou pernóstico. Pratica-se, pelo contrário, esse audacioso exercício poético sobre o signo de uma contenção que nos dá conta de uma requintada maturidade, pouco esperável de um jovem artista de 30 anos. A exposição que o Bonino agora nos dá é

uma requintada e adulta resposta à pergunta de Roberto Magalhães: formar um mundo diferente é uma proposição que necessariamente deverá partir de uma lucidez capaz de estabelecer os animais da metáfora pessoal, sem que o discurso plástico resvale para virtuosismos que a nada conduzem ou a experimentalismos intelectualizantes.

Assim, se na obra de Paulo Gomes Garcez está presente a regra que corrige a emoção, essa presença em momento algum tolhe o invento plástico, invariavelmente apoiado num padrão pictórico muito alto e num fundo sentimento do mistério. A esse propósito, aliás, mais que em Roberto Magalhães, Marcelo Grassman, Vinício Horta ou Darcílio, seus companheiros de aventura intelectual, o fantástico de Paulo Gomes encontrará seus parentes mais poderosos fora do campo plástico propriamente dito: há talvez que ir ao romance gótico, a Souza Andrade, a Fernando Pessoa, ao cool jazz, a tudo o que, recente ou remotamente, documentou alguma idade do mistério e fixou essa duração em termos de requintada e sofrida simbologia. Não é outra coisa que faz esse jovem e já tão grave poeta que agora nos mostra seus desenhos.

Desenho e gravura.

Outra primeira individual de desenhista no Rio é a de Fortunato, que já antes expos individualmente em São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Recife. Tendo na xilogravura e no bico de pena suas expressões mais constantes, o artista realizou alguns trabalhos de ótimo nível como ilustrador, sendo, nessa qualidade, responsável por umas das mais bem concebidas ilustrações de Graciliano Ramos - a de "São Bernardo", onde seu traço seco e dramático soube recriar em termos plásticos a carga ficcional e estilísticas do velho Graça, o que não é dizer pouco. Ainda ilustrando - e já agora mostrando outra e não menos rica faceta de seu tempe-

ramento - Fortunato nos daria uma série de figuras de uma sensualidade refinada, de um erotismo repassado de lirismo, para uma edição dos "Cantares" de Salomão.

A presença de manifestações tão díspares, na obra recente de um mesmo artista, sobre nos dizer de sua versatilidade, nos dá a dimensão de uma criativi-

dade dialética, de uma personalidade abrangente, de uma síntese estética implantada em equilíbrios tão mais sólidos quanto contrários. Realmente a quem acompanhe o processo artístico de Fortunato não surpreenderá essa abrangência estilística ao longo da qual sua obra se realiza em rigor e inquirição. Se somente agora o temos numa individual no Rio - e não há duas ou três décadas antes, como teria sido melhor para a vida artística dessa país - é que somente há pouco mais de dez anos, Fortunato afastou-se de outras atividades, passando a dispor dos vagares necessários à profissionalização como artista.

Esta agora se faz em termos lentos mas seguros, do artista que veio formando, até chegar à maturidade atual, um lastro de vivência estética, que, aliado ao seu talento, é responsável pela exposição que está na Galeria Quadrante (Venâncio Flores, 125).

Ali temos um artista que não tendo corrido na disputa de marcas próximas, soube fazer sedimentar todo um contato com a cultura do seu tempo, através de viagens, leituras e muita sensibilidade. Dela e de seu choque contra as indagações e perplexidades que o artista viveu esse de agora é um depoimento extraordinário. Formalmente pelo apuro que todos nos habituamos a identificar em sua criação; enquanto conteúdo, pela carga de significados que soube enfeixar sem comprometer, sobrecarregar ou cerebralizar seu fluente discurso plástico.

Portinari: hora e vez

A primeira surpresa de uma tentativa no sentido de sistematizar algumas anotações para uma palestra sobre Portinari, no 72 que marcava os dez anos de sua morte, foi a inexistência de uma bibliografia séria. Exceções duas ou três monografias, o de que se dispõe são notas, geralmente de escritores não especializados, de ternura, admiração e simpatia pelo artista, pelos temas mais freqüentes de sua obra, por sua denúncia social, por sua solidariedade humana. Isso, porém, não basta: tendo morrido no começo de uma década que veria surgir tanta coisa nova em pintura e, de modo mais amplo, na arte visual, Cândido Portinari está a merecer um estudo de sua obra enquanto obra, sem que esse apanhado se prejudique pelas conotações sociais, ideológicas, ou de qualquer outro modo circunstâncias - que, negavelmente fazem parte dela, longe, porém, de constituírem seu dado mais importante.

Não poderia, portanto, ser mais feliz a Galeria Ipanema, escolhendo para comemorar seus dez anos de atividade uma mostra de Portinari. Até porque será dado a ver à nova geração um conjunto da obra de um Mestre que, salvo uma ou outra acanhadas tentativas, só teve depois de sua morte uma exposição de vulto - em São Paulo, 1970.

Os que conhecem realmente a obra do pintor de "Guerra e Paz" experimentam certo constrangimento diante da glória popular de Portinari, que passou ao lugar-comum da referência superficial, no rol de informações de massa. O ideal, porém, seria um Portinari menos louvado e citado que estudado e até - por que não? - questionado. Ideal não somente para dissipar as ambigüidades dessa admiração em bruto, que consome o Portinari das reproduções Bloch e Abril, como para a cultura brasileira de modo geral, que revisitaria um dos seus mais sérios representantes, infelizmente dos menos polemizados, o que não quer dizer dos menos polémicos.

Redimensionado em termos de história-crítica, o pintor de Brodóski seria talvez apeado de uma acadiana posição de glória nacional e inscrito entre os Goeldi e os Guignard de sua geração, pela qualidade de seu trabalho e pela importância deste na geração que o sucedeu.

Racional, analiticamente, uma sistematização, crítica em que o drama dos retirantes ou o engajamento do pintor como partidário da paz (não era assim que se dizia nos anos cinquenta?) fossem contabilizados simples e respectivamente como tema e posição pessoal do cidadão Cândido (Ou de um cândido depois).

A importância do artista e os porquês dela recobririam seu lugar a partir desse approach mais correto. Com a palavra os ensaístas de talento, bagagem e, sobretudo, isenção.



Garcez: a expressão do fantástico através do bico de pena num exercício de requinte.

RUY SAMPAIO

PORTUGAL: POLÍTICA E TEATRO

Coloquemo-nos à margem do sensacionalismo das notícias, à margem da exploração histórica desenvolvida pelos falsos amigos de Portugal em torno de episódios efêmeros. Na verdade este país ainda vive uma fase de transição. Desde já, no entanto, pode-se afirmar que o 25 de Abril deu-lhe oportunidade de erradicar, de uma só vez, os dois males capitais da sua história. Aqueles que Antônio Sérgio, historiador e crítico eminente das mazelas portuguesas, resumia nos efeitos – conjugados desde o século XVI – “da contra-Reforma na mentalidade, e do parasitismo sobre as colônias em toda a vida metropolitana.”

A Contra-Reforma, em Portugal como na Espanha – e sem dúvida porque esses países não conheceram a Reforma, suas lutas, suas luzes – significou apenas obscurantismo, uma espécie de partido único das luzes apagadas. Era o que quase sempre predominava, desde então, nas esferas oficiais e na sombra que projetavam sobre o povo. Para Sérgio, esse partido acabara por encarnar-se no salazarismo.

Hoje, livre das colônias, Portugal também respira desafogado no campo da cultura, das artes, dos espetáculos.

Os apavorados com a liberdade logo falaram em “onda de pornografia”. Quando o que se vê, sob esse ângulo, é apenas a normal escória das sargetas que ladeiam qualquer regime de liberdade de expressão artística. Tudo se processa em condições de países civilizados.

Deve-se todavia assinalar que foi preciso coragem (e foram os militares, em última análise, que a de-

monstraram, por amor à liberdade) para permitir a apresentação do famoso grupo teatral brasileiro “todos nus”, interpretando os Autos Sacramentais de Calderon de la Barca. Espetáculo realmente ousado, como que feito para espantar a moral burguesa, e que aliás desagradou igualmente aos comunistas, por se tratar de peça apolítica, “inútil neste momento”, mas também, para alguns, pelo mesmo motivo que chocava os puritanos: incompreensão do que seja realmente arte. O espetáculo era decente e não manchava a grandeza religiosa de Calderon.

De resto, observando e escutando, podia-se verificar que uma boa parte do público que lotava o Teatro São Luis compreendia o quanto era válida a idéia do diretor Victor Garcia: já que os atores representavam o criador, o homem, a mulher, os males do pecado e da morte, numa luta fora do tempo, era justo que aparecessem despidos. Não havia

nenhum apelo de sexo na nudez daqueles homens e mulheres. A única cena aparentemente indecente que vimos foi a da velhota gordota, xale na cabeça, os olhinhos acesos, que se esgueirou até instalar-se na primeira fila do balcão. Parecia o velho Portugal do padre Amaro que fugira de Leiria, não no tempo do Eça mas há pouco, em janeiro de 1970, quando lá estivemos e tudo parecia provincianismo bobo e presunção ridícula, entre a mocidade.

Claro que em 70 só vimos aquela pasmaceira porque era o que se destacava. Agora, um grupo de rapazes e raparigas de Caldas da Rainha apresentava em Lisboa o “Canto do Papão (no Brasil tem-se traduzido por Fanteche) Lusitano”, a peça que Peter Weiss escreveu, há muitos anos, para condenar a opressão nas colônias portuguesas de África. Em matéria de arte cênica, não ficava atrás do que há de ágil e preciso, no gênero, em qualquer país da Europa. Caindo apenas, às vezes, no esquematismo da representação. Mas o principal era o espírito de engajamento a fundo na condenação da injustiça, de que o negro crucialmente explorado seria apenas uma ilustração mais gritante. Um livretto historiando os “cinco séculos de exploração colonial” convidava o espectador a um compromisso que “antes de ser teatral, é deliberadamente político”. Logo veríamos o quanto de humano e universal continha-se nesse “político”.

Não sabemos até que ponto o original de Weiss foi adaptado ou transposto, havendo inclusive o problema de se trabalhar sobre um salazarismo hoje superado. Nada lembrava o opulento autor do “Marat-Sade”. Mas sob uma capa de segura marcada, estalando sem querer, surgia uma fraternidade simples e afinal absoluta. Muito de acordo com o que se vê agora nas ruas de Portugal, nos cartazes de parede e nas vitrinas de livraria. Não se sabe se o mais notável é que os negros estejam aqui ao lado dos brancos, manifestando-se não só em poesia da melhor qualidade, em protestos contra a injustiça, ou que os brancos ocupem agora tão livremente as posições em que antes de Abril seriam tachados de “traidores”. Esse material se renova, correndo atrás da sucessão dos fatos. Em parte, foi superado, brilhantemente superado pelos acordos de Independência, mas continua vivo em problemas de descolonização.

Na peça de Weiss e do grupo caldense, tudo o que se refere ao negro oprimido poderia de certo modo referir-se ao branco miserável. Brancos, os atores, sem maquiagem; nenhuma tentativa de cor local; e mesmo os slides entremelam tipos de pretos e brancos, trabalhadores da África e de Portugal. O

tratamento indiscriminado das raças seria naturalmente uma forma de combater o racismo, mas sobretudo de destacar que o problema é um só. É econômico, dizia a intenção radical da peça e do grupo. E é um problema de amor, pareciam dizê-lo, todos, como que sem querer.

O negro seria elevado apenas pela ausência de destaque: trata-se de um ser humano igual aos outros. E isso se diz “a seco” e pronto, e é muito melhor para o negro (e é mesmo). Havia uma cena, entretanto, em que o processo ultrapassou os seus limites impostos (dirão os competentes se impostos por Brecht, por um determinado Brecht) e comoveu abertamente. Uma bela rapariga portuguesa, linda morena, representava (apenas pela fala, o gesto, a expressão) uma doméstica africana atrozmente explorada, ajoelhada sob golpes e ameaças. Nesse momento, a peça ou a direção pareciam querer dizer, mas de forma particular, que a negra miserável (cujo físico decadente o espectador logo imagina) valia tanto quanto a bonita rapariga branca. Era a frase de sempre, subjacente, um enxuto “somos todos iguais”, que aqui se fundia em lágrimas. A moça branca, ajoelhada ali defronte, disputando lágrimas à negra que já morreu.

Pouco importa a que partido pertence essa rapaziada do Conjunto Cênico Caldense. A comunicação com o público, gente de vários quadrantes, era intensa. Nesse sentido o teatro português é agora de uma densidade freqüentemente fora do comum. O mais significativo foi encontrá-la numa revista de variedades, o “Pides na Grelha”, envolto, de longe, no mero clima esfuziante da crítica fácil e da chanchada. De repente, pareceu-nos que este era o espetáculo mais sério, dos que tinham visto ultimamente (inclusive, na França, algumas grandes montagens de clássicos e modernos). Não se trata de comparações absurdas mas de referência a um fato da vida corrente. Na França, como no outro dia aqui em Portugal os brasileiros todos nus (e muitos decentes), os atores representavam. Os portugueses do teatro na poeira viviam, e viviam um momento excepcional do seu povo, momento de libertação e de reivindicações em liberdade. Viviam-no tanto quanto grande parte dos espectadores, porém mais atuantes porque entregues ao ato de representar aquela vivência. Talvez menos engajados na política partidária do que os moços de Caldas, porém mais experientes, mais longamente experimentados na canga do regime antigo. E mais capazes de “dar a volta por cima” e exprimir, também como autores da revista, que alguns deles eram, e antigos profissionais, atores e atrizes, especialistas da piada e do rebolado – exprimir o desafio e a esperança muito além, infinitamente além do que se encontra habitualmente neste gênero de espetáculo. No comando da canção, na ironia, no peito aberto, na malícia, na risada, no olhar dardejante, a esperança arde, a certeza de um “Caira” que faz Portugal estremecer.

Bem sei que estas coisas não se vêem a toda hora, nem todo dia, nem, para muita gente, não se vêem nunca. Questão de ponto de vista. Quem fala em “cravos que murcharam”, é porque tinha visto nos do 25 de Abril cravos de papel, fáceis de botar rápido no molde, e não de carne. Quem assim queria que fosse, não vê hoje os cravos cada vez mais vivos, nos encontros e desencontros da humanidade portuguesa, com seus erros e acertos, seu desânimo de repente – da parte de um grande

homem como o Sr. Mário Soares – mas logo a renovada consciência de que aqui se iniciou uma revolução da liberdade que chegou para ficar.

Quem fala em “desordem”, em “indisciplina”, a respeito do Portugal de hoje, é porque ficou vesgo diante da dignidade recuperada, o movimento, os sorrisos abertos ou subentendidos, tudo feito de alegrias longamente reprimidas – pois afinal de contas é tão recente o desabafo, salvo para quem pretendia que em nove meses Portugal tivesse entrado certinho no modelo suíço – mas feito sobretudo de disposição para continuar uma luta que sabe ainda ter pela frente muitos obstáculos. Mas com a consciência de que isto aqui pela primeira vez em cinco séculos deixou de ser um país de senhores de escravos. E pela primeira vez tornou-se um centro de esperanças, abrigo de refugiados, lugar de encontros de Europa e meio mundo.

Da Espanha, naturalmente, nem se fala. Não lembrarei os rapazes que transam de lá para cá, a buscar alívio e recuperação. Apenas, um pequeno grupo de homens que nada têm a ver com política, homens estranhos, ou talvez apenas estranhos porque também nada têm a ver com o ambiente do metier que adotaram. São os do grupo Quadra, de Sevilha, que toda noite apresentavam (mas também o “apresentavam” pouco tem a ver com eles...) – o seu “Queijo” andaluz. Mas estarei voltando a falar de espetáculo? Antes creio que de “sacrifício”, de rito mágico e pânico, repetido a cada noite no canto de um casarão arrebatado de Lisboa, o antigo Teatro Comuna – à luz de uns candieiros medievais.

Entre o guitarrista e uma mocinha silenciosa, acólita, três homens cantam o flamenco mais dolorido, um deles sapateia na elegância andaluz mais delgada. Um a um, eles se contorcem no esforço de puxar um peso enorme. Os pulsos atados a longas cordas, eles se debatem no maior retesar de tensões que é possível imaginar, até cair ao chão arfando violentamente, alagados de suor. E recomeçam, sob choques elétricos inesgotáveis, perante a platéia que devia estar siderada (desta vez não olhei para mais ninguém) siderada pelo “queixume” andaluz que rompe da contorsão violenta e do canto flamenco mais lancinante, do fundo da alma de um povo exilado em sua própria terra, do fundo da alma de todos os povos que sofrem. No fim, surge a esperança, quando os três, unidos, arrastam o enorme peso.

Os homens, individualmente, também sofrem, e são eles que fazem os povos. Mas isso já é outra história. Quem poderia contá-la talvez fosse o jovem português do grupo teatral que acolhia os espanhóis, e no fim procurou ser intérprete de um ligeiro debate. Disse que o Quadra formou-se há dois anos, nenhum dos atores fez jamais qualquer curso de teatro, não conheciam nada de teatro, eram operários, camponeses, um deles foi emigrante, e são praticamente analfabetos. Todos de uma dignidade perfeita.

Quanto ao moço português que os acolhia, rapaz de rara beleza e perfeitamente culto (tanto que já se desenganou um bocadinho com a nossa cultura) – havia nele, em relação aos espanhóis, um carinho grave, uma ternura muito simples e viril.

PEDRO OTÁVIO

AL CAPONE PREMIADO!



O EX- de fevereiro,
revendo as injustiças históricas,
acaba de eleger Al Capone
“O homem de visão de 1929”.
Nas bancas, por cinco cruzeiros.

UM LIVRO QUE É UM COMPROMISSO

«Joaquim de Castro e a Descoberta da Fome»,
escrito por Alain Tobelem.

Os homens têm medo da fome e escolhem o caminho mais cômodo: não falam dela. Joaquim de Castro em sua «Geopolítica da Fome» levantou o polêmico assunto. O livro lançado por Alain Tobelem é um compromisso com o brasileiro que o mundo reconheceu.

Compre seu exemplar na redação de Crítica –
Av. Rio Branco, 156 – Grupo 1222 – Rio de Janeiro –
GB – Preço Cr\$ 20,00.



Ney Matogrosso começou a gravar seu 1º LP individual.



Carlinhos Vergueiro faz o "Ladrão".

QUEM TEM MEDO DA SOMBRÁS?

Os boatos estão soltos no meio musical. "fulano foi expulso", "está ameaçado" e por aí adiante. A entidade "coatora", desta vez, não é nenhum organismo oficial mas essa verdadeira anomalia que existe no "show-biz": a sociedade arrecadadora de direitos autorais. Depois de algum tempo transando no meio, não conheço um só compositor que não tenha queixas quanto ao processo de arrecadação (e de distribuição) dos direitos autorais. A coisa é bastante grave, mas parece que vai mudar, pois os compositores interessados resolveram se unir e agir, criando a Sombrás.

A Sombrás é a primeira tentativa racional de lutar contra um sistema considerado mafioso. A primeira medida da nova instituição será contratar um "staff" de advogados para proteger o compositor brasileiro

garantindo aos mesmos o justo e inalienável pagamento pelo seu trabalho. Essa equipe de advogados vai inclusive estudar, à luz da legislação vigente, mecanismos de controle da ação das atuais sociedades arrecadadoras.

É muito possível, inclusive, que uma das conclusões seja no sentido de solicitar aos órgãos

competentes (Ministério da Educação e da Justiça) uma intervenção nas sociedades existentes, seguida de uma devassa contábil. Ou mesmo (o que parece a este repórter a medida mais urgente e adequada) um movimento para que todos os compositores que se considerem prejudicados tenham o direito de obter o desli-

gamento das sociedades a que estão filiados, conservando, a partir do momento do desligamento, o direito pleno de propriedade de suas composições, o que só será possível com um ato governamental declarando ilegal o atual mecanismo que praticamente rouba do compositor sua criação. O passo seguinte

seria a criação de um sistema de arrecadação de direitos autorais honesto, justo e sujeito à rigorosa fiscalização dos setores competentes e interessados.

Ainda este mês a Sombrás estará definitiva e juridicamente instalada e é dever de todos uma união em torno da idéia. Todos os compositores, artistas e jornalistas especializados têm obrigação de participar da Sombrás. Somente com a união de todos será possível argumentar com quem de direito e enfrentar as pressões dos atuais dirigentes das sociedades arrecadadoras. Esta coluna abre seu espaço para todos os interessados na criação da Sombrás. É claro que a luta não será fácil pois os grupos que combatemos irão resistir. E eles já têm medo da Sombrás, uma entidade que nasce com o respeitável aval de um Tom Jobim na presidência.

Phonogram faz contrato milionário.

Embora o Serviço de Imprensa Phonogram nada tenha divulgado a respeito, esta coluna pode adiantar que João Ricardo (ex-Secos e Molhados) foi contratado pela Philips em bases inéditas aqui no Brasil. A notícia oficial deverá ser divulgada pela fábrica até o final de março, possivelmente no dia 23, mas já está tudo acertado. O

contrato prevê entre outras coisas, a obrigação da gravadora investir grandes somas em publicidade dos discos e "shows" do cantor e compositor e quando este jornal estiver nas bancas o Departamento de Serviços Criativos da Phonogram já estará transando com a agência de publicidade da gravadora o esquema de cobertura publici-

tária do novo contratado. Não consegui apurar quem será o empresário de João Ricardo, mas é muito provável que também nessa área sua contratação venha trazer uma surpresa. Aliás Elis Regina em janeiro, em entrevista aqui publicada, previa o começo do fim dessa rendosa atividade (pelo menos nos termos em que funciona no Brasil).

Nota para os roqueiros

Com o lançamento do LP "Rock'n Rolling Stones" este mês, a Odeon oferece ao público brasileiro o 13.º longa-duração dos Stones, completando a série gravada na fábrica London. Os discos dos Stones lançados no Brasil são os seguintes: "The Rolling Stones", "Out of Heads", "Aftermath", "Between the Buttons", "Beggars Banquet", "Their Satanic Majes-

ties", "Through the Past Darkly", "Let it Bleed", "Stone Age", "Gimme Shelter", "Rolling Stones - 2", "No Stone Unturned" e "Rock'n Rolling Stones". Ainda na área do rock, mas agora falando do tupiniquim, parece que Raul Seixas vai mesmo transar um álbum comemorativo do "rock" de todos os tempos.

Som nosso de cada dia

- **Ao vivo e ao natural é bem melhor.** Polêmico ele é, Talentoso também, Corajoso, idem, Ney Matogrosso, depois de sair do ramo dos secos e molhados, está tendo oportunidade de mostrar todo seu talento. Semana passada, fez show no Hotel Nacional, e esta semana, começa a gravar seu LP pela Continental. Sem os recursos apelativos dos S&M, Ney é bem melhor.
- **Sobrenome musical tal.** Primeiro, foi a Maria das Graças (ou Gal, como queriam). Depois a Suely. Agora é outra Costa que começa a despontar. Desta vez seu nome é Telma, irmã da Suely, e que tem uma das vozes mais bonitas que já pintaram aqui por essas bandas.
- **Da série como dizem os colequinhas do Informe JB.** País estranho o Brasil: o excelente compositor, Luiz Gonzaga Júnior, tem uma música que foi

- incluída em três recentes Lps (Bethânia, Marlene e do próprio), mas que não toca em nenhuma emissora de rádio carioca. Refiro-me a "Galope" uma das melhores coisas de Gonzaguinha.
- **Da série gente seria é outra coisa.** O excelente Milton Nascimento, vai gravar um LP com o Coro dos Dominicanos de Roma. Enquanto isso, o Roberto Carlos, continua procurando o tal "coro de passarinhos". Eu tenho a impressão que o Roberto está confundindo pena com coro.
- **Talento não se compra na esquina.** A RCA, é uma das empresas mais ricas do mundo. Uma potência multinacional, mas que aqui no Brasil não vai além das pernas. Como talento não se compra na esquina, quando a queridíssima profissional Kitty Vianna ficou dote, dando um susto em seus ami-

- gos, o serviço de imprensa da fábrica saiu do ar. E não pense o leitor que a Kitty é única no departamento. Existe um cidadão com o título de diretor, gerente, essas coisas. O serviço só não pifou de todo porque a Kitty, mesmo doente em casa, ficava pelo telefone orientando seus colegas.
- **Circuito da fusão.** Suely Costa, Piry Reis, e Carlos Walker, transando um circuito pelas cidades do novo Estado. Começando por Macaé na semana santa. Depois Barra do Pirai, Valença e arredores.
- **Tom Jobim.** Saí, por estes dias o LP "The Eloquence of Tom Jobim". A Continental, que já lançou a "Certain Mr. Jobim", deverá colocar no mercado brasileiro todos os discos que Tom gravou na Warner nos Estados Unidos. Nessa a Phonogram foi passada para trás.

- **Grande aquisição.** Edu Lobo contratado pela Continental. Além de gravar seus próprios discos, vai produzir os Lps dos outros contratados da fábrica. O bom pernambucano estava de "passe livre" desde setembro, quando saiu da Odeon.
- **Faturando o ladrão.** Carlinhos ("Como um ladrão") Vergueiro, depois de vencer o "Abertura" (sem nenhum comentário de nossa parte...) fez temporada no Nordeste e já voltou ao Rio, onde prepara seu próximo LP. Dizem que, apesar do "Como um Ladrão", o moço tem boas músicas. Ouviremos...
- **Academia de Danças.** Este é o nome do LP de Egberto Lismoniti. O lado A tem apenas uma música - "Corações Futuristas" de Egberto e Geraldinho Carneiro.
- **Profissão bem remunerada.** Um verdadeiro fenômeno é o "show" "Brasileiro, Profissão:

- Esperança", que continua de casa lotada no Canecão (GB) Se minha memória não me trai a carreira do "Brasileiro" é inédita no Brasil: verdadeiro recorde de permanência e frequência. O disco (Odeon) também vai muito bem.
- **Walter Franco em compacto.** A Continental aproveitou a "onda" do Abertura e lançou um compacto com as duas músicas mais conhecidas do "maldito" Walter Franco: "Me deixe mudar" e "Muito tudo".
- **Fagner em abrito.** Raimundo Fagner, chegou do Ceará para lançar seu primeiro LP, gravado na Continental. Seu último trabalho em disco foi o excelente "Manera, Frufru Manera" lançado pela Philips e que misteriosamente "desapareceu". Estranho, não?

ANTÔNIO OSÉAS



A FALÊNCIA DO FUTEBOL

Quem dá mais? Quem dá mais por um futebol cheio de jogadores bonzinhos? Seus dirigentes estão vendendo o que ainda resta de bom, a preço de banana. Quem dá mais? Jairzinho e Paulo Cesar já se foram e lá se vai o Marinho. Quem quer ficar com o agonizante futebol carioca?

"Les choses son pretes". O Botafogo de Futebol e Regatas, que já andou numa pior, lá pelo início da década de 50, levou um piparote de Estelita, Saldanha e Bebiano, e veio simhora, dando alegrias e títulos para o Salim Simão e o Aguinaldo Timóteo zombarem da gente. O Botafogo parece que foi se cansando de tantas glórias e um belo dia partiu para o leilão. Venderam o Gerson. Depois foi o Roberto. E foi o Paulo Cesar. E foi o Jairzinho. Tudo isso, em nome de saldar compromissos financeiros. Naquela base de vender o automóvel para comprar a gasolina. Quem foi que deu dinheiro ao Botafogo? Foi o Garrincha, o Didi, o Nilton Santos. E os outros meninos como o Brito, o Leônidas, e mais esses de que falei antes.

A partir do momento em que seus grandes craques descascaram as chuteiras, o que competia ao Botafogo? Substituí-los. Arranjar quem suprisse os buracos deixados no time pela ausência de Nilton Santos, o Garrincha e Didi. Veio o Gerson e foi só. O Botafogo andou fazendo bonito, alguns anos. O que foi que fizeram com o dinheiro que o grande time do Botafogo da década de 60 ganhou? Não sabemos. Nem queremos saber. Queremos saber é quem foi que meteu na cabeça dos atuais dirigentes do Glorioso que quem está doente deve pegar na pá e começar a cavar a sepultura. Doente tem é que se tratar. O Botafogo, assoberbado por dívidas contraídas no tempo, apavorou-se e resolveu tomar uma injeção de óleo canforado para sobreviver mais um pouco. Vai poder saldar algumas dívidas. Em compensação, jogou fora seu único capital de giro.

Sem Marinho, quem é que vai querer sair de casa, para ver o Botafogo jogar? Quais os jogos do Botafogo que irão dar renda? Quanto oferecerão ao time do Glorioso, para ir a Manaus ou a Montevideu, agora que jogou pela janela sua galinha dos ovos de ouro?

Eu acuso

O Botafogo não tem o direito de vender Marinho. O Botafogo,

que eu falo, é o Conselho Deliberativo. Rivinha e o Conselho não podem vender Marinho, simplesmente porque o Marinho não é deles. Marinho é patrimônio do clube, do futebol carioca, do futebol nacional. Marinho tem dono. Antes de ser do Rivinha, ele é daquela meninada vibrante que enche as arquibancadas quando o Botafogo joga. Daquela meninada que, na última vez em que o alvinegro disputou um título, fez o Maracanã receber 142.239 espectadores. Dessa massa de "sofredores", como fala o brigadeiro Epaminondas, que ainda em 1969 encheu o maior estádio do mundo de gente, nos jogos com o Flamengo (134.189) e com o Vasco (124.435).

O Marinho é nosso. Tem que ficar aqui para dar força ao campeonato. Sem Marinho o Botafogo não vai levar torcedor ao Maracanã. O Vasco, se continuar na batida que vai, é capaz de sair da disputa da Taça Guanabara, cedo, cedo. O Flamengo com mais um "inho" vai acabar se tornando num timinho. O América, bem o América é América. Sempre foi muito pouco acompanhado.

Dessa maneira, o futebol carioca, neste ano, vai ficar reduzido praticamente aos jogos de que participar o Fluminense. O Fluminense de um homem que tem mente empresarial. Que contratou estrelas para poder dar espetáculo e faturar alto. O Vasco, coitado, ainda está pagando o passe do Tostão e não pode comprar grandes azes. O Flamengo comprou sim. Comprou mais um "inho" e um cisgador que jogava no Campo Grande.

Cadê as estrelas? Cadê os jogadores para a gente ir ver jogar futebol? Cadê o capital pra render juros?

É a mentalidade amadorista dos dirigentes, de que falou Saldanha em seu livro "Os subterrâneos do futebol". Gente que não tem a coragem histórica de arriscar. Que teme investir. Que é incapaz de plantar uma manjeira. Que fica naquela de plantar feijão porque dá logo.

Disfarçam sua falta de competência falando de **renovação de valores**. E tome garoto nos times. Uns bons, outros regulares apenas. Falta a esses times aquela estrela que arrasta o time para a vitória. A gente vai aos estádios e vê um bando de jogadores esforçados, dedicados se matando de correr dentro de campo, em busca de uma vitória. Futebol que é bom, aparece de vez em quando. Uma jogada de um Zico, de um Roberto Dinamite, um gol de classe de um Júnior lá do meio de campo. O resto é gente manjada como Marco Antônio, Manfrini, Rivellino e Mario Sergio.

Qual o garoto que nestes últimos anos, se revelou um craque? Zico. Geraldo vem aí com altos e baixos. Cleber, idem. Júnior está pintando, saindo da casca do ovo ainda. O resto é pura **renovação**. Neologismo do futebol que significa falta de coragem para investir.

Cartolas — uma praga

O futebol carioca anda por baixo da carne-seca. Reparem no panorama nacional. De 1967 para cá só dois clubes cariocas venceram, solitários, o Campeonato Nacional ou o Robertão: o Fluminense e o Vasco. E apenas o Botafogo apareceu nas finais de um deles. Nos outros anos, nem um time carioca meteu a cara. Só deu gaúcho, mineiro e paulista. Dir-se-ia que o Maracanã fez mal ao futebol carioca. Os clubes se viciando em jogar longe do povo e, quando vai jogar aí por fora, estranha o ulular das massas. Seria isso? Ou seria simplesmente a ausência de bons times cariocas nessas competições?

Apresentamos um gráfico, média de público por partida nos campeonatos cariocas, de 1950 a 1974. Reparem que quando a turma emparelhou (1969) o povo respondeu à altura. Vejam que o super de 1958 deu boa média, só superada até hoje, pelo campeonato de 1969. Reparem como depois de cair feio em 1970, a média vem tentando alcançar índices maiores, tendo chegado a 18.866, em 1974. mes-

mo depois do fracasso da Alemanha.

Isso quer dizer que o povo, aquele elemento que sustenta o profissionalismo, com seus caraminguados, roubados ao orçamento doméstico, tem se conservado fiel ao seu esporte favorito. Por que, então, a crise?

Os clubes estão arrecadando tanto ou mais dinheiro do que em 1969. O que estão fazendo com esse dinheiro? Estarão pagando muito alto aos jogadores? Os salários não estão compatíveis com as arrecadações? Então, só há uma saída: aumentar o preço dos ingressos.

Mas não teria sido o aumento do preço dos ingressos o grande responsável pela fuga do povo dos estádios, a partir de 1969? O trabalhador não poderá pagar mais do que vem pagando, pelo ingresso. Não. Então chegamos à conclusão de que aumentar o preço dos ingressos não é solução.

Resta, então, controlar ordenados e luvas dos jogadores. Como fazer isso, num regime cuja lei básica é a livre iniciativa? Ordenado teto, nunquinha. Com o tal ordenado teto os clubes vão perder seus grandes jogadores que acaso surgirem das divisões inferiores. Porque sempre há de aparecer alguém que não acredita em teto, disposto a levar o jogador daqui para qualquer parte.

Voltaremos, por esse processo, à origem do profissionalismo brasileiro. Este surgiu como defesa de nossos valores. Os grandes craques daqui fugindo, fronteira a fora atrás de pesetas, liras ou mesmo de pesos. Se começamos a vender os Marinhos por não termos dinheiro para pagá-los, estaremos então abrindo estrada para retornar ao amadorismo. Será que é isso que os caríssimos dirigentes do futebol carioca estão querendo? Seria lindo um futebol completamente amador, mas se o mundo todo jogasse amador. Mas com o cerco profissionalista não há amadorismo que se agüente.

A solução? Não vender craques — esta é a solução. Aí está

o Fluminense, investindo corajosamente e começando a colher os lucros de seus investimentos. Se os clubes estão precisando de dinheiro para saldar compromissos, a solução não é apelar para a venda de patrimônio. O Flamengo deve milhões mas tem um patrimônio capaz de cobrir isso tudo.

Mas patrimônio não é de se alienar. É para se conservar. Aqui está o x da questão. O que fazer? De início, seguir o exemplo do presidente do Fluminense. Em segundo plano abrir uma escola para formar dirigentes de clubes e de entidades. Para que não se veja mais as federações nadando em dinheiro, a CBD com sede suntuosa e os dirigentes de clubes fazendo besteiras como aquela que fez Castor de Andrade, em 1966: o Bangu trouxe para o Maracanã seu jogo com a Portuguesa, que seria na Ilha do Governador. O prejuízo estava na cara e não deu outra coisa. O clube de Moça Bonita teve que pagar para jogar. Dois anos depois o famoso esquadrão de Moça Bonita desfez-se todo: venderam tudo o que era bom e o Bangu que bancava uma de grande clube voltou a pererecar naquela faixa dos pequeninos.

Por enquanto o grande mal do futebol carioca ainda é certa espécie de dirigente. "O futebol promove. Dá nome. E "eles" brigam por um lugar ao sol. Quando um dirigente de futebol começa a aprender um bocadinho (...) a perceber certas leis gerais que regem este ramo da arte, é derrubado por outro que, eufórico, começa a dar entrevista..." (Saldanha).

O futebol carioca, já dizia eu em meu livro sobre o Tostão, "está perdendo terreno no cenário nacional". As coisas pioraram muito. Os demais clubes do Rio estão querendo cafetmizar o Fluminense: se fiando nas rendas dos jogos do Flu com seus times, para acertarem suas contas. É o princípio do fim.

"Aqui d'El Rey". Os cartolas estão levando o futebol carioca para a falência total.



Marinho: os cartolas não têm direito de vender um patrimônio do Botafogo

